

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DÉBORA PAIVA MONTEIRO

**O SONHO DE TODO FOLIÃO**  
**Um ano com dois carnavais**  
**(Rio de Janeiro – 1912)**

Dissertação de Mestrado  
Niterói  
2012

Débora Paiva Monteiro

O sonho de todo folião: um ano com dois carnavais  
(Rio de Janeiro – 1912)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Martins Venancio

Rio de Janeiro  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
CENTRAL DO GRAGOATÁ

**M775 Monteiro, Débora Paiva.**

O sonho de todo folião: um ano com dois carnavais (Rio de Janeiro – 1912) / Débora Paiva Monteiro. – 2012.

107 f. ; il.

Orientador: Giselle Martins Venancio.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 101-107.

1. Carnaval. 2. Rio de Janeiro (RJ). 3. República, 1889-1930. 4. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do, 1845-1912. I. Venancio, Giselle Martins. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 394.25098153

Débora Paiva Monteiro

O sonho de todo folião: um ano com dois carnavais  
(Rio de Janeiro – 1912)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Niterói, ..... de ..... de .....

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Martins Venancio (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Larissa Moreira Viana  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Carolina Vianna Dantas  
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Martha Campos Abreu (Suplente)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

## **Agradecimentos**

Não existe originalidade nesta parte da dissertação. Os agradecimentos são muitos, desculpamo-nos pelas ausências, paciência, força, palavras de incentivo e apoio. Não tenho como fugir à regra. São muitas pessoas a quem eu devo agradecimento. Realmente a jornada de um trabalho como este não é nada fácil. E, se repetimos o discurso é por conta de necessidade de reafirmar o quanto é valioso ter com quem compartilhar este momento.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família. Meus avós, esteio da família, exemplos de força e perseverança. Minha mãe, Vera, pelo exemplo de vida, pela força em todas as horas, por sempre nos amparar e apoiar em todos os momentos e por sua certeza de que tudo vai dar certo. Meu pai, Paulo, que mesmo de longe geograficamente se faz presente, sempre torcendo e incentivando nossas conquistas e, por me transmitir seu entusiasmo pelo carnaval. Minha irmã, Denise, minha amiga mais antiga, meu amor e minha companheira por toda a vida. À minha mãe e irmã devo agradecer ainda pela ajuda na pesquisa para esta dissertação nos momentos em que o tempo insistia em correr mais rápido do que eu podia alcançar. Aos Malavota, que me acolheram com tanto carinho, especialmente à Ana Maria e Lícia, que hoje fazem parte da minha vida de maneira tão especial.

Muitos amigos fizeram parte dessa história. Certamente não conseguirei agradecer a todos com a atenção que merecem. Agradeço àqueles que fazem parte da minha vida desde o primeiro dia de aula na faculdade - já se vão mais de dez anos! Obrigada pelas alegrias de sempre: Julia Wagner, Henrique Gusmão, Fernando Penna, Cristina Luna, Rafael Bosisio e Luciana Fagundes.

À Daniela Yabeta, Rodrigo César Magalhães, Dalton Batista, Carlos Alexandre, Leonardo Henrique e Flávia Regina: obrigada pelas farras mais divertidas!

Às amigas da vida toda Roberta Delfim, Anna Carolina Meireles, Christiane Jalles e Gabrielle Moreira. Obrigada pelas longas horas de conversas, pelos meus afilhados e pelas risadas certeiras.

Aos amigos que ficaram mais próximos nos últimos anos e acompanharam tão de perto esta empreitada. Obrigada pelo incentivo e trocas de sempre: Samantha Quadrat, Alexandre Vieira, Claudiane Torres da Silva e Denise Felipe Ribeiro.

Aos meus companheiros de trabalho, em especial para as meninas que me aturam todos os dias, e fazem com que a rotina pesada torne-se mais leve e alegre. Perdi a conta de quantas vezes vocês ouviram os meus lamentos e de quantas vezes me colocaram para cima. Sem a presença de vocês o dia-a-dia seria enfadonho demais! A amizade que sinto por vocês ultrapassa muito os limites da nossa sala de trabalho: Tatiana Di Sabbato, Carolina Gonçalves Alves e Christiane Pacheco. À Ana Paula Goulart, devo o agradecimento de ter facilitado a minha vida o tanto quanto estive ao seu alcance.

Devo enorme agradecimento também aos membros da banca, professoras Martha Abreu e Carolina Dantas, obrigada pelas brilhantes sugestões na banca de qualificação e pela generosidade em todo o processo. Agradeço ainda pela presença da professora Larissa Moreira Viana por aceitar fazer parte da finalização deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer também ao professor Luiz Fernando Saraiva, pela leitura crítica já na reta final da dissertação. Obrigada pelas sugestões, atenção e disponibilidade.

Na reta final também agradeço a ajuda, da amiga e professora Fernanda Porto, na tradução do resumo para o espanhol.

O meu imenso agradecimento à minha orientadora Giselle Venancio. Sem ela certamente, nada disso teria sido viável. Obrigada por aceitar o desafio de orientar este trabalho no meio do caminho, obrigada por acreditar que era possível e obrigada pela paciência e orientação precisa, cuidadosa e carinhosa. Foram meses de muito trabalho e sem a sua firmeza e disponibilidade a finalização desta etapa seria muito mais difícil. Nunca vou conseguir agradecer a contento todo o seu incentivo!

E por fim, minha gratidão ao meu marido Leandro Malavota. Obrigada por não me deixar desistir quando parecia que eu não teria mais forças para continuar. Obrigada por servir de inspiração profissional como companheiro de ofício, pelas trocas intelectuais de sempre e pelas leituras atentas. Obrigada pelo enorme incentivo em todas as etapas deste trabalho. Obrigada por dividir a vida comigo, pelo carinho diário, pelas broncas, pelo colo, pela paz. Obrigada enfim por fazer a minha vida mais feliz!

## **Resumo**

No ano em que se comemora seu centenário, o presente trabalho pretende analisar as manifestações carnavalescas ocorridas no carnaval de 1912, no Rio de Janeiro. Em virtude do falecimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior - o barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores - às vésperas dos festejos carnavalescos, surgiu um movimento que clamava pelo adiamento da festa, como forma de prestar homenagem ao recente morto. A polêmica foi acompanhada pela imprensa e invadiu as páginas dos jornais, o que justifica esta como a principal fonte de pesquisa utilizada para esta dissertação. O resultado foi a realização de duas festas naquele ano, uma na data prevista pelo calendário – em fevereiro – e a outra na data proposta para a transferência – em abril. Esta pesquisa, portanto, busca compreender os acontecimentos festivos daquele ano, numa tentativa de refletir sobre a importância do tempo da festa.

Palavras-chave: Carnaval – Rio de Janeiro – Primeira República – Barão do Rio Branco

## **Resumen**

En el año en que se festeja su centenario, el presente trabajo pretende analizar las manifestaciones carnavalescas ocurridas en el carnaval de 1912, en Rio de Janeiro. En virtud del fallecimiento de José Maria da Silva Paranhos Júnior- el barón de Rio Branco y también ministro de Relaciones Exteriores- en vísperas de los festejos carnavalescos, surgió un movimiento para que fuese postergada la fiesta, como forma de homenajear al muerto. La polémica fue acompañada por la prensa y ocupó las páginas de los periódicos, lo que justifica que sea esta la principal fuente de pesquisa utilizada para esta disertación. Lo ocurrido resultó en la realización de dos fiestas aquel año, una en febrero, fecha prevista por el calendario y otra en abril, fecha propuesta para la transferencia del festejo. Esta pesquisa, por lo tanto, trata de comprender los acontecimientos festivos de aquel año, buscando reflejar sobre la importancia de la fecha de la fiesta.

Palabras clave: Carnaval – Rio de Janeiro – Primera República – Barón de Rio Branco



# **O sonho de todo folião: um ano com dois carnavais**

**(Rio de Janeiro – 1912)**

## **Sumário**

<b>Introdução</b>	10
<b>Capítulo 1: Cultura popular, festas e o carnaval de 1912 em perspectiva historiográfica</b>	13
1.1. Cultura e cultura popular face à renovação historiográfica dos anos 70	13
1.2. Considerações sobre o carnaval: olhares historiográficos	28
<b>Capítulo 2: 1912: o ano com dois carnavais</b>	36
2.1. A imprensa carioca nos anos 10: breves considerações	40
2.2. A morte do barão do Rio Branco e o adiamento do carnaval	45
2.3. A manutenção da festa e o posicionamento dos jornais	50
2.4. A aceitação da festa e os dois carnavais	61
<b>Capítulo 3: O calendário do carnaval de 1912: disputas em torno do tempo da festa</b>	67
3.1. Os usos políticos do Tempo: o calendário e o carnaval de 1912	67
3.2. Alterando o calendário: disputas em torno da definição da data da festa em 1912	73
<b>Conclusão</b>	93
<b>Fontes e Bibliografia</b>	98

## Introdução

Com a morte do Barão  
Tivemos dois Carnavá;  
Ai! Que bom! Ai! Que gostoso!  
Se morresse o Marechá!<sup>1</sup>

O texto em epígrafe é a letra de um samba entoado pela população do Rio de Janeiro, em abril de 1912, momento de comemoração do segundo carnaval daquele ano. Em função da morte do barão do Rio Branco ocorrida em fevereiro de 1912, uma semana antes do carnaval, instaurou-se uma polêmica a respeito da realização da festa na data prevista pelo calendário. Segundo os jornais, diversas manifestações populares bradavam pelo adiamento dos festejos para abril daquele ano. A imprensa estimulava o debate. As autoridades declaravam que a decisão de adiar a festa não lhes cabia. No entanto, apesar das indicações de adiamento, a população do Rio de Janeiro foi para as ruas comemorar o carnaval em fevereiro e depois em abril. A principal consequência das polêmicas geradas em torno da data do carnaval foi uma dupla comemoração. O carnaval de fevereiro acabou sendo realizado mais por foliões avulsos, já que boa parte das sociedades carnavalescas, teatros e clubes aderiram à ideia da transferência da festa. O carnaval de abril contou com os mesmos foliões avulsos e ainda com toda a programação mais oficial que fazia parte da festa. Ou seja, 1912 foi um ano com dois carnavais, situação quase única<sup>2</sup> na história brasileira e que, por isso mesmo, instiga a curiosidade.

Aliás, o carnaval sempre me interessou. Primeiro, como foliã, ou seja, como parte integrante da festa, desde pequena sendo levada pelas mãos dos meus pais. Já na vida universitária, a festa despertou meu interesse de uma maneira diferenciada, provocando olhares para o evento com os quais eu não estava habituada a lidar.

No entanto, foi no meu trabalho formal, onde trabalho como pesquisadora de um setor de memória institucional, fazendo uma pesquisa no jornal *A Noite* que me deparei

---

<sup>1</sup> A Noite, 08/04/1912, p. 02.

<sup>2</sup> Encontrei no trabalho de Hiram Araújo, em sua cronologia sobre o carnaval a indicação que em 1892, pela primeira vez foram realizados dois carnavais. Contudo, também não encontram-se trabalhos sobre o assunto. “1892: Pela primeira vez promoveu-se dois carnavais: um no verão (fevereiro), outro no inverno (junho). Causado pela febre amarela, ‘que transferiu oficialmente o carnaval de fevereiro para junho’”. ARAÚJO, Hiram (coord.). **Memória do Carnaval Carioca**. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 1991, p. 23.

com o carnaval de 1912. A ideia era fazer um levantamento da cobertura das manifestações populares de forma geral realizada pelo jornal de Irineu Marinho, e um dos eventos escolhidos foi o carnaval. Naturalmente essa parte da pesquisa coube a mim – corri para me ocupar desta tarefa. Por sorte o ano de 1912 entrou na amostragem de anos escolhidos para a pesquisa, justamente por ser o primeiro ano de cobertura do carnaval que o jornal *A Noite* faria, já que seu lançamento acontecera em julho do ano anterior.

Ao ler as páginas do jornal dedicadas à cobertura do carnaval do ano de 1912, saltou aos meus olhos a polêmica criada a partir do falecimento do barão do Rio Branco e sobre a possibilidade do adiamento do carnaval. Chamou mais atenção ainda o fato de que o movimento para o adiamento estava considerando a Semana Santa como alternativa no calendário para a realização da festa. E, ainda, me causou estranhamento o fato de eu nunca ter me deparado com algum estudo sobre o caso.

Aprofundando a pesquisa, fui buscar na bibliografia específica alguma menção a este carnaval. Encontrei uma nota no livro de Hiram Araújo<sup>3</sup> em que se fala sobre o adiamento da festa e se aponta para a realização dos dois carnavais naquele ano. A outra referência encontrada foi o livro *O dia em que adiaram o carnaval*, de Luís Cláudio Villafañe G. Santos<sup>4</sup>. Vale ressaltar, contudo, que este livro dedica-se à diplomacia nacional e resalta a importância da figura do barão do Rio Branco para as ações diplomáticas do Brasil. O autor utiliza a informação sobre o adiamento da festa carnavalesca apenas como forma de sublinhar a importância do barão do Rio Branco no momento de seu falecimento. O livro ignora a realização dos dois carnavais, assumindo o discurso do adiamento.

Esta dissertação tem, portanto, como objetivo principal investigar as comemorações realizadas no carnaval de 1912, quando a cidade do Rio de Janeiro viveu dois momentos festivos - um em fevereiro, outro em abril - com vistas a refletir sobre a importância do tempo da festa para a consolidação de uma interpretação sobre o festejar.

---

<sup>3</sup> Cronologia do carnaval especificada pelo autor: 1912: “A morte do barão do Rio Branco, poucos dias antes do carnaval, fez com que o governo o transferisse para abril, começando no sábado de Aleluia e terminando na terça. Apesar da decisão governamental, os foliões comemoraram o carnaval na data habitual e em, abril, condicionando a existência de dois carnavais.” ARAÚJO, Hiram (coord.).op.cit.,p. 23.

<sup>4</sup> SANTOS, L.C.V.G.S. **O dia em que adiaram o carnaval**: política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

Para a realização de tal objetivo, a dissertação se divide em três capítulos. O primeiro, **Cultura popular, festas e o carnaval de 1912 em perspectiva historiográfica**, pretende discutir brevemente o debate sobre as questões relacionadas às definições de cultura e de cultura popular, realizado por diversos autores nas décadas finais do século XX, bem como as diversas leituras historiográficas sobre o carnaval no Brasil. O capítulo busca ainda considerar que a polêmica em torno do adiamento do carnaval de 1912, e as discussões geradas por ela, evidencia uma questão em grande medida negligenciada pela historiografia: as disputas em torno do tempo da festa.

O capítulo 2, **1912: o ano com dois carnavais**, tem como objetivo específico caracterizar a imprensa carioca nos anos de 1910, bem como descrever a cobertura jornalística sobre os acontecimentos dos primeiros meses de 1912: a morte do Barão do Rio Branco, a polêmica em torno do adiamento do carnaval, os discursos surgidos sobre os folguedos carnavalescos e os principais acontecimentos das festas carnavalescas realizadas em fevereiro e abril daquele ano, destacando as especificidades de cada uma delas.

E, por último, o terceiro capítulo, intitulado **O calendário do carnaval de 1912: disputas em torno do tempo da festa**, visa identificar em que medida a polêmica em torno do estabelecimento de um calendário para o carnaval de 1912 permite compreender a historicidade e os significados da festa para os vários grupos em disputa. Os diversos sentidos atribuídos à festa e os usos políticos do calendário evidenciam o fato de que, embora possua características recorrentes que o define, o carnaval de 1912 deve ser lido e analisado - como qualquer outra festa -, em sua especificidade e historicidade. Buscaremos investigar, assim, de que maneira os eventos incomuns deste carnaval sugerem novas reflexões sobre o festejar e sobre os usos políticos do tempo da festa.

## Capítulo 1

### Cultura popular, festas e o carnaval de 1912 em perspectiva historiográfica

#### 1.1. Cultura e cultura popular face à renovação historiográfica dos anos 70

A historiografia demorou muito tempo para considerar as manifestações festivas como objeto privilegiado de estudo. Segundo Rachel Soihet foi só com o avanço da chamada história cultural que o tema da festa e particularmente o carnaval, passou a merecer o olhar do historiador.<sup>5</sup>

Esta reflexão sobre o festejar e sobre o carnaval originou-se, especialmente, das análises que a partir dos anos 70 do século XX, diversos autores empreenderam sobre as noções de cultura e, especificamente, sobre a ideia de cultura popular.

Neste período, as definições e debates em torno do “popular” mobilizaram as investigações antropológicas, sociológicas e historiográficas. Autores como Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, E. P. Thompson, Carlo Ginzburg e Robert Darnton debruçaram-se sobre o tema, desafiados pela tentativa de apreender, da forma mais completa possível, aspectos específicos das práticas culturais consideradas populares. Vale ressaltar que os autores citados não englobam a totalidade daqueles que trabalharam com a questão da cultura. Ao mesmo tempo não pretendemos aqui exaurir o que foi produzido a esse respeito. Trata-se, aqui, de elencar os autores que tiveram importância para a reflexão deste trabalho.

Assim, procuraremos neste capítulo sintetizar, brevemente, alguns aspectos deste debate, bem como a discussão que se estabelece simultaneamente no Brasil a respeito das festas populares e do carnaval.

Em meados dos anos 1970, uma compilação de artigos de Michel de Certeau, *A cultura no plural*<sup>6</sup>, colocava em pauta definições em torno do conceito de cultura. Para o autor, cultura definia-se por “um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão

---

<sup>5</sup> SOIHET, Rachel. Reflexões sobre o carnaval na historiografia – algumas abordagens. **Revista Tempo**, v. 4, n.7, jul. 1999, p. 09.

<sup>6</sup> Trabalhamos nessa dissertação com a quinta edição brasileira do livro de Michel de Certeau: CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**, 5ª edição, Campinas-SP, Papirus, 1995. A primeira edição francesa é de 1974.

da vida social”<sup>7</sup>. Na apresentação do livro, Luce Giard afirmava que Certeau não coadunava com uma visão de cultura como monumento ou tesouro a ser descoberto e protegido. Segundo a autora, em toda a sua obra Certeau criticava e atacava a ideia de uma “cultura no singular”, “daí sua vontade de substituir essa cultura no singular, que ‘impõe sempre a lei de um poder’, por outra concepção centrada na ‘cultura no plural’, que conclama incessantemente pelo combate”<sup>8</sup>.

No capítulo “A beleza do morto”<sup>9</sup>, neste mesmo livro, Certeau afirmava que a cultura *popular* havia passado a ser estudada somente após a anunciação de sua morte, isto é, no momento em que não oferecia mais um perigo iminente. Ele chamava a atenção para a dimensão política desta ação de repressão - utilizando como exemplo de análise a repressão aos livros considerados subversivos e imorais do século XIX na França - que identificava também nos próprios procedimentos científicos, os quais, segundo ele, não são desprovidos de inocência.

A partir daí, Certeau fazia um histórico sobre o surgimento do interesse pelas práticas *populares*. Para isso, identificava dois momentos que considerava importantes: o final do século XVIII e os anos 1850-1890. No primeiro momento, o *popular* aparecia, segundo ele, como um “retorno a uma pureza original dos campos”<sup>10</sup>, ou seja, a partir de uma visão absolutamente romantizada e idealizada, que não apresentava nenhum tipo de perigo à ordem dominante. Já o segundo momento é marcado pela perseguição ao *colportage*<sup>11</sup>, que coincide com uma dedicação das pessoas cultas a esse tipo de conteúdo. O povo passava, assim, a ser comparado com uma criança, que precisava ser tutelada pelo Estado.

Após essas duas fases iniciais, o autor identifica a primeira onda folclorista, já no contexto da terceira República francesa. Neste período, segundo ele, a censura não se faz presente, a intenção é “localizar, prender e proteger”<sup>12</sup>. A cultura popular torna-se um patrimônio a ser salvaguardado e, a partir daí, o popular é sempre identificado com o camponês, já que naquele momento a elite e sua cultura estavam ameaçadas pelas classes trabalhadoras urbanas.

---

<sup>7</sup> Ibid. p.10.

<sup>8</sup> GIARD, Luce. A Invenção do possível. Introdução a CERTEAU, Michel de. op. cit., pp.10 e 11.

<sup>9</sup> Este artigo foi escrito por Michel de Certeau em conjunto com Julia Dominique e Jacques Revel.

<sup>10</sup> CERTEAU, Michel de. op. cit., p. 58.

<sup>11</sup> Nome que se dava à literatura distribuída por livreiros ambulantes e que era lida pelo povo em geral.

Ibid. p.55.

<sup>12</sup> Ibid. p.63.

Ao discutir as definições de cultura popular apresentadas por diversos autores, Certeau nos mostra como o *popular* se construiu como a busca de um mito de origem no sentido de descobrir a prática mais antiga e com isso atingir ao estágio do que seria verdadeiramente popular, por ser mais original.

O autor considera a cultura popular como um objeto ambíguo. É problemático porque é sempre analisado por uma elite, concentrada no mundo acadêmico. Ele salienta a importância de se atentar para o espaço de onde se fala, ou seja, o lugar social de onde parte o discurso e conclui afirmando que “nem o folclore nem a história encontram explicação”<sup>13</sup> para esta definição.

Em outra de suas obras clássicas, *A invenção do cotidiano*<sup>14</sup>, Certeau procura focar o seu olhar nas operações realizadas pelos usuários de qualquer produto cultural. Em tal exercício, critica as análises baseadas somente na estatística, considerando que esse modo de pesquisa só consegue identificar o que é homogêneo, reproduzindo desta forma o sistema a que pertence e deixando “escapar o que mais lhe interessa: as operações e os usos individuais, suas ligações e as trajetórias variáveis dos praticantes”<sup>15</sup>. O que importa para ele não é a oposição tradicionalmente estabelecida entre uma “cultura erudita” e uma “cultura popular”, designação concedida ao conceito por aqueles “que inventariam e embalsamam aquilo que um poder já eliminou, pois para eles e para o poder ‘a beleza do morto’ é tanto mais emocionante e celebrada quanto melhor encerrada no túmulo”<sup>16</sup>. De tal modo, o autor se mostra mais preocupado em analisar as práticas cotidianas, nas quais identifica em cada “microação” uma forma de resistência. Segundo Luce Giard, “Certeau sempre discerne um movimento browniano de microrresistências, as quais fundam por sua vez microliberdades, mobilizam recursos insuspeitos, e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima”<sup>17</sup>.

Essa forma de enxergar as ações humanas — uma visão otimista e voltada para as práticas cotidianas — possibilita que Certeau consiga perceber “microdiferenças onde tantos outros só vêem obediência e uniformização”<sup>18</sup>. Sobre este aspecto, é importante considerar os conceitos de tática e estratégia elaborados por ele e através dos

---

<sup>13</sup> Ibid. p.72.

<sup>14</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1: Artes de fazer**, 16ª edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 2009.

<sup>15</sup> GIARD Luce. História de uma pesquisa. Introdução a CERTEAU, 2009, p.15.

<sup>16</sup> Ibid. p.13.

<sup>17</sup> Ibid. pp.17 e 18.

<sup>18</sup> Ibid. p.18.

quais ele baseia seu entendimento das relações entre os mais fortes e fracos, ou melhor, entre os detentores da produção cultural e seus consumidores.

Certeau entende como *estratégia* um conjunto de ações criadas para enfrentar o outro, mas que é elaborada a partir de um lugar específico, a estratégia “deixa rastro”, cria um contradiscurso. E por criar um espaço para si, o discurso precisa ser validado. As *táticas*, ao contrário, são ações diárias, exercidas por todo e qualquer indivíduo, realizadas todos os dias — mesmo que de forma pequena, inconsciente e, às vezes, imperceptível. É uma maneira que todos têm de enfrentar as situações diárias e “driblar” regras estabelecidas. Nesse caso, as ações não deixam rastros e nem produzem um contradiscurso, portanto, não ocupam um lugar determinado. A tática, não pretende modificar a ordem estabelecida, apenas conviver com ela, sendo uma forma de resistência.

Assim, ao fazer sua análise das práticas cotidianas, salientando o exercício tático de cada um, Certeau está preocupado em afastar a ideia de passividade, normalmente atribuída às massas consumidoras de objetos culturais. Ele conceitua a ação dos consumidores como *fabricação*, percebendo aí uma *produção*, o que deixa clara a não-passividade desta atividade. Como exemplo maior de seu exercício analítico, Luce Giard aponta para a conquista de Certeau ao conseguir fazer do ato de ler, “imagem da passividade para a maioria dos observadores e dos professores, o exemplo de uma atividade de apropriação, produção independente de sentido, noutras palavras, ‘o paradigma da atividade tática’”<sup>19</sup>.

Num capítulo específico sobre culturas populares<sup>20</sup>, inserido neste livro, Certeau descreve um evento religioso realizado em Salvador (BA) chamando atenção para a maneira como a população se apropria do espaço do outro, para conviver com a ordem estabelecida. Salienta que a cultura *popular* não assimila o que lhe é imposto, mas sim se utiliza de táticas para conviver com esse estado de coisas. Discute ainda as relações entre uma cultura dominante — na verdade entre produtores e consumidores — considerando sempre que os consumidores, mais fracos, não sofrem uma imposição por parte dos mais fortes, uma vez que conseguem, de várias maneiras, realocar as informações, regras e dogmas que tentam lhes impor. O autor chama a atenção ainda para o fato dessas práticas, por estarem baseadas em uso específico, serem dotadas de uma historicidade.

---

<sup>19</sup> Ibid. pp.29 e 30.

<sup>20</sup> Trata-se do capítulo II do referido livro.



Outro autor que, neste mesmo período, se debruçou sobre as definições do popular foi Pierre Bourdieu. Em texto escrito, originalmente, em 1983<sup>21</sup>, *Você disse popular?*, Bourdieu chamava a atenção para os cuidados que o pesquisador precisa ter ao usar o termo *popular*. Segundo o autor, o conceito de *popular* - ligado a qualquer locução, tal como linguagem popular, cultura popular, arte popular, ou outras - oferece uma série de perigos em sua utilização, uma vez que, em qualquer análise crítica que se faça, pode ser considerada como uma agressão ao que diz respeito, direta ou indiretamente, ao povo.

Elegendo como exercício principal o desenvolvimento de uma discussão sobre a linguagem popular na França e suas especificidades, Bourdieu apresentava uma definição encontrada nos “dicionários de gírias ou do ‘francês não-convencional’” na qual o léxico popular era apresentado como “o conjunto de palavras excluídas dos dicionários da língua legítima ou que apareciam ali afetadas por ‘marcas de uso’ negativas”, isto é, como expressões “correntes nos meios populares das cidades, mas censurada ou evitada pelo conjunto da burguesia cultivada”<sup>22</sup>. Nesse ponto o autor se depara com um problema, qual seja: definir o que se entende por *meios populares* e *uso corrente*. Ainda sobre esses aspectos, ele nos informa a respeito da importância em manter a expressão *popular*, como forma de não perder de vista a referência das condições sociais que propiciaram sua produção.

O autor considera então que o conceito de *popular* possui uma “geometria variável”, ou seja, pode ser ajustado de acordo com os interesses mais diversos, sendo estendido para abarcar as categorias que interessam a cada um, em determinado momento, e que, por esse motivo, sua utilização precisava ser bastante cuidadosa. Ao falar, por exemplo, das categorias consideradas como locutoras da linguagem popular, apresentava suas contradições, elencando-as - machões e operários de origem urbana - e as que, no caso da linguagem, estavam excluídas, como os camponeses, pequenos comerciantes e imigrantes.

Bourdieu nos mostrava ainda que o mesmo ocorre quando se faz uma análise nas “populações que supostamente produzem ou consomem o que se chama de ‘cultura popular’”<sup>23</sup>. De toda a maneira, ele considerava que mesmo com suas “incoerências e incertezas” e, mais do que isso, por causa delas, “as noções pertencentes à família do

---

<sup>21</sup> BOURDIEU, P. Você disse popular? *Revista Brasileira de Educação*, n°1, jan./abr., 1996, 16-26.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p.17.

<sup>23</sup> *Idem.*

‘popular’ podem prestar muitos serviços”<sup>24</sup> inclusive no entendimento do discurso erudito, já que evidencia uma determinada forma de visão do mundo social – dualista – em que “os usuários da língua legítima empregam para classificar os outros e julgar sua *qualidade* e nos quais o termo que designa as propriedades imputadas aos dominantes representam sempre o valor positivo”<sup>25</sup>.

Assim, ele considera que essa forma de pensar o mundo social, que admite a existência de dois princípios opostos, acaba por ignorar aspectos importantes para a análise, mas, sobretudo, deixam de privilegiar “a diversidade extrema dos linguajares que são globalmente lançados na classe negativa de ‘linguagem popular’”<sup>26</sup>.

Bourdieu aponta ainda como uma das consequências da dominação simbólica a própria aplicação dessa visão dualista dos dominados em seu próprio universo social, ou seja, ele identifica uma reprodução de valores específicos do campo dos dominados, por aqueles que vivem em subordinação. E identifica a gíria como um “produto desse desdobramento que leva a aplicar à própria ‘linguagem popular’ os princípios de divisão dos quais ela é produto”<sup>27</sup>, o que leva a um sentimento de que se adequar linguisticamente seria aceitar a subordinação e, com isso, uma consequente rejeição a quaisquer dos “aspectos mais fortemente marcados do falar dominante, em especial as pronúncias ou as formas sintáticas mais difíceis”<sup>28</sup>.

O autor considera que a maior parte das análises sobre cultura popular são comandadas pelas noções de resistência e submissão e comenta que o estudo a partir dessas perspectivas não dão conta de entender os possíveis paradoxos de cada evento ou situação. Como forma de fugir dessa perspectiva dualista, que opõe uma linguagem *padrão* a linguagem *popular*, Bourdieu propõe, então, uma investigação do modelo da produção linguística na busca pela “extrema diversidade de combinações possíveis entre as diferentes classes de *habitus* linguísticos e de mercados”<sup>29</sup>.

Uma consideração extremamente interessante apontada no texto é a de que não há possibilidade de escape completo das leis linguísticas ou culturais e que, frente ao encontro com os “detentores da competência legítima”, mais marcadamente em uma

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Ibid. p.19.

<sup>27</sup> Ibid. p.20.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Ibid. p.21.

situação oficial, os dominados são condenados “a um esforço mais ou menos desesperado de correção ou ao silêncio”<sup>30</sup>.

Bourdieu também mostra que, além das especificidades no interior da linguagem popular, e apesar de não preocupar-se originalmente com a intenção literária, como já dissemos antes, ela não é desprovida de regras, “ela não ignora nem a busca do efeito, nem a atenção ao público e às suas reações, nem as estratégias retóricas destinadas a captar benevolência ou complacência”<sup>31</sup>. E conclui:

Assim, parece que as produções linguísticas e culturais dos dominados variam profundamente segundo sua inclinação e atitude para beneficiar-se das liberdades reguladas oferecidas pelos mercados livres, ou para aceitar as obrigações impostas pelos mercados dominantes.

Ainda do ponto de vista da reflexão realizada pelos autores franceses, podemos considerar as análises realizadas por Roger Chartier. Tomando por base para uma discussão acerca do conceito de cultura popular na obra deste autor um texto de 1992, originalmente preparado para apresentação em uma conferência sobre o tema e publicado no Brasil três anos depois<sup>32</sup>, podemos destacar que Chartier considera que o conceito de *cultura popular* é uma categoria erudita, tendo sido pensada para delimitar aquilo que estava fora da cultura erudita e que não era nomeada desta forma pelos próprios atores dessas práticas. Afirmando que a cultura popular possui inúmeras definições possíveis, ele considera válido resumir todas elas em dois modelos interpretativos: o primeiro foge do etnocentrismo cultural e percebe a cultura popular como um sistema autônomo e independente, que “funciona alheio à cultura letrada”, e o segundo, valoriza as “relações de dominação” existentes na sociedade e analisam a cultura popular a partir dessa dimensão de dependência “em relação à cultura letrada”<sup>33</sup>.

Chartier afirma que esses modelos interpretativos da *cultura popular* não só perpassaram todas as disciplinas que se propuseram a estudá-la como também observa, enquanto historiador, que esses modelos geraram uma periodização da cultura popular, como se tivesse existido uma “idade de ouro” dessa cultura e outro momento,

---

<sup>30</sup> Ibid. p.23.

<sup>31</sup> Ibid. p.24.

<sup>32</sup> CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico, **Revista Estudos Históricos**, vol. 8, n° 16, Rio de Janeiro-Rio de Janeiro, 1995, pp.179-192.

<sup>33</sup> Ibid. p.179.

subsequente, em que ela foi subjugada e reprimida, interpretação da qual ele discorda. Para o autor, particularmente, essa periodização não é importante. Segundo ele, é necessário que se estude as relações constituídas “entre formas impostas, mais ou menos constringedoras e imperativas, e identidades afirmadas, mais ou menos desenvolvidas”<sup>34</sup>. Atenta para o fato de que a existência de uma esfera que busca impor suas regras não quer dizer que essas regras sejam assimiladas, sugere que existe um espaço de ação e de resistência onde o povo atua, buscando formas de manter a sua identidade, e é essa relação, a ação nesse espaço que Chartier considera importante investigar.

Chartier questiona as ideias básicas que em sua opinião definiram o conceito de cultura popular na Europa e nos Estados Unidos durante muito tempo, afirmando que considera complicado fazer uma diferenciação tão nítida entre uma cultura dominante (ou letrada) e o que seria considerado uma cultura popular. Para ele essas duas categorias não são tão diferentes, pelo contrário, elas compartilham as mesmas práticas. Sendo assim, a divisão torna-se incoerente. O autor utiliza-se do conceito de apropriação, tomado a Michel de Certeau, e definido como os usos e interpretações, para falar desse compartilhamento da cultura<sup>35</sup>. Ainda sobre essa relação compartilhada, ele retoma os conceitos de tática e estratégia, propostos também por Certeau, como uma via de acesso para pensar a tensão existente nessa relação.

Chartier chama atenção ainda para a variação pelas quais passam os grupos sociais em determinado tempo e lugar e destaca a ameaça que a abordagem que ele propõe sofre, atualmente, salientando a dificuldade implícita na definição da categoria de *cultura popular*. Tentando responder à questão inicial do artigo, isto é, como articular os dois modos de inteligibilidade dessa questão, Chartier conclui que

a resposta não é fácil e hesita entre duas alternativas: operar uma triagem entre as práticas mais submetidas à dominação e aquelas que usam de astúcia com ela ou a ignoram; ou, então, considerar que cada prática ou discurso ‘popular’ pode ser objeto de duas análises que mostrem, alternadamente, sua autonomia e sua heteronomia<sup>36</sup>.

Inseridos em outras tradições historiográficas, autores como E.P. Thompson, Robert Darnton e Carlo Ginzburg também refletiram, nesse mesmo momento, sobre as

---

<sup>34</sup> Ibid. p.181.

<sup>35</sup> Ibid. p.184.

<sup>36</sup> Ibid. p.190.

práticas populares. Apesar de estarem inseridos no mesmo corte temporal, ou seja, numa mesma geração de pesquisadores, esses autores possuíam influências teóricas distintas das análises anteriormente citadas, pois que originárias das tradições intelectuais de seus respectivos países. Assim, pode-se perceber através de suas obras uma grande preocupação com o social e com o surgimento de novos temas e novas abordagens, que não eram privilegiados pelas historiografias inglesa, norte-americana e italiana da época, marcadas, em grande medida, pelo estruturalismo e/ou pelo marxismo ortodoxo.

Entre estes últimos autores, é Thompson o que mais claramente reflete sobre o conceito de cultura. Na introdução aos artigos compilados no livro *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, escritos mais ou menos entre 1967 e 1987, e reunidos na década de 1990 pelo autor, ele explica que o tema do costume foi o ponto em comum que o levou a reunir tais trabalhos. Na tentativa de compreender a construção da consciência de classe dos trabalhadores, Thompson foi levado a estudar a sociedade inglesa do século XVIII e parte do XIX e se deparou com o costume como um forte traço daquela sociedade, o que o levou a desenvolver diversos estudos com esse enfoque.

O autor chama a atenção para o fato de que os historiadores que estudam os séculos XVI e XVII tenderem a ver o século XVIII como um momento em que esses costumes estavam em declínio, um momento em que os mesmos sujeitavam-se a pressões externas, vindas de cima, com o objetivo de reformar a sua cultura. Segundo ele, em oposição a essa pressão, agia uma resistência, que fez surgir no século XVIII uma separação profunda entre a cultura plebeia e a cultura patricia. Citando o trabalho de Peter Burke, *Cultura popular na Idade Moderna*, Thompson fala que essa separação ocorreu em toda Europa e graças a ela surgiu o folclore, desde o início marcado pelo distanciamento e superioridade, observando os costumes como resquícios do passado e coletando-os como colecionadores. Ele valoriza as descrições detalhadas desses folcloristas como fontes preciosas de alguns costumes, contudo ressalta que:

o que se perdeu, ao considerar os costumes (plurais) como discretas sobrevivências, foi o sentido intenso do costume no singular (embora com variadas formas de expressão) – o costume não como posterior a

algo, mas como *sui generis*: ambiência, *mentalité*, um vocabulário completo de discurso de legitimação e de expectativa<sup>37</sup>.

Ainda nessa introdução ele salienta, em diversos momentos, a importância do contexto. Considera que, ao serem analisados fora de seu contexto, os costumes perdem seu sentido e racionalidade. Para ele, é a partir da análise conjunta com o contexto que se pode entender os significados dos costumes para aqueles que o praticavam.

Thompson fala ainda sobre o processo de mudanças ocorridas nas cerimônias e procissões dos ofícios que eram celebradas por todos e faziam parte do calendário corporativo e que aos poucos foram sendo realizadas somente em dias festivos e em seguida foram perdendo o apoio dos empregadores e dos próprios ofícios por temerem “explosões de alegria e distúrbios”<sup>38</sup>, chamando atenção para o quanto o fato era “sintomático da dissociação entre as culturas plebeia e patricia no século XVIII e no início do XIX”. É importante destacar que Thompson coloca o sujeito como ator importante e considera a cultura (costume) como uma via essencial que deve ser levada em conta nas análises históricas, porém isso não significa dizer que ele deixou de considerar os conflitos de classe.

O autor deixa clara sua posição sobre o conceito de cultura e de cultura popular ao considerar a cultura como um campo privilegiado de conflito da luta de classes, contrariando o posicionamento dos folcloristas que costumam observar esses costumes como algo permanente. Ao contrário, ele considera que os costumes estavam em constante movimento, que eram “um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”<sup>39</sup>. É este inclusive um dos motivos pelo qual Thompson alerta para o perigo de utilizar o termo cultura popular, conceito que considera generalizante, principalmente se não houver o cuidado com o contexto, o movimento, o processo através do qual os costumes se estabelecem. Falar de uma cultura popular pode ser demasiadamente abrangente. Talvez por isso, Thompson prefira falar de cultura plebeia, especificamente para falar sobre os costumes de certo conjunto de trabalhadores, numa determinada época e em determinado lugar, ou seja, dentro de um contexto determinado.

Outro autor importante a ser considerado sobre a questão da cultura popular é Carlo Ginzburg. Em seu primeiro trabalho, *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos*

---

<sup>37</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.14.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p.16

<sup>39</sup> *Ibid.*, pp.16 e 17

*agrários nos séculos XVI e XVII*, publicado em 1966, Ginzburg tinha como objetivo reconstituir as práticas e crenças de feitiçaria e perceber por quais transformações essas crenças passaram e as relações entre essas crenças específicas – localizadas no Friuli, uma região na Itália - e um universo cultural mais amplo. No desenvolvimento de sua pesquisa ele mostra como aconteceu a transformação dos *benandanti* (andarilhos do bem) em feiticeiros. Ressalta a incapacidade dos inquisidores naquele momento em compreender esse conjunto de crenças, porque não compartilhavam a mentalidade dos camponeses, revelando um grande fosso cultural entre o mundo dos inquisidores e o dos camponeses. Analisando os depoimentos dos *benandanti*, Ginzburg mostra como os inquisidores procuravam uma brecha nos discursos desses camponeses, de forma que a crença revelada pelos inquiridos pudessem se encaixar de alguma forma em sua própria chave explicativa mental, no caso, os sabás. Desta forma, através desse embate, a cultura dos *benandanti* se transforma. Além disso, o autor estabelece uma relação dos *benandanti* com cultos agrários de séculos anteriores, afirmando ser esse um conjunto de crenças que não teve ligação com o mundo culto, ou seja, surgiu de uma base popular.

Com a publicação de seu segundo trabalho *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, em 1976, sua obra passou a ter visibilidade internacional. O livro teve grande impacto não só na Itália e, ainda na década de 1970 foi traduzido para outras línguas. Segundo o próprio Ginzburg, o ambiente naquele momento era propício para a boa recepção do livro - que ele considerava menos inovador do que *Andarilhos do bem* -, contando inclusive com críticas positivas de nomes como Eric Hobsbawm e Fernand Braudel. Chama a atenção para o fato de o livro ser emblemático por sua temática, fugindo do padrão ainda vigente de uma história ligada a temas nacionais. Ginzburg cita, por exemplo, o fato dos trabalhos de Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*, e de Robert Darnton, *O grande massacre de gatos*, estarem também sendo traduzidos naquele momento<sup>40</sup>.

Neste trabalho, Ginzburg assume sua veia de narrador, demonstrando claramente a preocupação e o cuidado que viria a ter com o texto. Ele conta a história de Domenico Scandella, conhecido por Menocchio, moleiro do Friuli (Itália) que respondeu a um processo inquisitorial acusado de difundir ideias heréticas. Ainda no prefácio o autor

---

<sup>40</sup> GINZBURG, C. História e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg. Entrevista a Alzira Alves de Abreu, Angela de Castro Gomes e Lucia Lippi Oliveira. **Revista Estudos Históricos**, vol. 3, n. 6, 1990, pp.260-261.

fala sobre o conceito da cultura popular, chamando atenção para o problema que se coloca ao historiador disposto a se dedicar ao tema, devido à falta de fontes diretas. Para ele, o conceito de cultura popular como vinha sendo formulado era bastante ambíguo, por isso prefere trabalhar com a formulação proposta por Mikhail Bakhtin de que existe “uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a classe dominante”<sup>41</sup>. Sobre este trabalho de Ginzburg, algumas questões devem ser levantadas. O autor chama atenção para a relação do indivíduo com a sociedade, tomando como exemplo o fato de Menocchio não ter sido denunciado pela comunidade, mas sim por alguém de fora da mesma, um padre. Para ele isso é revelador de que, de certa maneira o discurso de Menocchio é aceito pela comunidade. Através desse moleiro o autor pôde perceber também o hábito da leitura no universo da cultura camponesa. E mesmo levando em consideração as dificuldades para ler e escrever identificadas em Menocchio percebe uma circulação muito maior do que se supunha dos livros e da própria leitura. Algumas pessoas que sabiam ler acabavam divulgando suas leituras para resto da comunidade. E ainda, perseguindo o caminho dos títulos que passaram pelas mãos do moleiro, o autor procurou estabelecer as relações que o mesmo fez para a construção de sua própria cosmologia, atentando para a leitura ativa praticada pelo camponês. Importa dizer também que Ginzburg singulariza a experiência de Menocchio ao considerar que um homem como ele só poderia ter existido naquele momento histórico específico da Reforma e da difusão da imprensa. Para Ginzburg, a singularidade de Menocchio consistiu exatamente na sua capacidade de leitura, o que lhe proporcionou uma reformulação das suas ideias baseadas inicialmente numa cultura popular camponesa a partir do contato com a cultura erudita através dos livros.

Em comparação com *Andarilhos do bem*, podemos perceber algumas mudanças no posicionamento de Ginzburg em *O queijo e os vermes*. No primeiro, os indivíduos acabam por se submeter à cultura erudita, a partir do momento em que a crença nos *benandanti* se transformou. No segundo, o indivíduo passa a ter um papel importantíssimo, porque é capaz de reformular sua própria cultura a partir do contato com a cultura do outro, ou seja, o modo de lidar com a cultura é, também, individualmente determinado. Ainda outro ponto: no primeiro a relação entre a cultura popular e a cultura erudita é tensa, cada uma tem sua lógica própria de funcionamento. No segundo as culturas se relacionam, influenciando-se mutuamente. Importante

---

<sup>41</sup> GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras (Companhia de bolso), 2006, p.18.



salientar que a cultura popular no primeiro, era vista como um substrato original e no segundo, a cultura é percebida como um condicionante flexível, um universo dentro do qual o homem pode se deslocar, sem enfim sair dela.

Um último autor ainda importante de ser considerado sobre o debate que, a partir dos anos setenta, coloca em pauta a questão da cultura popular é Robert Darnton. Seu primeiro livro, *O lado oculto da revolução: Mesmer e o final do iluminismo na França*, publicado em 1968, é parte de sua tese de doutorado. Neste trabalho, Darnton objetiva “examinar a mentalidade dos franceses cultos [antes da Revolução Francesa] e ver o mundo como eles o viam, antes que a Revolução o tirasse o foco”<sup>42</sup>. Para isso, o historiador utiliza diversas fontes “negligenciadas dessa mentalidade”, como periódicos e folhetos científicos da época, relatórios policiais, diários, cartas particulares, entre outros. Nessas fontes ele procura desvendar os interesses do público leitor na França da década de 1780<sup>43</sup>. Ele identifica nesse público um grande interesse pela ciência, que naquele momento não se definia como atualmente a concebemos. Ciência e pseudociência estavam naquele momento no mesmo emaranhado de crenças a respeito do poder das forças da natureza. O movimento *mesmerista* se inseria nesse rol de interesses, sendo um caminho para os escritores radicais, “uma causa que poderia prender a atenção dos seus leitores sem atrair a da censura”<sup>44</sup>. Logo no início do livro, o autor explicita a utilização do conceito de mentalidade dos *Annales*, contudo é necessário perceber a adaptação que Darnton faz desse conceito. Ele especifica que a mentalidade se refere a um determinado grupo em particular, não considerando a mentalidade como algo que paira por sobre a sociedade em geral. Ao sugerir o uso desse conceito, ele possibilita uma nova via de acesso ao Iluminismo, que foge das formas clássicas de abordagem do tema. Para ele o indivíduo não está pré-determinado pela mentalidade, mas age por dentro dela. Dessa forma ele se distancia mais uma vez da formulação do conceito proposto por Lucien Febvre, já que para este a mentalidade está acima do contexto. A mentalidade em Darnton opera com a questão da empiria, tão significativa em sua obra segundo ele mesmo constatou<sup>45</sup>. Ele observa ações individuais que são determinadas pelo lugar social ocupado por esses indivíduos.

---

<sup>42</sup> DARNTON, R. **O lado oculto da revolução: Mesmer e o final do iluminismo na França**. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p.09.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p.09.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p.13

<sup>45</sup> DARNTON R., “Robert Darnton”, Entrevista concedida a Maria Lucia G. Pallares-Burke. In: **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p.247.

O livro *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*, publicado em 1982, é o segundo<sup>46</sup> trabalho do autor baseado na documentação, intocada até então, e por ele descoberta, de uma editora suíça chamada *Société Typographique de Neuchâtel*<sup>47</sup>. Muito do que realizou posteriormente em seu trabalho foi baseado nesse conjunto documental. Nesse livro, Darnton trata da produção e distribuição de livros da literatura ilegal na França pré-revolucionária, mostrando como as ideias heterodoxas só podiam circular na clandestinidade e como as mesmas penetraram na sociedade francesa daquele momento. No fundo, sua questão que também o acompanhou em outros trabalhos, era entender de que forma o Iluminismo influenciou a Revolução Francesa. Ainda na introdução do livro ele propõe uma história social das ideias e a defende como um caminho possível para contribuir para uma nova avaliação do Iluminismo<sup>48</sup>. Nesse caso, ele propõe uma análise que vai além do estudo dos livros propriamente ditos, chegando aos escritores, suas estratégias de carreira, suas situações sócio-econômicas, entre outros. Ou seja, uma história das ideias que parte de grupos sociais específicos e que procura entender como eles se constroem socialmente.

A partir da década de 1970, Darnton começou a aproximar-se de uma nova forma de lidar com a cultura, mais associada à antropologia, principalmente a partir do contato com o antropólogo Clifford Geertz, na Universidade de Princeton, onde ambos eram professores. Esse encontro resultou em um Seminário em História e Antropologia, conduzido conjuntamente e ao qual Darnton considera ter sido para ele “um curso intensivo de antropologia”. Ainda sobre o seminário ele assume que o livro *O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa*, publicado em 1984, é marcado por essa experiência. Contudo, chama atenção que esse não pode ser considerado um livro essencialmente geertziano, pois contém influências de outros antropólogos também, “numa tentativa de escrever história numa veia etnográfica”<sup>49</sup>. Nesse livro, o autor tem por objetivo fazer uma espécie de tratado metodológico de como os historiadores podem se aproximar da ciência antropológica. Ele não copia simplesmente a teoria de Geertz, mas propõe que os historiadores se beneficiem do

---

<sup>46</sup> O primeiro intitula-se *Enlightenment: A Publishing History of the Encyclopédie, 1775-1800*, publicado em 1979 e fala sobre a história da produção e difusão de ideias do livro que é considerado a Bíblia da Revolução Francesa, a Enciclopédia, de Diderot e D’Alembert. Ibid, pp. 234-235

<sup>47</sup> DARNTON, R. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 08.

<sup>48</sup> DARNTON, R. 1987, p.10.

<sup>49</sup> DARNTON, R. “Entrevista com Robert Darnton”, Entrevista concedida a José Murilo de Carvalho. In: **Revista Topoi**, n. 5, v. 5, p. 389.

conceito de cultura proposto pelo antropólogo na análise de seu objeto, ou seja, na tentativa de olhar o passado buscando entender as transformações do mundo. O sentido interpretativo da cultura criado por Geertz é utilizado por Darnton. Assim, tanto nas fontes orais utilizadas pelos antropólogos, como nos relatos deixados por artesãos e encontrados em arquivos, é possível analisar qualquer evento, porque qualquer relato é pleno de interpretação.

Ao transpor o debate em torno das definições de cultura, e particularmente, sobre cultura popular para o nosso objeto particular de estudo, o carnaval do Rio de Janeiro, evidenciam-se importantes questões.

Primeiramente vale salientar que estamos de acordo com a crítica que parte da historiografia faz questionando as conceituações muito amplas. É importante lembrar que o carnaval é uma festa que sofreu diversas modificações ao longo do tempo e desenvolveu características específicas nas sociedades em que existiu. Além disso, é composto por manifestações diversas que ocupam os dias de Momo de formas diferenciadas. Nesse sentido, a ideia de cultura no plural, defendida por Certeau e Bourdieu é inspiradora da análise que procederemos sobre o carnaval.

Com relação especificamente ao conceito de *cultura popular*, tomando-se todos os cuidados apontados pelos autores e levando-se em consideração a pesquisa sobre o carnaval Rio de Janeiro, questionamos a utilização desse conceito para marcar essa manifestação como um todo. Até onde pudemos verificar, o carnaval aparece como uma manifestação presente tanto nas camadas pobres da cidade quanto nas residências mais nobres, ainda que com significados distintos para cada um de seus participantes. Nesse sentido, perceber os diversos contextos da festa, como sugere Thompson, bem como a permeabilidade e circularidade entre uma cultura erudita e aspectos mais populares, como propõem Chartier e Ginzburg, pode ser útil para se evidenciar aspectos significantes do carnaval do Rio de Janeiro, especialmente, os acontecimentos dos dois carnavais do ano de 1912. Assim, com vistas a compreender aspectos singulares desta festa, procederemos a uma breve análise da historiografia especializada nas questões relacionadas ao carnaval.

## 1.2. Considerações sobre o carnaval: olhares historiográficos

No Brasil, o carnaval se tornou uma das mais conhecidas manifestações culturais, transformando-se em um símbolo da identidade nacional<sup>50</sup> e, conseqüentemente, objeto privilegiado dos estudos acadêmicos. Por esse motivo, foi alvo de inúmeros trabalhos e gerou uma série de reflexões ao longo do tempo. Pretendemos aqui recuperar de forma geral as principais linhas interpretativas relacionadas ao tema. Destacaremos alguns autores da historiografia internacional e nacional que são considerados clássicos para os estudos sobre o carnaval, por terem influenciado uma gama bastante grande de pesquisadores que seguiram suas pistas intelectuais.

No âmbito internacional, Julio Caro Baroja<sup>51</sup> tratou das manifestações populares no mundo ibérico, mais especificamente na Espanha. Esse autor apresenta uma característica interessante ao diferenciar-se de outros que tendem a buscar no carnaval uma existência única e recorrente<sup>52</sup>. Contudo, o autor percebe a festa como um momento de inversão da ordem social, de excessos de todas as formas “cometidos” de maneira permitida. Ou seja, ele considera a festa como um tempo definido em que inversões de todo o tipo são permitidas e possíveis. Para ele é muito claro o objetivo da determinação desse tempo de exceção: a manutenção do equilíbrio social. Diante desse posicionamento, Rachel Soihet considera que o autor propõe uma visão conservadora do carnaval, como “força estabilizadora, destinada à manutenção da ordem” e não atenta “para a presença da resistência e para a possibilidade modificadora da festa”<sup>53</sup>.

Segundo a mesma autora, Emmanuel Le Roy Ladurie<sup>54</sup> apresenta uma análise mais complexa da festa, investigando diversas dimensões relacionadas a ela, como a social, a religiosa, a biológica e a cósmica. Embora seja possível identificar a influência de Baroja em sua obra, ele se afasta deste autor ao considerar a possibilidade transformadora do carnaval<sup>55</sup>.

---

<sup>50</sup> Sobre a discussão de como o carnaval foi transformado em símbolo da nacionalidade brasileira, ver o livro de Maria Clementina Pereira Cunha. **Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>51</sup> BAROJA, Julio Caro. **El Carnaval** (Análisis Histórico-Cultural). Madrid: Taurus, 1989.

<sup>52</sup> SOIHET, op.cit, p. 02.

<sup>53</sup> SOIHET, op.cit, p.03.

<sup>54</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. **O carnaval de Romans**. Da Candelária à quarta-feira de cinzas, 1579-1580. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>55</sup> SOIHET, op.cit, p.03.

Outro autor que merece destaque, quando se trata de investigar uma historiografia específica sobre o carnaval, é Mikhail Bakhtin<sup>56</sup>. Seu interesse em compreender a obra do escritor François Rabelais se justifica - em sua concepção - pelo peculiar caráter popular do autor. Dessa forma é que se torna imprescindível, segundo Bakhtin, “uma investigação profunda dos domínios da literatura cômica popular”<sup>57</sup>. Seguindo essa trilha, Bakhtin chega ao carnaval, considerado como o maior símbolo daquilo que ele chama de cultura cômica popular no período da Idade Média e Renascimento<sup>58</sup>. Diferentemente de Baroja, Bakhtin

remonta ao paganismo para explicar as origens desta festa, considerando-a inserida na cultura popular de vários milênios; para ele, é nítida a identificação do carnaval com as saturnais romanas, cujas tradições “permaneceram vivas no carnaval da Idade Média”<sup>59</sup>.

Afasta-se ainda em mais um ponto da obra de Baroja ao considerar o carnaval como força que ajuda a transformar a sociedade.<sup>60</sup>

No Brasil, as festas em geral, e o carnaval mais especificamente, permaneceram por longo tempo como foco dos estudos de folclore e da etnografia. Como exemplo de publicação desse tipo, podemos citar o trabalho de Mello Moraes Filho<sup>61</sup>, que veio a público em 1901. Neste momento

as festas que mereceriam atenção do folclorista e do etnógrafo seriam aquelas que fariam parte das tradições culturais nacionais, regionais ou locais e seriam aquelas praticadas pelas camadas populares, que expressariam o verdadeiro caráter nacional, deturpado, que estaria nos grandes centros, nas cidades, pelo influxo civilizador dos costumes estrangeiros. As festas da roça e na roça seriam as verdadeiras expressões de uma cultura nacional ameaçada de desaparecimento pela chegada do progresso e da modernização<sup>62</sup>.

No momento em que Mello Moraes Filho escreve o Brasil vivia os primeiros momentos do período republicano. Esse período da história do país, lido por uma historiografia mais tradicional numa chave explicativa construída nas décadas de 1920 e

---

<sup>56</sup> BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François, Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 03.

<sup>58</sup> SOIHET, op. cit., p.05.

<sup>59</sup> *Idem.*

<sup>60</sup> *Idem.*

<sup>61</sup> MORAES FILHO, Mello. **Festas e Tradições Populares no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

<sup>62</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Revista Patrimônio e Memória**, Unesp, FCLAs, CEDAP, v. 7, n.1, jun. 2011, p.135.

1930, era considerado um momento marcado pelo atraso, visto como um país que politicamente não havia dado certo. Foi essa tradição historiográfica inclusive que cunhou a expressão República Velha, que refletia exatamente o aspecto depreciativo que se desejava salientar. Expressão recheada de significados que contrastava com o Estado Novo em formação nos anos 1930<sup>63</sup>.

Seguindo a mesma lógica de análise, o período da Primeira República também foi percebido, por uma dada interpretação historiográfica, como um momento em que as expressões culturais não deram conta de valorizar o que era “verdadeiramente” nacional, porque teriam se preocupado unicamente em imitar os valores e costumes europeus. O mérito da integração nacional, convenientemente, ficava legado ao Estado Novo, que teria sido capaz de finalmente unificar não só politicamente, mas também culturalmente o país, consagrando ao mesmo tempo a imagem de um país mestiço.

Recentemente, uma nova perspectiva historiográfica tem buscado analisar a Primeira República com um olhar diferenciado. Os novos estudos apontam para a percepção de um rico e variado campo de manifestações populares, que cresceram e se legitimaram a partir de 1889<sup>64</sup>.

No que se refere ao carnaval, cabe ressaltar que muitos dos historiadores dedicados ao tema afirmam que a proclamação da República teria sido um momento especialmente problemático e repressivo do Estado com relação às manifestações carnavalescas.

Em importante estudo sobre o carnaval, desenvolvido por Rachel Soihet,<sup>65</sup> o carnaval é tomado como uma manifestação popular que, como tal, inseria-se em um universo cultural que precisava ser homogeneizado dentro do contexto de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, ansiada por uma burguesia emergente na virada no século XIX para o XX. Essa classe dominante desejava estabelecer na cidade os mesmos padrões estéticos, morais e culturais europeus, principalmente franceses, ou seja, trazer ao Rio de Janeiro o progresso e a civilização. Segundo a autora, tal processo passaria

---

<sup>63</sup> É importante sublinhar que a escolha de uma nomeação para um período cronológico e ainda a construção de uma dada memória para este período não foi ingênua, foi uma escolha essencialmente política, que tinha como objetivo validar um novo caminho para conduzir o país, baseado em intervenções pautadas no autoritarismo e nos ataques ao liberalismo. Ver sobre este tema: ABREU, Martha e GOMES, Ângela de C. Apresentação. **Revista Tempo**, vol. 1 3, n° 26, jan-jun 2009, pp. 11-14.

<sup>64</sup> Ibid, pp. 19-21.

<sup>65</sup> SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

pela eliminação dos “hábitos grosseiros e vulgares, frutos da herança lusa, negra e indígena, símbolos do atraso e do arcaísmo”<sup>66</sup>.

No entanto, Soihet chama a atenção para o fato das manifestações populares se apresentarem como uma importante via de expressão das classes mais pobres, que afastadas da participação política, encontravam nesse caminho, durante o carnaval, um meio de demonstrar seus anseios e necessidades. Neste mesmo sentido, representavam também uma forma de resistência à opressão do Estado, uma vez que, mesmo diante das proibições, os populares tomavam as ruas. É exatamente esse o aspecto de discordância da autora, por exemplo, com o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que afirma que as manifestações populares só tomariam as ruas do Rio de Janeiro a partir da década de 1930<sup>67</sup>.

Com relação à predominância da burguesia na festa, Soihet declara que, em suas pesquisas a respeito do carnaval no Rio de Janeiro no período, os populares nunca abriram mão de desfilar nas ruas do centro da cidade, mesmo depois da abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), e mesmo considerando as campanhas contra a sua presença e permanência na cidade<sup>68</sup>.

Este é um aspecto que nós também pudemos observar, com bastante clareza, nos acontecimentos do carnaval de 1912. Mesmo com as dúvidas relacionadas com a realização do carnaval no tempo a ele determinado, a população da cidade tomou conta das principais ruas do centro e também dos subúrbios, chamando atenção para o fato de não ficarem na dependência da organização das instituições ligadas ao carnaval, como as sociedades e clubes carnavalescos. Assim, podemos refletir que a festa não estava limitada àquilo que as organizações burguesas estavam dispostas a oferecer. A festa era formada pelas diversas manifestações que se apresentavam e conviviam, de forma nem sempre pacífica, mas numa luta constante pela conquista de espaços.<sup>69</sup>

Leonardo Affonso de Miranda Pereira<sup>70</sup>, por sua vez, procura desenvolver uma análise do discurso dos literatos a respeito do carnaval observando as formas pelas quais os homens de letras retratavam a festa, os posicionamentos manifestados nos textos,

---

<sup>66</sup> Ibid., p. 64.

<sup>67</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

<sup>68</sup> SOIHET, 1999, p. 12.

<sup>69</sup> Sobre a consolidação do carnaval como uma disputa pela conquista do espaço, ver FERREIRA, Felipe. **Inventando carnavais: o surgimento do Carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

<sup>70</sup> PEREIRA, Leonardo A. de M. **O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

bem como os valores e representações ali expressos. É interessante notar que o autor também critica a visão do carnaval com uma festa única, com feições e significados constantes no tempo, desde uma suposta origem nas bacanais gregas até os tempos atuais. Neste aspecto, aparta-se da interpretação proposta por autores como Eneida de Moraes e José Carlos Sebe<sup>71</sup>. Pereira critica ainda o trabalho de Roberto da Matta<sup>72</sup>, que, seguindo a tradição das ciências sociais, atribui à festa um caráter generalizante, não levando em consideração as especificidades de cada momento histórico, suas rupturas e contradições. Sobre o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>73</sup>, apesar de reconhecer sua contribuição para a construção de uma leitura histórica sobre a festa, considera que a abordagem acabou por também se inclinar a uma perspectiva generalizante, uma vez que em cada etapa histórica é buscada uma essência da manifestação dominante.

Destaque também deve ser dado à obra de Maria Clementina Pereira Cunha<sup>74</sup>. Em um interessante estudo sobre o carnaval no Rio de Janeiro, a autora procura examinar o processo de afirmação da festa do carnaval como símbolo de nacionalidade, isto é, o atrelamento entre este tipo de manifestação popular e a construção de uma identidade nacional. Em meio a tal reflexão, discorda das interpretações da festa como um fenômeno contínuo e evolutivo, como se suas distintas formas de apresentação consistissem em progressivos aperfeiçoamentos ao longo do tempo. Mostra como as diferentes formas de brincar o carnaval conviveram juntas em diversos momentos.

Já Wlamyra de Albuquerque, que faz uma análise voltada para a Bahia, um outro espaço geográfico, mas utilizando-se de um mesmo corte temporal. Considera que os batuques e máscaras avulsas eram mais fortemente combatidos no final do XIX do que outras manifestações carnavalescas. Isso se dava, segundo alguns autores, por ser mais difícil exercer o controle, principalmente se comparados àquele controle sobre os clubes africanos. Ela diz ainda que para a maior parte de imprensa “a principal justificativa para a proibição aos batuques era a inadequação deles ao modelo carnavalesco”, referindo-se aí ao modelo carnavalesco idealizado, que estava em processo de construção. Nos primeiros anos da República, ela chama atenção que não havia mais os

---

<sup>71</sup> MORAIS, Eneida. **História do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: Record, 1987; SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais**. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>72</sup> Ver: DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

<sup>73</sup> QUEIROZ, op. cit.

<sup>74</sup> CUNHA, Maria C. P. op. cit.



senhores para efetuar castigos aos negros e também a polícia mostrava-se ineficiente “na demarcação dos limites da liberdade da população de cor”<sup>75</sup>.

Não é possível falar da historiografia do carnaval sem citar o livro de Eneida de Moraes, *História do carnaval carioca*. Como o próprio título sugere, as reflexões da autora concentram-se no carnaval da cidade do Rio de Janeiro. Seus apontamentos foram seguidos em diversos trabalhos. Em sua obra a autora acaba por segmentar as diversas manifestações carnavalescas.

Finalmente é importante destacar o trabalho de Felipe Ferreira, *Inventando carnavais: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. O autor apresenta uma visão nova a respeito da festa, considerando a disputa pelo espaço como viés de seu trabalho, propondo uma novidade nas análises do carnaval, que não eram até então privilegiadas pela historiografia. “É exatamente na disputa pelo espaço, ligada à disputa pelo poder, que se podem identificar os mecanismos das festas em geral e da festa carnavalesca em particular.”<sup>76</sup>

Além das análises específicas sobre o carnaval, há alguns trabalhos importantes sobre a cultura popular da Primeira República - mesmo recorte cronológico tratado aqui quando analisamos o carnaval de 1912 -, que fogem das análises “totalizantes e restritas ao determinismo materialista” e privilegiam “atores sociais nem sempre valorizados”<sup>77</sup>. Estudos que tratam da cultura na Primeira República através de outro olhar, muito mais rico e complexo.

Um primeiro trabalho a ser destacado é o desenvolvido por Martha Abreu com sua pesquisa sobre música popular, mais especificamente sobre análise da obra de Eduardo das Neves. A autora salienta que é possível identificar sinais

que [...] evidenciam a presença na formação cultural brasileira, indicando que nem só de cânones literários, artísticos e musicais europeus teria vivido a chamada *Belle Époque* republicana. Nem só de visões pessimistas sobre o Brasil e os produtos da mestiçagem estavam presentes no mercado editorial e cultural na capital da República<sup>78</sup>.

<sup>75</sup> ALBUQUERQUE, W. R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.199.

<sup>76</sup> FERREIRA, Felipe. op.cit., p. 21.

<sup>77</sup> ABREU, M. Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: algumas questões para a pesquisa e o ensino de História. In: SOIHET et al. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 410.

<sup>78</sup> ABREU, M. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). **Topoi**, v.11, n.20, jan-jun 2010, p. 105.

Além desse trabalho, Maria Clementina P. Cunha<sup>79</sup>, em artigo em trata da obra de Sinhô, mostra de que maneira intelectuais como Manuel Bandeira, Lima Barreto e Coelho Netto se relacionavam com manifestações populares - no caso a música; além da relação estabelecida entre intelectuais e grupos de sambistas, dentre os quais Sinhô fazia parte. Diz ela: “o vivo debate cultural dos anos 20 que os levava [os intelectuais] a debruçar-se sobre os versos e canções das ruas e gafieiras abria um espaço inédito para compositores” pobres do Rio de Janeiro.<sup>80</sup> Neste trabalho a autora também atenta para a necessidade de não olhar para o samba como entidade unívoca, porque dessa forma corre-se o risco de perder toda a tensão e os conflitos que envolveram o processo de surgimento do samba no Rio de Janeiro<sup>81</sup>.

A partir dessa breve análise sobre algumas das obras que tratam o carnaval e a cultura popular durante os primeiros anos da República, nos parece relevante ampliar a discussão no sentido de contribuir para a desconstrução da imagem de uma festa única, permeada pelos mesmos significados ao longo do tempo e construída como verdadeiro símbolo da nacionalidade brasileira.

É importante notar que, embora diversos aspectos tenham sido tratados nestes estudos que abordam o carnaval, praticamente nenhum deles deu atenção especial à questão do tempo da festa ou das disputas em torno da configuração do tempo. As duas exceções são os trabalhos de Roberto Da Matta e de Maria Laura Cavalcanti, que porém não aprofundam-se nela e nem suas pistas foram até agora seguidas. Ainda cabe ressaltar que os dois autores são do campo das ciências sociais.

Primeiramente falaremos sobre a obra clássica de Da Matta, *Carnavais, malandros e heróis*. Ao comparar o carnaval com a comemoração do Dia da Pátria, o autor faz uma análise do tempo da festa. Chama atenção para o fato de que os dois rituais mobilizam a população e acontecem em um tempo “vazio” – ou seja, um feriado. Contudo, salienta que o tempo marcado pela festa carnavalesca é diferente daquele marco histórico que delimita a data de comemoração do Dia da Pátria. O tempo do carnaval estaria ligado a uma temporalidade “cronológica cíclica”, estabelecendo um elo universal. “A cronologia do carnaval é, assim, uma *cronologia cósmica*,

---

<sup>79</sup> CUNHA, M.C.P. De sambas e passarinhos. As claves do tempo nas canções de Sinhô. In: CHALHOUB et al. **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

<sup>80</sup> Ibid, p. 554.

<sup>81</sup> Ibid, pp. 557 e 572.

diretamente relacionada à divindade e a ações que levam à conjunção ou disjunção com os deuses.”<sup>82</sup> Mas não analisa o calendário.

Maria Laura Cavalcanti lembra sobre a importância do tempo não só cronológico, mas também aquele que remete à periodicidade de ritos e festas, o que antropologia chama de *tempo estrutural*, que “é sincrônico, repetitivo, com conteúdos cognitivos e afetivos característicos. É um tempo social, fortemente ligado à experiência vital e à visão de mundo de uma sociedade ou civilização.”<sup>83</sup> Assim, a autora completa: “O carnaval é parte de uma civilização e seu tempo tem uma dimensão estrutural, pois com ele experiências e atos socialmente definidos retornam a cada ano.”<sup>84</sup>

Ultrapassando a questão do tempo, a autora analisa o calendário, mas como elemento significativo na construção do carnaval especificamente para os desfiles das escolas de samba, mostrando como o tempo estrutural liga-se ao histórico.

---

<sup>82</sup> DA MATTA, R. op.cit., p.55.

<sup>83</sup> CAVALCANTI, M.L.V. de C. O rito e o tempo: a evolução do carnaval carioca. In: CAVALCANTI, M.L.V. de. **O rito e o tempo**: ensaios sobre o carnaval. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.77.

<sup>84</sup> Idem.

## Capítulo 2:

### 1912: o ano com dois carnavais

O calendário de 1912 marcava para o dia 17 de fevereiro o início do carnaval. Com a morte do barão do Rio Branco no dia 10 do mesmo mês instaurou-se a polêmica: era lícito comemorar o carnaval em data tão próxima ao passamento de uma figura considerada de tamanha relevância para a construção da nacionalidade do país? Ainda no dia em que a notícia do falecimento veio a público começou a correr uma movimentação que clamava pelo adiamento da festa para o mês de abril daquele ano.

Neste capítulo veremos como o calendário do carnaval passou a ser definido e como se desenrolou a discussão em torno da polêmica sobre o adiamento da festa em 1912, percebendo de que forma os discursos foram apropriados pelos grupos envolvidos na questão da cobertura dos eventos carnavalescos realizada pelos periódicos cariocas. Para a consecução de tal objetivo, faremos uma breve caracterização dos principais jornais do Rio de Janeiro naquele momento e, posteriormente, descreveremos a cobertura realizada pelos periódicos sobre a morte do barão do Rio Branco e sobre os festejos carnavalescos de fevereiro e os de abril.

Como é de amplo conhecimento, o calendário do carnaval é estabelecido nos moldes do que foi definido pela reforma realizada pelo papa Gregório XIII, em 1582 e que deu origem ao calendário Juliano Gregoriano, que substituiu o antigo calendário Juliano, instituído por Julio César. Esta reforma nos importa aqui, porque foi a partir dela que ficou determinada a data de comemoração da Páscoa e consequentemente do carnaval.

Para a definição na Páscoa determinou-se sua celebração no domingo “a partir de 22 de março, quando ocorrer a primeira lua nova, contam-se 14 dias e após, no primeiro domingo, é a Páscoa”<sup>85</sup>. O carnaval, por sua vez, acontece sempre sete domingos antes do domingo de Páscoa.

É importante considerar que a forma como concebemos atualmente o calendário possui uma longa história de disputas, de definições e de luta do homem na tentativa de controlar o tempo. Como nos ensina Le Goff<sup>86</sup> o calendário, além de ser um importante

---

<sup>85</sup> ARAÚJO, H. op.cit. p. 20.

<sup>86</sup> LE GOFF, Jacques. Calendário. IN: **Enciclopédia Einaudi**, volume 1: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

instrumento de poder é também um objeto cultural e religioso<sup>87</sup> que define não somente o tempo do trabalho, mas também o de descanso e o tempo de lazer e das festas<sup>88</sup>. Alterações no calendário são, por esse motivo, sempre permeadas de conflitos. Ainda segundo Le Goff, o exemplo mais significativo de resistência a uma reforma no calendário foi a instituída pela Revolução Francesa, que mesmo tendo durado 13 anos, não foi emplacada<sup>89</sup>.

No carnaval de 1912, no Rio de Janeiro, a proposta de alteração do calendário também enfrentou diversas resistências e disputas. Diante das dúvidas que pairavam sobre a cidade, a população ocupou as ruas em fevereiro de 1912, e promoveu a sua festa. O que se pode perceber no primeiro carnaval comemorado em 1912 é que este foi um festejo mais espontâneo, já que não contou com a apresentação das principais sociedades carnavalescas de então e os bailes foram em sua maioria, transferidos. Vale lembrar aqui que a realização de bailes e préstitos dependia da concessão de licença do chefe de polícia do Distrito Federal.

No tempo decorrido entre fevereiro e abril, os ensaios e batalhas de confete e lança-perfumes característicos do período de preparo do carnaval foram realizados e, ao chegar a data marcada para a transferência, mais uma vez a cidade caiu na folia. Desta vez com todos os elementos com que a festa carnavalesca contava naquele momento: desfiles, bailes e foliões avulsos.

A imprensa carioca cobriu os dois eventos com a mesma atenção. Aquele ano marcava também uma mudança importante nas condições de produção dos principais jornais do Rio de Janeiro. Para a imprensa, o ano de 1912 não foi apenas caracterizado pelos dois carnavais, ele foi também o momento da introdução das máquinas de escrever nas redações dos jornais<sup>90</sup>, fato que pode ser percebido como a culminância de um processo de modernização que vinha se desenvolvendo desde os primeiros anos do século XX.

Nesse momento, os jornais cariocas passavam por profundas transformações em todas as etapas e níveis de sua produção, com a incorporação de inovações tecnológicas, e estabeleciam um novo ritmo nas redações e na própria relação do repórter e dos leitores com a percepção do mundo e, conseqüentemente, com as notícias. A passagem

---

<sup>87</sup> Idem, p. 260.

<sup>88</sup> Idem, p. 266.

<sup>89</sup> Idem, pp. 263 a 265.

<sup>90</sup> BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**, volume 1. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.138.

do século havia assinalado a transição da pequena à grande imprensa<sup>91</sup>, com a adoção de novas aparelhagens e técnicas: linotipos e rotativas Marinonis, por exemplo. Esse maquinário havia sido incorporado nas linhas de produção, fazendo com que a confecção de uma folha se tornasse cada vez mais rápida e, além disso, mais próxima de uma organização industrial, deixando de lado as técnicas artesanais com que os jornais eram feitos até aquele momento<sup>92</sup>. Na esteira das transformações tecnológicas, as relações de trabalho também haviam sido modificadas<sup>93</sup>.

A nova imprensa em construção assiste, assim, a profissionalização de suas atividades. Para os chamados homens de letras, representava uma possibilidade concreta de remuneração para exercer sua atividade: escrever<sup>94</sup>. Segundo Bahia, esse processo é natural consequência

das novas funções do jornal, da tipografia, do livro, de todas as mercadorias culturais que se vão definindo nas prateleiras do consumo de massa. O jornal se divide, se setoriza, quer ser paladino das queixas populares<sup>95</sup>.

Nesse novo contexto que se conforma nos primeiros anos do século XX na imprensa, o espaço que havia para a presença da chamada boemia literária nos jornais vai se perdendo, devido à generalização das relações capitalistas com as quais ela era incompatível. Fazem parte do mesmo processo a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e pouco a pouco pela reportagem, tendência para a entrevista, substituindo o artigo político, tendência para o predomínio da informação sobre a doutrinação e o aparecimento de temas que antes eram tratados como secundários, como os assuntos policiais e, mais tarde, os esportivos e mundanos. Desses homens acostumados a defender posições políticas ou pontos de vista pessoais em relação ao que escreviam, a imprensa passa a exigir que escrevam mais notícias e

<sup>91</sup> Segundo Nelson Werneck Sodré, “O jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte”. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 275

<sup>92</sup> Marialva Barbosa anota que os jornais passaram naquele período a ser vistos como símbolos da modernidade. Diz ela: “Os jornais passam a ser cada vez mais ícones de modernidade, numa cidade que quer ser símbolo de um novo tempo”. Ver: BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa**. Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 22.

<sup>93</sup> Juarez Bahia refere-se a este período informando que “a divisão do trabalho, a especialização, a racionalização de custos, a conquista de mercados, pouco a pouco, transformam a velha tipografia, aposentam superados prelos, ampliam a indústria gráfica”. BAHIA, B. J. op. cit. p. 112.

<sup>94</sup> SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo das letras**. Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 71 e 72.

<sup>95</sup> BAHIA, B. J. op. cit., p. 116.

reportagens, diminuindo o número de artigos assinados. As colaborações literárias começam a ser separadas na paginação dos jornais, pois estes não pretendem mais ser exclusivamente literários<sup>96</sup>.

Apura-se cerca de 800 periódicos ao longo da década de 1920<sup>97</sup>. E ainda, nesse momento, é possível identificar duas formas diferentes de fazer jornal que convivem: uma mais artesanal, com baixas tiragens e outra já formada nos moldes empresariais<sup>98</sup>.

Todas essas mudanças na organização da imprensa contribuíram, enormemente, para modificar as concepções espaciais e temporais. As rotativas Marinoni dominavam o mercado de impressão, pois elas imprimiam, cortavam e dobravam os exemplares que saíam aos milhares<sup>99</sup>; o telégrafo, implantado em periódicos no Rio de Janeiro a partir de 1874, tornava possível noticiar acontecimentos de todos os lugares do mundo<sup>100</sup>; os linotipos, introduzidos a partir de 1892, possibilitavam uma grande modificação no modo de fazer o jornal, permitindo a ampliação do número de folhas e a inclusão de notícias nas edições em um prazo bem mais curto de tempo.

As distâncias tornavam-se, assim, mais curtas e a possibilidade de se saber o que estava acontecendo, em diversas partes do planeta em poucas horas, tornou o mundo mais compacto. Os periódicos buscavam maiores tiragens, mais qualidade e rapidez na impressão. Todas essas mudanças fizeram com que as folhas passassem a fechar cada vez mais tarde suas edições, de modo a cobrir sempre os “últimos acontecimentos”<sup>101</sup>.

Editorialmente os jornais também sofrem alterações. A função do repórter passa a ser cada vez mais importante. A notícia gerava mais interesse e mais influência do que os artigos de opinião<sup>102</sup>. As reportagens locais ganhavam cada vez mais destaque, e o sensacional, as catástrofes do dia-a-dia, os acontecimentos policiais e o esporte<sup>103</sup> passavam a fazer parte do rol de interesses do público<sup>104</sup>. Dessa forma, os jornais investiam em campanhas, em grandes reportagens, escrevendo, sobretudo, a respeito da vida cotidiana das cidades<sup>105</sup>.

---

<sup>96</sup> SODRÉ, N. W. op. cit. p. 296 e 297.

<sup>97</sup> BARBOSA, M. op. cit. p. 58.

<sup>98</sup> Ibid. p. 76.

<sup>99</sup> BAHIA, B. J. op. cit. p. 115.

<sup>100</sup> BARBOSA, M. op. cit. p. 21.

<sup>101</sup> Ibid, p. 26.

<sup>102</sup> BARBOSA, M. op. cit. p. 23.

<sup>103</sup> BAHIA, B. J. op. cit. p. 131.

<sup>104</sup> Ibid. p.38.

<sup>105</sup> BARBOSA, M. op. cit. p. 48.

E foi assim que um tema como dois carnavais no mesmo ano ganhou força e ocupou páginas inteiras dos jornais cariocas em 1912. Todos os periódicos deram ampla cobertura aos acontecimentos dos dois carnavais. Algumas vezes aproximando seus discursos, outras os distanciando, os jornais registraram os acontecimentos e conformaram a recepção pública dos eventos carnavalescos tanto no mês de fevereiro quanto no mês de abril.

## 2.1. A imprensa carioca nos anos 10: breves considerações

Naquele momento, destacavam-se, na imprensa do Rio de Janeiro, particularmente os seguintes jornais: a *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil*, *O Paiz* e *A Noite*.

A *Gazeta de Notícias*<sup>106</sup>, fundada na cidade do Rio de Janeiro no dia 02 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo, era um jornal diário e matutino. Localizava-se na rua do Ouvidor, número 70. Nos primeiros anos, o jornal foi dirigido por seu fundador e mais dois diretores - Henrique Chaves e Emanuel Carneiro. Nasceu inaugurando uma nova forma de se fazer jornal: barato<sup>107</sup>, popular, liberal, inovando com a utilização de clichês, de caricaturas e introduzindo a entrevista. O jornal dava grande ênfase à literatura. Foi o primeiro periódico no país a instalar uma máquina rotativa, em 1879. Introduziu também a venda avulsa, utilizando pequenos jornaleiros. Com relação a sua linha editorial, a *Gazeta* inicialmente surgiu com o objetivo de defender causas como a abolição e a instauração da república. Nos primeiros anos da chamada Primeira República, ela passou a se identificar com a situação, forjando aí seu caráter essencialmente situacionista.

Ao longo de sua trajetória o jornal incluiu novidades tecnológicas que o permitiram aumentar cada vez mais sua tiragem, além das novidades editoriais. Devido aos acordos que contraiu com órgãos municipais do Rio de Janeiro - substituindo muitas vezes inclusive o *Jornal do Commercio* nessa função -, o jornal viveu um grande momento de prosperidade. Teve como redatores e colaboradores grandes nomes, como Oliveira Rocha (Rochinha), Carlindo Lellis, Nogueira da Silva, Sebastião Sampaio,

---

<sup>106</sup> Todas as informações sobre as características gerais da *Gazeta de Notícias* foram consultadas em BARBOSA, M. op. cit, SODRÉ, N. W. op. cit. e LEAL, C.E. “*Gazeta de Notícias*”. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>.

<sup>107</sup> Quando foi lançada a *Gazeta de Notícias* custava 40 réis, o equivalente ao valor da passagem mais barata dos bondes da cidade. Ver BARBOSA, M. op. cit., p. 27.



Paulo Barreto (João do Rio, que lançou a primeira crônica em 1903), Figueiredo Pimentel (coluna que trazia a crônica da sociedade e alcançava grande sucesso de público), Machado de Assis, Olavo Bilac, Guimarães Passos, Coelho Neto, Arthur Azevedo, Emílio de Menezes e Pedro Rabelo que mantinha a seção humorística “Filhote”, sob o pseudônimo de Pierrot.

O *Correio da Manhã*<sup>108</sup>, também era um jornal carioca, diário e matutino. Foi fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt e se localizava numa das ruas mais importantes do centro do Rio de Janeiro, assim como outros jornais da cidade: rua do Ouvidor, 117. Ele se destaca por ter sido sempre um jornal combativo e de opinião, o que muitas vezes foi atribuído à personalidade e posicionamento de seu fundador. O jornal surgiu como defensor “da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades”<sup>109</sup> e alinhava-se com as camadas menos favorecidas, defendendo seus interesses, denunciando abusos de poder e ainda promovendo diversas campanhas. Também era considerado um jornal barato. Era essencialmente oposicionista e combativo. Consequentemente não recebia subsídios do governo e afastava a ideia de neutralidade em suas páginas. Como estratégia para atingir seu público alvo e animado pelo sucesso da coluna “Queixas do povo” do *Jornal do Brasil*, o *Correio* também abre espaço para as queixas e lança coluna “Pelos subúrbios”.

Na verdade, o jornal, apoiando os setores menos favorecidos, não fazia mais que arregimentar elementos para constituir aquilo que se poderia denominar uma clientela urbana. Esta clientela iria dar conta da tradição legalista do *Correio da Manhã* daí em diante: a orientação oposicionista, baseada no respeito incondicional à letra da lei, atacando qualquer forma de intervencionismo do Estado e pugnando pelo primado dos preceitos liberais, tendia a cristalizar-se<sup>110</sup>.

Ainda que mantivesse firme o posicionamento contrário ao governo, abrigou em sua redação pessoas com os mais variados posicionamentos políticos. Passaram por sua redação entre redatores, repórteres e colaboradores homens como: Leão Veloso Filho (Gil Vidal), Heitor Melo, Vicente Piragibe, Antônio Sales, Osmundo Pimentel, João Itiberê da Cunha, José Veríssimo, Artur Azevedo, Carlos de Laet, Coelho Neto,

<sup>108</sup> Todas as informações sobre as características gerais do *Correio da Manhã* foram consultadas em SODRÉ, N. W. op. cit. e LEAL, C.E. “Correio da Manhã”. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>.

<sup>109</sup> LEAL, C.E. “Correio da Manhã”. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>.

<sup>110</sup> Ibid.

Evaristo de Moraes, Medeiros e Albuquerque, Guimarães Passos, Morales de los Rios, Melo Moraes Filho, Bastos Tigre e Luís Edmundo.

O *Jornal do Brasil*<sup>111</sup> foi fundado por Rodolfo de Sousa Dantas<sup>112</sup> e Joaquim Nabuco em 09 de abril de 1891. Localizado a partir de 1900 num dos mais nobres endereços da cidade de então – Avenida Central -, o jornal carioca, matutino e diário, “modela sua popularidade na esteira da construção de uma auto-imagem fundamental: defensor daqueles que não têm quem propugne por eles”<sup>113</sup>. Considerado o mais popular dentre os cinco jornais citados neste trabalho, aborda os mais variados assuntos considerados de interesse das camadas mais pobres da cidade: jogo do bicho, assuntos policiais e eventos momescos. Merece destaque a coluna do “popularíssimo” - como passou a ser conhecido a partir da reforma por que passou em 1894, a qual abria espaço em suas páginas para a população: “Queixas do povo”. Para tornar-se mais popular ainda o jornal investia também em imagens, criando cadernos especiais ilustrados as quintas-feiras e domingos.

Com ilustrações a bico de pena de páginas inteiras, resumindo as notícias da semana sob a forma de caricaturas, inovando ao criar ‘o conto sem palavras’, na verdade uma espécie de história em quadrinhos sem fala, o *Jornal do Brasil* valoriza as imagens – ainda em forma de desenho – em detrimento do texto.<sup>114</sup>

O *Jornal do Brasil* ainda introduziu, em 1912, máquinas de escrever na redação e logo depois construiu um dos maiores parques gráficos da época, com 12 máquinas linotipos, três monotipos e a mais moderna impressora. Ao longo de sua trajetória o jornal passou por várias mudanças ocasionadas pela alteração na direção da folha. Somente a partir de 1894, quando foi vendido à firma Mendes & Cia., sob a direção de Cândido Mendes e Fernando Mendes de Almeida é que o *Jornal do Brasil* se solidifica pelo viés do popular. Colaboram nessa nova fase Virgílio Varzea, Carlos de Laet, Araripe Junior, Dunshee de Abranches, Afonso Celso, Andrade Silva, Osório Duque

---

<sup>111</sup> Todas as informações sobre as características gerais do *Jornal do Brasil* foram consultadas em BARBOSA, M. op. cit, SODRÉ, N. W. op. cit. e FERREIRA, M. de M. e MONTALVÃO, S. “Jornal do Brasil”. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>.

<sup>112</sup> Ministro da Educação do Império.

<sup>113</sup> BARBOSA, M. op. cit. p. 32.

<sup>114</sup> Ibid. p. 33.

Estrada, entre outros. O secretário é Artur Costa. Entre os ilustradores, Julião Machado, Artur Lucas, Raul, Plácido Isasi e Amaro Amaral.

O jornal *O Paiz* foi fundado em 01 de outubro de 1884 por João José dos Reis Junior. O carioca e matutino ficava também na rua do Ouvidor, tendo mais tarde se mudado para a importante Avenida Central. O periódico teve como primeiro redator-chefe Rui Barbosa que, ao se afastar do cargo, foi substituído por Quintino Bocaiúva. Além deles, Eduardo Salomonde, Dunshee de Abranches e Alcindo Guanabara passaram por lá. O periódico também passou por mudanças em sua administração. Destacaram-se na equipe do jornal: Gastão Bousquet, Oscar Guanabarino, Jarbas de Carvalho, Virgílio de Sá Pereira, Gustavo de Lacerda, Arthur Azevedo, Jovino Aires. Jornal governista era mantido praticamente através dos contratos estatais. Em 1905, o número de páginas cresce graças aos anúncios oficiais. Somente no ano de 1910 *O Paiz* introduziu mudanças gráficas, com uso de ilustrações e fotografias.

O jornal *A Noite* foi fundado por Irineu Marinho no dia 18 de julho de 1911<sup>115</sup>. O vespertino carioca nasceu em um momento de consolidação da imprensa como uma verdadeira empresa, deixando de lado o modo artesanal através do qual era produzido, num processo que, como já afirmamos, pode ser verificado nos jornais cariocas desde o final do século XIX.

O verbete do jornal, publicado no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) e escrito por Marieta de Moraes Ferreira, divide sua trajetória em quatro fases. A primeira compreende o período em que Irineu Marinho fundou e permaneceu a frente do vespertino e vai de 1911 a 1925. A segunda fase traz Geraldo Rocha como proprietário majoritário do jornal e data entre 1925 e 1931, período por que passou por grandes transformações tanto em sua linha editorial quanto na parte física, com a aquisição de novo maquinário e mudança de sede para o novo prédio<sup>116</sup> construído na Praça Mauá, que se transformou em um marco na cidade, sendo tomado como referência até os dias de hoje. O jornal passou a ser partidário das oligarquias

<sup>115</sup> No verbete do DHBB e no livro de Marialva Barbosa a data de fundação do jornal consta como 18 de junho, contudo pudemos constatar que o mês estava errado. Além disso, através da observação da coleção do jornal, depositada na Biblioteca Nacional pode-se verificar no primeiro número com a capa completamente visível, datado de 21 de julho de 1911, a numeração Ano I, n. 04, o que confirma a data de fundação do jornal em 18 de julho de 1911.

<sup>116</sup> O Edifício A Noite – construção em cimento armado e considerado maior prédio de sua época - foi finalizado em 1930. Concebido pelo arquiteto francês Joseph Gire (que também projetara o Hotel Copacabana Palace) tinha como diferencial, além de seus 22 andares, a inspiração na arquitetura americana fugindo do padrão, até então dominado pela arquitetura européia. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). “O Edifício”. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/o\\_edificio\\_a\\_noite](http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/o_edificio_a_noite)>

dominantes. Com a eclosão da Revolução de 1930, foi empastelado devido a seu apoio veemente ao candidato oficial, Júlio Prestes, e, devido aos estragos, ficou sem rodar por alguns dias. Rocha era representante da Brasil Railway, subsidiária da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e devido a dívidas perdeu as ações de *A Noite* para um grupo estrangeiro, que o controlaria em sua terceira fase – 1931 e 1940. A empresa na época tinha como representante no Brasil Guilherme Guinle que indicou como diretor do vespertino o jornalista Carvalho Neto, que já fazia parte da equipe do jornal. Houve uma importante reestruturação, incluindo o lançamento de revistas e a inauguração da *Rádio Nacional* (1936), que passou a funcionar no mesmo prédio da Praça Mauá. A última fase identificada pelo verbete compreende o período em que *A Noite* foi encampada pelo governo (junto com todas as empresas filiadas a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande) e começa em 1940 e vai até 1957<sup>117</sup>, quando finalmente o jornal é extinto. Esta fase é marcada por grandes dificuldades administrativas e também pelo tolhimento sofrido pelo jornal, devido ao seu comprometimento como órgão do governo.

É, contudo, na primeira fase do jornal que focaremos nossa atenção para esta pesquisa. A redação do jornal ficava localizada num sobrado no Largo da Carioca, enquanto as oficinas estavam fixadas, na rua do Carmo<sup>118</sup>. Quando foi lançado custava cem réis o exemplar avulso, e possuía quatro páginas. O jornal se caracterizou naquele período por uma linha política oposicionista. Foi duro crítico do governo Hermes da Fonseca (1910-1914), recém-eleito<sup>119</sup> no momento de sua fundação. Em 1921, tendo apoiado o candidato oposicionista Nilo Peçanha, *A Noite* sofreu com a repressão exercida pelo governo de Arthur Bernardes (1922-1926). Esta fase é marcada também pela aproximação do jornal com os grupos urbanos e as oligarquias dissidentes.

Esses cinco jornais, estando entre os mais importantes da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX foram selecionados como principais fontes

<sup>117</sup> Não há consenso com relação à data de término do jornal. Juarez Bahia, ao falar sobre *A Noite*, apresenta como cronologia de existência do jornal entre 1911-1962, BAHIA, J. op. cit., p. 203. Já o catálogo da Biblioteca Nacional consta até 1964.

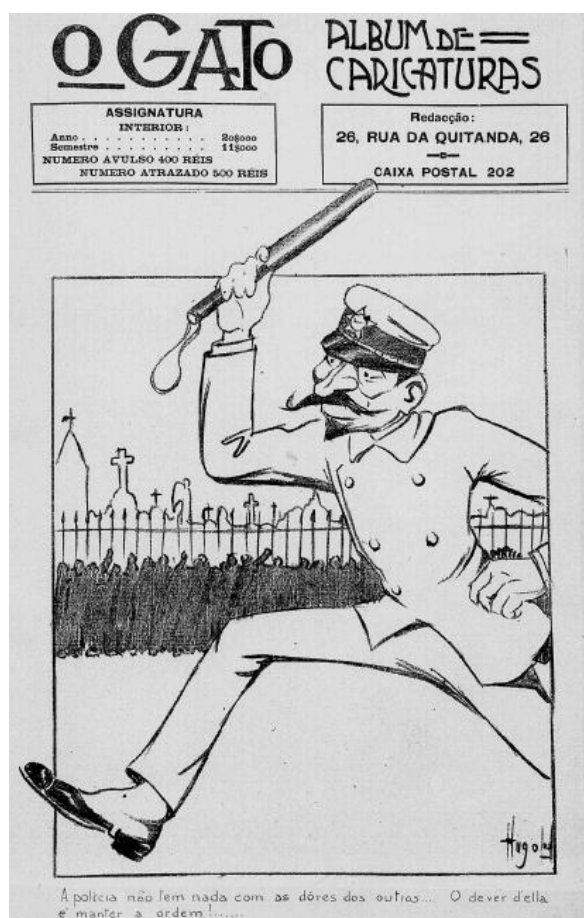
<sup>118</sup> Na época da instalação das oficinas do jornal *A Noite* a rua era chamada de Júlio César, em homenagem a Júlio César Ribeiro de Sousa, brasileiro e paraense que em 1881, em Paris subiu aos céus com o seu balão “Vitória”, dando os primeiros passos para a resolução da questão da dirigibilidade de balões. Coincidência emblemática a localização das oficinas de um jornal que sempre apoiou à aviação, uma rua em homenagem a uma personalidade brasileira que teve grande importância nessa questão. GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**: e da sua liderança na história política do Brasil. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 73.

<sup>119</sup> O marechal Hermes da Fonseca foi eleito em pleito realizado no ano de 1910, derrotando a chapa liderada pelo então senador Ruy Barbosa. A eleição deste ano é considerada um marco, devido à grande mobilização popular em torno das candidaturas e por ter inaugurado um tipo de campanha política. Para saber mais sobre essa campanha eleitoral, ver BORGES, Vera Lucia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910**: imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2011.

para estudarmos a cobertura da imprensa sobre o carnaval de 1912, ano no qual, como já afirmamos, realizaram-se no Rio de Janeiro, dois carnavais: o primeiro na data prevista pelo calendário tradicional, que naquele ano estava marcado para o mês de fevereiro, entre os dias 17 e 20, e o segundo ocorrido quarenta dias depois, na semana santa, em abril daquele ano.

Em fevereiro, os acontecimentos registrados apresentaram-se ainda envoltos pela polêmica sobre o adiamento. Como não houvesse tido uma declaração oficial que determinasse a permanência do carnaval na data tradicional ou, ao contrário, que transferisse de vez os festejos para o mês de abril, muitos foliões ficaram sem saber como agir. Diante das declarações do governo e das declarações de algumas autoridades indicando o adiamento da festa, a maior parte dos clubes, sociedades e organizações recreativas aderiu ao apelo da transferência, levado a frente por alguns setores da sociedade, inclusive por boa parte da imprensa.

## 2.2. A morte do barão do Rio Branco e o adiamento do carnaval



O Gato, n.21, 17 de fevereiro de 1912,  
p. 03

Charge de Hugo Leal

Legenda: A polícia não tem nada com as dores dos outros... O dever dela é manter a ordem!

A polícia não tem nada com as dores dos outros... O dever della é manter a ordem!

Na manhã de 10 de fevereiro de 1912, sábado, no Palácio do Itamaraty, faleceu o então ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco. A notícia de seu falecimento tomou conta da cidade do Rio de Janeiro, repercutiu por todos os estados do país e ecoou internacionalmente. O barão ocupava o cargo desde o governo do presidente Rodrigues Alves<sup>120</sup>, tendo sido nomeado em 15 de novembro de 1902. Portanto, naquele ano, completaria dez anos a frente da pasta.

O acontecimento foi amplamente coberto pela imprensa carioca, que vinha acompanhando há dias o agravamento do estado de saúde de Rio Branco. As notícias relacionadas ao falecimento enalteciam a sua figura, descrevendo os seus feitos e ressaltando o amor que sentia pelo Brasil.

Seguindo uma tradição, em consolidação no país, de construção de heróis republicanos ao longo da Primeira República, o culto cívico em torno do Barão do Rio Branco se intensificou no momento de sua morte<sup>121</sup>. Todos os artigos de jornais descreviam os mínimos detalhes, desde os últimos instantes de vida do barão, passando pelas visitas recebidas, transcrição de telegramas e mensagens de pêsames, até a preparação de seu enterro, realizado três dias depois, com direito a honras de Estado e financiado às suas custas, tudo com vistas a inserir o barão no panteão de heróis nacionais em construção. Como anota José Murilo de Carvalho,

heróis [nacionais] são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. (...) Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação<sup>122</sup>.

<sup>120</sup> O presidente Rodrigues Alves governou entre 01 de maio de 1902 e 01 de maio de 1906.

<sup>121</sup> A construção de um panteão de heróis republicanos no Brasil da Primeira República vem sendo investigada pela historiografia mais recente. Sobre este tema, ver, particularmente: ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994; EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000, pp. 135-161; GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, M., GONTIJO, R., SOHIET, R. (orgs). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 309-328; e SILVA, Ítala Byanca M. **Sociedade Capistrano de Abreu: memória e historiografia brasileira (1927-1969)**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011, pp. 30-50

<sup>122</sup> CARVALHO, José Murilo apud SILVA, Ítala Byanca M. **Sociedade Capistrano de Abreu: memória e historiografia brasileira (1927-1969)**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011, p. 30-31.

Maria Ligia Coelho Prado, na apresentação do livro *O dia em que adiaram o Carnaval*, de Luís Cláudio Villafañe G. Santos, chama atenção para fato de o barão do Rio Branco ter conquistado ainda em vida a “aura de herói nacional”, principalmente por seu trabalho na consolidação do território brasileiro<sup>123</sup>.

Assim, a morte do barão ocorrida uma semana antes do início dos festejos carnavalescos provocava um grande problema. Os cultos fúnebres concorrerem com a festa do carnaval, o que acabou por gerar uma grande polêmica sobre a conveniência ou não da realização de uma festa de tamanha proporção em data tão próxima do que estava sendo escrito e lido como uma grande tragédia nacional<sup>124</sup>.

Essa visão existente sobre sua figura ficou evidente nas páginas da imprensa e nas manifestações populares por ocasião de seu falecimento.

A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, publica:

O barão do Rio Branco foi dos poucos homens que tiveram sagração na própria vida e, neste tempo em que tão facilmente se esquecem os trabalhos, as grandes obras de benefício geral, o Sr. Barão Rio Branco nunca teve a sua glória mareada, porque era ela tão grande e estava tão alta que nada a podia diminuir.<sup>125</sup>

Sobre a valorização de seu trabalho na consolidação das fronteiras brasileiras os jornais diziam:

Ele foi o homem que deu ao Brasil, meios pacíficos, ao mesmo tempo que lhe fazia a hegemonia moral: 436.621 quilômetros quadrados. Ele foi o incorporador do Brasil no congresso das grandes potências. A vida que se extinguiu era tão grande e tão lealmente se colocara ao serviço da sua pátria, que todas as honras são pequenas em se tratando dela.<sup>126</sup>

A morte de Rio Branco não representa só um desastre irreparável para o Brasil, mas uma perda para a civilização americana. Servindo o seu país com uma inteligência brilhante, uma energia fecunda e uma

<sup>123</sup> PRADO, M.L.C. Apresentação. IN: SANTOS, L.C.V.G.S. op.cit., pg. 09.

<sup>124</sup> Vale lembrar que na mesma semana, precisamente no dia anterior ao falecimento do barão do Rio Branco, faleceram também no Rio de Janeiro dois políticos brasileiros. Faleceram no dia 09 de fevereiro de 1912 o marquês do Paranaguá e Leôncio de Carvalho. O primeiro, João Lustosa da Cunha Paranaguá, foi governador das províncias do Maranhão, Bahia e Pernambuco, além de ministro em diversos gabinetes durante o Império. O segundo, Carlos Leôncio da Silva Carvalho, advogado, também foi ministro do Império.

<sup>125</sup> *Gazeta de Notícias*, 11/02/1912, p. 05.

<sup>126</sup> *Gazeta de Notícias*, 11/02/1912, p. 08, Coluna *O Instante*, assinada por Paulo José, um dos pseudônimos usados pelo escritor Paulo Barreto. Sobre a referência do pseudônimo de Paulo Barreto, ver O'DONNEL, Julia. De olho na rua: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 77.

abnegação exemplar, ele honrou a cultura do continente pela sua obra extraordinária de apologista do direito, regulando pela arbitragem velhas pendências internacionais e realizando o milagre de estender o nosso território de forma definitiva e simultaneamente estreitar com os povos litigantes relações de amizade mais duradoura.<sup>127</sup>

Ainda segundo Maria Ligia Prado, Luís Cláudio Santos argumenta que o interesse nacional estava fortemente ligado à questão do território, o que explicaria a popularidade do barão:

A nação passou a ser fiadora do território. Certamente, a identificação do Barão do Rio Branco com o processo de definição do território brasileiro é uma das chaves para a compreensão da força de sua identidade com a nação, de seu lugar no imaginário comum como um dos ‘pais fundadores’ da nacionalidade brasileira.<sup>128</sup>

Santos chama atenção para a repercussão na imprensa sobre o falecimento do barão, o que podemos verificar nas diversas notícias a esse respeito, afirmando que não foram somente atos oficiais que demonstraram a popularidade do barão, mas também as manifestações populares, como o fechamento dos teatros e cinematógrafos. O jornal *A Noite*, por exemplo, registrou a visita de 9.000 pessoas ao Palácio do Itamaraty no dia seguinte à notícia do falecimento<sup>129</sup>. E, logo após a divulgação da notícia, descreve a cena:

Na portaria havia uma aglomeração intensa de individualidades que vinham subscrever os seus nomes no registro dos pêsames. No passeio fronteiro [do prédio do Itamaraty], a onda de curiosos crescia enquanto um cinematografista registrava na fita a nota da curiosidade pública.<sup>130</sup>

E a *Gazeta de Notícias* também descreve a consternação geral:

Toda a cidade estava assim: triste, triste de fazer chorar. Tinha-se, em efeito, a impressão palpável de que a alma nacional estava [alarmada] pela grande dor. As repartições públicas fecharam-se de repente. Rio Branco morreu às nove e um quarto; às nove e meia a cidade apresentava um aspecto inteiramente outro.<sup>131</sup>

<sup>127</sup> O Paiz, 11/02/1912, p. 01.

<sup>128</sup> PRADO, M.L.C. op. cit., p. 10.

<sup>129</sup> A Noite, 12/02/1912, p. 01.

<sup>130</sup> A Noite, 10/02/1912, p. 02.

<sup>131</sup> Gazeta de Notícias, 11/02/1912, p. 06.



Não há como contestar a importância da figura do barão do Rio Branco naquele momento. Muitas manifestações ocorreram por ocasião de seu falecimento. Segundo Santos, nem mesmo o carnaval passou inerte ao impacto da notícia.

Nem os festejos de Momo escapariam do choque trazido pela perda de quem já em vida era considerado um herói nacional. O sábado seguinte ao passamento do Barão, dia 17 de fevereiro, seria Carnaval. Seria, porque o Carnaval de 1912 acabou adiado para abril. O governo determinou que, em virtude do luto nacional, os festejos fossem transferidos para o período de 6 a 10 de abril<sup>132</sup>.

Contudo, não podemos deixar de assegurar que nem mesmo a figura imponente de Rio Branco foi capaz de suspender o carnaval de 1912. O acontecimento de 10 de fevereiro repercutiu, sem dúvida, nas comemorações carnavalescas daquele ano, mas certamente o resultado não foi o adiamento da festa para o mês de abril, e sim a sua comemoração nas duas datas.

A polêmica com relação ao adiamento foi levantada ainda no calor da notícia, no próprio dia 10 de fevereiro. Não foi possível identificar de onde surgiu o primeiro boato e nem quem levantou a primeira bandeira, mas foi no jornal *A Noite* deste dia que identificamos o primeiro comentário a respeito, numa notícia sob o título “O carnaval não será adiado”, em que o jornal esclarecia que o boato que circulara pela cidade durante todo o dia sobre o adiamento do carnaval não estava confirmado. Consultado sobre o assunto o então presidente da República, o marechal Hermes da Fonseca declarou que não tinha competência para adiar a festa: **Festa do povo, é ao povo que cabe adiar ou não o carnaval**” [grifo meu]<sup>133</sup>.

A partir de então, toda a semana que separa o falecimento do barão e o início do carnaval foi repleta de notícias sobre a polêmica. Pronunciaram-se os jornais, autoridades, os presidentes de clubes e sociedades carnavalescas, além de diversos setores da sociedade. As opiniões eram muitas e fervilhavam. Alguns consideravam um desrespeito ao luto pelo barão a realização do carnaval ainda no mês de fevereiro e defendiam seu adiamento para o mês de abril; outros afirmavam que o carnaval em

<sup>132</sup> SANTOS, L.C.V.G.S. op.cit., p. 16.

<sup>133</sup> *A Noite*, 10/02/1912, p. 03. Vale salientar que esta foi a única declaração do presidente Hermes da Fonseca sobre o assunto encontrada nas páginas dos jornais pesquisados.

fevereiro começaria logo após o fim do período de luto, o que tornava desnecessário o adiamento da festa; um grupo defendia que os dias de Momo deveriam ser esquecidos naquele ano e havia ainda aqueles que consideravam desnecessário o adiamento, não por serem entusiastas da festa, mas por temerem o que de fato acabou acontecendo: ao invés de quatro dias de festa, a realização de um carnaval estendido, comemorado duas vezes e preparado durante os quarentas dias de intervalo.

### 2.3. A manutenção da festa e o posicionamento dos jornais

O Gato, n.22, 24 de fevereiro de 1912  
 Charge de Hugo Leal  
 Legenda: – Preto e branco... tudo pelo Barão naturalmente...  
 - Qual! É um partidário dos Democráticos!!!



Dia 17 de fevereiro de 1912, sábado de carnaval. A polêmica em torno do adiamento ou não do carnaval estava em pauta. A população podia ler nas páginas dos jornais afirmações confirmando a transferência dos festejos carnavalescos para abril e outras a colocando em dúvida. A maior parte dos jornais desse dia sublinha aspectos da polêmica e anuncia grupos e sociedades que informavam sobre o adiamento de suas atividades em fevereiro ou que davam continuidade aos seus preparativos.

O primeiro periódico a noticiar a movimentação carnavalesca nas ruas foi *A Noite*. Como vespertino, ele deu destaque no sábado à tarde, dizendo que pelo bom tempo na cidade era de se esperar um dia cheio, mas que a realidade se mostrou muito mais movimentada do que se previa para um sábado comum: “Todas as previsões ficaram aquém da realidade: há muito tempo não se vê em sábado comum tanta gente, como hoje à tarde na Avenida. Era um deslumbramento!”<sup>134</sup>.

No dia seguinte, domingo, os matutinos divergem de opiniões<sup>135</sup>. A *Gazeta de Notícias* publica que no início da noite de sábado, a Avenida Rio Branco ainda se encontrava com pouca movimentação, mas que passadas algumas horas a rua “fervilhava”. Mesmo levando em consideração ter sido mais frio que nos anos anteriores, a *Gazeta* afirma categoricamente ser aquele um dia de carnaval: “Às 10 horas da noite passávamos pela Avenida. Lá estava o aspecto de um dia carnavalesco mais frio, naturalmente, porém, um dia de carnaval”<sup>136</sup>.

Afirmam ainda que há carnaval “pela espontânea vontade do povo a quem diretamente pertence deliberar no caso”<sup>137</sup>. Anunciam que a Avenida esteve lotada de foliões que jogaram lança-perfume, confete, serpentina. Houve curso de veículos, passeatas de grupos, cordões e ranchos, como, por exemplo, o *Pombinhos de Ouro*<sup>138</sup>, *Heróis da Conceição*<sup>139</sup>, *Recreio das Flores*<sup>140</sup> e *C.C. Retiro da América*<sup>141</sup>. O último fez passeata de carro e prometeu ir à Avenida em cordão organizado no domingo, e o *Recreio das Flores* havia ainda realizado um baile. O jornal anuncia também a realização de outros bailes em alguns clubes: *Couraceiros do Inferno*<sup>142</sup> e *S.M. Estrela da Aurora*<sup>143</sup>. Fala sobre o movimento nos lugares mais afastados do centro da cidade, chamando atenção para a grande movimentação em Haddock Lobo e São Cristóvão. A *Gazeta* destaca alguns grupos espontâneos que se formavam pela Avenida Rio Branco dentre os quais chamava atenção para o chamado *C.C. Está Transferido?*, que ironizava a polêmica em torno do carnaval naquele ano, entoando canções que faziam referência à transferência da festa. Em suma o jornal brinda o início da festa: “Fez-se, pois, o início

<sup>134</sup> *A Noite*, 17/02/1912, p. 03.

<sup>135</sup> O jornal *A Noite* nesse momento ainda não circulava aos domingos.

<sup>136</sup> *Gazeta de Notícias*, 18/02/1912, p. 07.

<sup>137</sup> *Gazeta de Notícias*, 18/02/1912, p. 07.

<sup>138</sup> Sociedade Carnavalesca Pombinhos de Ouro, com sede na rua Humaitá, n. 259. AN GIFÍ 6c 377.

<sup>139</sup> Sociedade Carnavalesca Heróis da Conceição, com sede na rua Jogo da Bola, n. 118. AN GIFÍ 6c 377.

<sup>140</sup> Grêmio Dançante Carnavalesco Recreio das Flores, com sede na rua Saúde, n. 231. AN GIFÍ 6c 377.

<sup>141</sup> Clube Carnavalesco Retiro da América, com sede na rua Cunha Barbosa, n. 07. AN GIFÍ 6c 377.

<sup>142</sup> S.C. Couraceiros do Inferno, com sede na rua do Hospício. *Gazeta de Notícias*, 22/01/1912.p.04.

<sup>143</sup> S. M. Estrela da Aurora, com sede na V. de Itaúna, n. 201. AN GIFÍ 6c 377.

glorioso dos grandes três dias de Momo, numa deliciosa expansão de alegria, comunicativa, irradiante.”<sup>144</sup>

Seguindo a mesma linha da *Gazeta de Notícias*, o jornal *O Paiz* também destaca a grande movimentação nas ruas centrais da cidade. Segundo o jornal, a tomada das ruas por foliões na data oficial foi prevista por eles, apesar de serem surpreendidos pela aglomeração maior do que esperavam. E, prevêem que o mesmo acontecerá até abril, quando se realizará o segundo carnaval de 1912. A coluna dedicada aos festejos de Momo também fala sobre o curso de automóveis, máscaras avulsos, visitas à redação e ainda anuncia a decisão de alguns clubes em adiar os seus festejos para abril.

Diferentemente, o *Jornal do Brasil*, embora também comente a movimentação na Avenida Rio Branco, lembra que a presença de foliões foi menor que a de um sábado comum de carnaval. Além disso, chama atenção para a falta de grupos carnavalescos:

Mas não apareceu um só grupo carnavalesco, nem mesmo daqueles que costumavam na véspera do domingo gordo vir buscar os seus belos estandartes, expostos no *Jornal do Brasil* ou em *vitrines* de casas comerciais.”<sup>145</sup>

Comentam apenas sobre a aparição do *Heróis da Conceição*, já tarde da noite, para buscarem o seu estandarte, exposto no jornal.

Distanciando-se completamente dos outros jornais trabalhados, o *Correio da Manhã* afirma que o movimento de sábado foi tão pequeno que pode ser considerado insignificante e que, portanto, o carnaval estava realmente adiado. Atribui à falta de foliões nas ruas à falta dos préstitos das grandes sociedades carnavalescas e ao policiamento extensivo exercido pela polícia da cidade. Comenta que, somente quatro cordões resolveram sair, cujos integrantes foram revistados pela força policial e que o povo os recebeu friamente. O jornal afirma ainda que se os poucos manifestantes de Momo insistissem em sair, os conflitos seriam inevitáveis. Além disso, o jornal continua publicando enorme lista com os clubes que anunciavam a decisão de adiar os festejos para abril.

A morte de Rio Branco fez com que a **totalidade** [grifo meu] das sociedades, clubes, e cordões carnavalescos transferissem suas

---

<sup>144</sup> *Gazeta de Notícias*, 18/02/1912, p. 07.

<sup>145</sup> *Jornal do Brasil*, 18/02/1912, p. 13.

parades para os dias 7, 8 e 9 de abril próximo, homenageando assim a memória do grande brasileiro.<sup>146</sup>

Na segunda-feira, as edições dos vários jornais passam a ter opiniões mais convergentes. Todos já admitem a realização da festa no mês de fevereiro. Consideram que não havia mais como negar diante da movimentação constatada no domingo. Chamam atenção que depois da breve hesitação de sábado, os foliões tomaram coragem e encheram as ruas da cidade para brincar o carnaval.

A gravidade duma esperada segunda-feira circumspecta derretia-se lamentavelmente ao calor estonteante da loucura carnavalesca que ia invadindo a Avenida. Havia então carnaval? Desde ontem que há carnaval...<sup>147</sup>

Havia, de fato, como nos anos atrás, aquela intensiva palpitação de vida que enche toda a nossa cidade de um galhardo júbilo de festa.<sup>148</sup>

Prosseguiram, ontem no Rio, os festejos do carnaval de 1912, o que quer dizer que se não verificou, em toda a linha, a transferência que tanto se desejava e à qual prestaram auxílio o prefeito, o chefe de polícia e o ministro da Guerra, cada qual nas partes que lhes tocavam.<sup>149</sup>

Entramos ontem no reinado da Folia, sendo recebido Momo com significativas demonstrações em todos os pontos da cidade<sup>150</sup>.

A *Gazeta de Notícias* prevê então que a agitação da segunda-feira será maior ainda que no domingo, dada a consolidação dos festejos. Abre a sua coluna de carnaval<sup>151</sup> neste dia dizendo que finalmente chegou o carnaval de 1912, que aqueles foliões, adeptos de Momo, não resistiram e foram para as ruas. Segundo o jornal, “a Avenida Rio Branco esteve lotada e “ninguém se lembra mais das tristezas da vida”<sup>152</sup>. Declara que no dia anterior saíram os cordões, máscaras avulsos e fantasias. Diz que mesmo com as tentativas de adiamento, o carnaval estava nas ruas, embora não tivesse o mesmo brilho dos anos anteriores, “os boatos malévolos da proibição do uso do lança-

<sup>146</sup> Correio da Manhã, 18/02/1912, p.04.

<sup>147</sup> A Noite, 19/02/1912, p. 03.

<sup>148</sup> Gazeta de Notícias, 19/02/1912, p. 02.

<sup>149</sup> Correio da Manhã, 19/02/1912, p. 03.

<sup>150</sup> Jornal do Brasil, 19/02/1912, p. 06.

<sup>151</sup> Gazeta de Notícias, 19/02/1912, p. 02.

<sup>152</sup> Idem.

perfume e as previsões de perturbação da ordem foram uma arma para diminuir o brilho dos folguedos”<sup>153</sup>.

Segundo a *Gazeta*, o povo encheu as ruas de festa: ruas do Ouvidor, Uruguaiana, Carioca, Sete de Setembro e todas do centro ficaram repletas. Anuncia os grupos que marcaram presença na Avenida no domingo de carnaval. São eles: *Rancho das Pastorinhas Recreio das Flores*; *Clube Carnavalesco Retiro da América* e *Grupo do Não Sei, Não*. E completa:

Antes assim. Porque, apesar da falta dos clubes, o Rio, esse Rio que se orgulha de possuir o carnaval mais barulhento e mais festejado do mundo, ontem, no que se chama o carnaval do jogo de confete, serpentinas e lança-perfumes, não desmentiu essa orgulhosa tradição de ser o seu carnaval o carnaval sem rival<sup>154</sup>.

Chama a atenção que nas páginas do mesmo jornal, enquanto as notícias confirmam a realização do carnaval, na coluna “O Instante”, Paulo Barreto colocava-se de outra maneira. Relatava que as redações estavam recebendo cartas e telefonemas de foliões em dúvida, querendo saber o que deveriam fazer. A coluna afirmava: “Não há diversão carnavalesca, porque não há bailes, nem préstitos, e não há também a vida normal da cidade, de modo que a impressão da cidade é de uma desoladora tristeza”<sup>155</sup>.

Informações que eram absolutamente contraditórias com as notícias dadas pelo próprio jornal sobre os acontecimentos de sábado de carnaval. O autor continuava a sua coluna dizendo que não sabe o que as redações haviam respondido, mas que ele aconselhava a todos ficarem em suas casas.

O *Correio da Manhã*, apesar de ainda defender a ideia do carnaval em abril, já admite os festejos em fevereiro. Porém lamenta que assim seja, dizendo que tal acontecimento era contrário ao que se desejava. Na edição de segunda-feira, dia 19 de fevereiro, fala sobre os acontecimentos de domingo:

O movimento na cidade foi, assim, grande, tanto no centro, como nos arrabaldes e nos subúrbios, onde o povo, não se contentando em casa, saía à rua, para entregar-se à sua festa favorita, em alguns lugares com maior e em outros com menor intensidade.

---

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> *Gazeta de Notícias*, 19/02/1912, p. 01.

De acordo com o que fora anteriormente resolvido, não se realizavam nos teatros, os bailes à fantasia, mas nem por isso deixou de ser jogado muito lança-perfume e travada muita batalha de confete e serpentina.

As ruas centrais encheram-se desde cedo e o movimento de carros e automóveis prolongou-se até meia-noite, quando começou então a diminuir.<sup>156</sup>.

Diz que o movimento foi grande tanto na Avenida Rio Branco, nas regiões centrais da cidade como nos arrabaldes. E falou sobre a presença de cordões, o que não era esperado:

Não fora possível, embora empregados os meios últimos, conter em casa os carnavalescos. Eles formam, nesta heróica cidade de Estácio, uma legião incomparável – porque o carioca é por excelência carnavalesco – e de tal sorte, a Avenida esteve como nos anos anteriores, nos dias consagrados ao deus supremo da troça e da Folia!<sup>157</sup>

O *Paiz* também concorda com a consolidação dos festejos em fevereiro. Na edição do dia 19 de fevereiro ainda apresenta alguns aspectos sobre a polêmica, mas decreta: “Era a vitória do carnaval fluminense, maior que o sentimento de pesar pelo falecimento do eminente chanceler”<sup>158</sup>. Com relação aos acontecimentos do domingo, apresenta a mesma programação que os outros periódicos, sublinhando a presença de máscaras avulsos, batalhas de confete, serpentina e lança-perfume, grupos, cordões e relatando as visitas recebidas na redação.

O *Jornal do Brasil*, também fala sobre a animação na Avenida, contudo, curiosamente resalta mais uma vez a falta dos cordões, ranchos, grupos, e clubes que abrilhantam o domingo gordo. Salienta que poucos foram os grupos que apareceram para buscar os seus estandartes e que os mesmos ganharam os aplausos do público presente. Comenta sobre o animadíssimo curso de carruagens e descreve as batalhas em toda a Avenida e nos subúrbios, além das visitas ao jornal. Noticia a saída dos grupos *Heróis da Conceição*, *Sociedade Carnavalesca Retiro da América* e *Recreio das Flores*, e afirma que eles prometem sair novamente na segunda.

---

<sup>156</sup> Correio da Manhã, 19/02/1912, p. 03.

<sup>157</sup> Idem

<sup>158</sup> O Paiz, 19/02/1912, p. 03.

A *Noite*, sem a edição de domingo e circulando à tarde, comenta no dia 19 de fevereiro sobre a própria segunda-feira, mostrando aspectos do início das comemorações carnavalescas daquele dia. Afirma que o movimento começou a se intensificar na parte da tarde:

Pouco depois das três horas da tarde o movimento na Avenida Rio Branco, que estava um pouco frio como a cara do tempo foi-se reanimando.

As calçadas começaram a encher-se de carnavalescos entusiasmados.<sup>159</sup>

Chama atenção ainda para um fato curioso, percebido somente pelo referido jornal. A presença de Ernesto Senna, jornalista do *Jornal do Comércio*, que distribuía pessoalmente no meio de máscaras e lança-perfumes a sua monografia sobre a individualidade e vida de Rio Branco: “Era a única homenagem que a irrequieta inconseqüência da cidade lhe permitia...”<sup>160</sup>.

O jornal destaca ainda o fato de o empresário do teatro Carlos Gomes ao constatar a animação carnavalesca da população ter solicitado autorização do chefe de polícia para realizar bailes na segunda e na terça-feira, no que foi atendido.

Tivemos, à tarde, comunicação de que o empresário do teatro Carlos Gomes procurou hoje o Sr. Dr. chefe de polícia e, ponderando a S. Ex. que era grande a animação carnavalesca que se notava em toda a cidade, pediu permissão para realizar dois bailes à fantasia, hoje e amanhã, em seu teatro. O Sr. Chefe de polícia deferiu o pedido. E agora, quem quiser que entenda o que querem e o que não querem as admiráveis autoridades desta terra<sup>161</sup>.

A segunda-feira continua sendo descrita pelos jornais em suas edições do dia 20 de fevereiro. A *Gazeta de Notícias* anuncia a passeata do *Clube Carnavalesco Prazer Infantil* e o baile realizado no *Teatro Recreio*. Notícia a obrigatoriedade de assinatura do ponto nas repartições públicas, menos naquelas subordinadas ao Ministério da Fazenda,

---

<sup>159</sup> A Noite, 19/02/1912, p. 03.

<sup>160</sup> Idem.

<sup>161</sup> Idem.



já que o ministro, Francisco Salles, de última hora mudou de ideia e decretou ponto facultativo<sup>162</sup>, informação que foi dada em tom crítico pelo jornal.

Como havia noticiado *A Noite*, a *Gazeta de Notícias* também afirma que o movimento nas ruas começou depois das 15 horas. O jornal registra, ainda, a presença de máscaras avulsos, fantasias, alguns cordões, lança-perfumes, confetes na Avenida. Chama a atenção a descrição do carnaval na Praça da República, que também se mostrou animado, e segundo o jornal, apresentava aspectos diferentes daquele realizado na Avenida Rio Branco. Outra localidade que mereceu destaque foi a Praça XI, que apresentou além das brincadeiras comuns aos foliões avulsos, bandas tocando nas duas fábricas de cerveja que existiam na região. A descrição no jornal da festa nessas localidades, reflete um movimento de ocupação do espaço do carnaval carioca naquele momento, em que outras localidades passavam a ser usadas pela população da cidade. Nesse dia também apareceram alguns grupos improvisados, como o *Bota Mais Trens!*.<sup>163</sup>

O carnaval na praça da República é em tudo diferente do da Avenida. São cordões vestidos de cores berrantes, caras pintadas de zarcão em paetês vistosos e de plumas. Os instrumentos são os mais variados, desde os mais primitivos o reco-reco, a viola, o pinho consolador do caipira, até a flauta de Bhoen de 13 chaves (...).<sup>164</sup>

O *Correio da Manhã* diz que a segunda-feira foi tão animada quanto o domingo, embora saliente que foi menor o número de cordões a saírem às ruas. Justifica o fato pela resolução do chefe de polícia, que anunciou deixar sair em abril somente aqueles que não tiverem utilizado a licença em fevereiro<sup>165</sup>. De qualquer maneira, para o jornal, o movimento nas ruas centrais e nos arrabaldes foi grande na segunda-feira gorda. Descreve as visitas que recebeu na redação, comenta os bailes realizados pelos teatros Recreio e Carlos Gomes, anunciando que este último repetirá a programação na terça-feira e ainda noticia a saída do *Rancho das Flores*.

O *Paiz* inicia sua coluna carnavalesca falando novamente que o carnaval acontece em sua plenitude, mesmo sem os préstitos. Faz uma descrição da animação na Avenida, com o torpor dos foliões: lança-perfumes, confetes, serpentinas, cordões. E

<sup>162</sup> *Gazeta de Notícias*, 20/02/1912, p. 02.

<sup>163</sup> *Idem*. O grupo *Bota mais trens!* era composto por foliões do Beco do Ouro, da Saúde.

<sup>164</sup> *Idem*.

<sup>165</sup> *Correio da Manhã*, 20/02/1912, p. 03.

comenta sobre o desfile do *Grupo dos Petizes*: grupo infantil de Botafogo que encantou a todos no bairro no dia anterior.

Já o *Jornal do Brasil*, lamenta mais uma vez a falta de cordões e dos grandes préstitos. Mas diz que a população deu o verdadeiro brilho do primeiro carnaval de 1912. Cita os grupos que apareceram na Avenida e/ou visitaram a redação do jornal: *Estrela da Piedade*, *Heróis da Conceição*, *Estudantina Lisbonense*, *Bloco dos Colantes*, informa que o *Reinado das Fadas* não saiu, mas realizou ensaio na segunda-feira, acompanhado de baile, que também aconteceu em sua sede. Anuncia ainda os bailes previstos para o último dia de folia: High-life, Teatro Recreio e Teatro Carlos Gomes.

Enfim, chega o último dia dos folguedos carnavalescos. Os jornais despedem-se da primeira etapa do carnaval de 1912. A *Gazeta de Notícias* chama a atenção para a presença de carnavalescos nas ruas, mesmo com a fraca chuva que caiu na cidade. Mais uma vez fala sobre as visitas de diversos grupos e foliões avulsos que recebeu e anuncia o rancho premiado naquele ano pelo jornal: o *Recreio das Flores*, cujo préstito foi relembado em detalhes.

Pois foi o “Recreio das Flores” quem na presente época carnavalesca fez jus à medalha de ouro com que a “Gazeta” houve por bem galardoar ao rancho que efetivamente compareceu, obedecendo com rigor às exigências de uma música bem ensaiada, de vestimentas à caráter, de uma organização excelente e digna de mérito.<sup>166</sup>

O *Correio da Manhã* ao falar sobre o último dia do carnaval de fevereiro salienta que enfim a vontade do povo foi satisfeita:

Foi, por tal forma satisfeita, completamente a vontade popular e o último dia do reinado de Momo nada ficou a dever ao domingo e à segunda. Teve a mesma ruidosa e comunicativa animação, o mesmo esplendoroso deslumbramento, o mesmo interesse alegre e grandioso!<sup>167</sup>

Segue relatando que a Avenida Rio Branco ficou lotada de foliões, automóveis, lança-perfume, serpentinas e confetes. Contudo, continuaram sentindo falta dos cordões, grupos e ranchos.

---

<sup>166</sup> *Gazeta de Notícias*, 21/02/1912, p. 02.

<sup>167</sup> *Correio da Manhã*, 21/02/1912, p. 03.

*O Paiz* declarou que mesmo com a falta de cordões, de máscaras, dos préstitos das grandes sociedades, houve o povo nas ruas e por isso, pode-se considerar que a cidade teve carnaval. Comentou ainda sobre a lotação de toda a cidade, desde as ruas centrais até os subúrbios e sobre a visita que recebeu do rancho *Recreio das Flores*.

O *Jornal do Brasil* credita os festejos desta primeira fase à população carioca, salientando que a festa foi absolutamente popular:

Como previmos, o último dia da **primeira série** [grifo meu] carnavalesca<sup>168</sup> deste ano teve o encanto singular de revestir-se, exclusivamente, de grande e espontâneo entusiasmo popular<sup>169</sup>.

Sublinha com bastante ênfase a alegria que tomou conta da cidade nesses dias de reinado de Momo e lembra:

Essa espontânea manifestação de sã alegria, que foi o encanto desses três dias que ontem findaram, bem pode servir de formal desmentido à lenda que se vinha formando da tristeza dos nossos patrícios<sup>170</sup>.

Por fim, comenta ainda sobre os grupos que saíram no último dia: *Reinado das Fadas*, *Cordão Bumba meu Boi*<sup>171</sup>, *Coligação do Arranca Rabo*, *Heróis da Conceição*, *Filhos da Rocha*, *Grupo de Bahianas*<sup>172</sup>, *Retiro da América*, *Clube Prazer das Crianças* (saíram com préstito no Estácio e S. Cristóvão). E sobre os bailes realizados: High-Life Clube, Teatro Recreio Dramático e Teatro Carlos Gomes.

A quarta-feira de cinzas, dia 21 de fevereiro, marcava então a despedida do primeiro carnaval de 1912. Os jornais, além de comentarem sobre os últimos acontecimentos da festa que se impôs pelo povo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, anunciavam que a partir dali era esperado o segundo momento de brindar à folia. Muitos ressaltavam que o carnaval de abril seria muito mais abrilhantado, pela presença dos desfiles das grandes sociedades carnavalescas, os bailes nos clubes e de todos os aspectos com que costumeiramente faziam parte dos folguedos na cidade:

<sup>168</sup> Vários jornais, assim como o *Jornal do Brasil* salientaram que esta havia sido a primeira fase do carnaval de 1912.

<sup>169</sup> *Jornal do Brasil*, 21/02/1912, p. 06.

<sup>170</sup> *Idem*.

<sup>171</sup> *Cordão Bumba Meu Boi*, de Santa Teresa.

<sup>172</sup> Grupo de Bahianas da rua Senador Pompeu.

Evidentemente este Carnaval n. 1 está muito longe de ser completo, segundo os usos cariocas. Limita-se a aglomeração de povo, ao jogo de lança-perfumes e de confete e a um bom número de máscaras avulsos.

O n.2, em abril, será melhor, porque terá grandes e pequenos préstitos, terá bailes e outros dos divertimentos preferidos pela população. Mas nem por isso um e outro deixarão de ser carnavais a valer, com a circunstância, a favor do primeiro de que não se verificou nenhum dos conflitos que era lícito prever.<sup>173</sup>

O carnaval passou-se, zabumbante a atroante entre os “evohés” das turbas o “tronhanha” das multidões.

Passou? Não. Em abril aí está de novo, em abril! E essa é a alegria dos que não se fartaram de divertir!

Agora é esperar pela segunda parte...

Em abril!<sup>174</sup>

De tal sorte, foi-se o primeiro carnaval de 1912, dado que em abril tel-o-emos de novo mais a sério, com o contrapeso dos barulhentos cordões, dos estrepitosos bailes à fantasia, dos indescritíveis e soberbos préstitos dos nossos grandes clubes carnavalescos – os Tenentes, os Democráticos e os Fenianos!

[...] Quem ontem o via, saracoteando nervosamente de rua em rua, a percorrer de automóvel os arrabaldes da cidade, percebeu claramente que ele prometia voltar ao cabo de quarenta dias... Prometeu-o e voltará, dado que o povo recebe-lo-á de braços abertos, sorridente e festivamente, como agora o recebem<sup>175</sup>.



O Gato, n.22, 24 de fevereiro de 1912

Charge de Hugo Leal.

Legenda: Agora, vou descansar um pouco e volto.

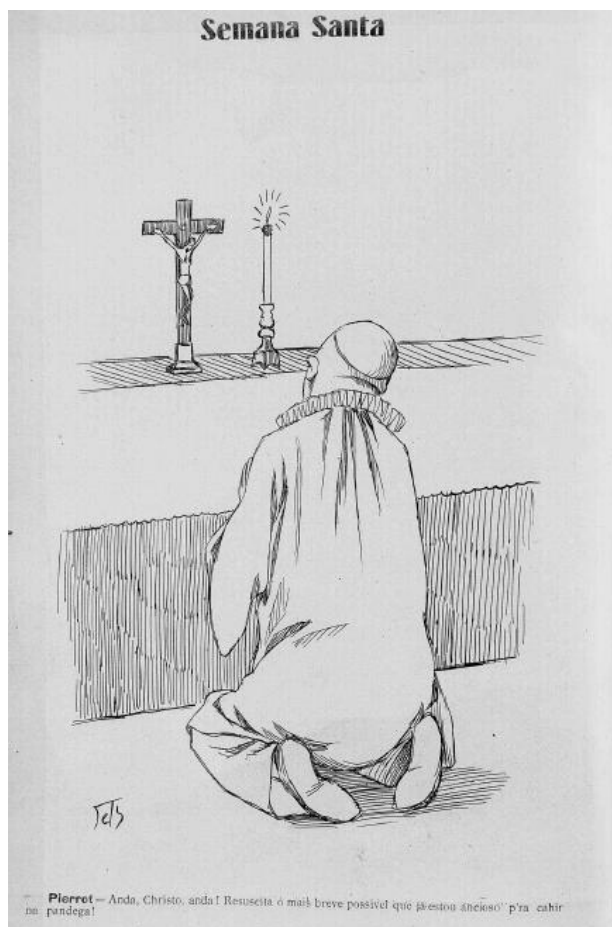
<sup>173</sup> A Noite, 19/02/1912, p. 01.

<sup>174</sup> Gazeta de Notícias, 21/02/1912, p. 02.

<sup>175</sup> Correio da Manhã, 21/02/1912, p. 03.

## 2.4.A aceitação da festa e os dois carnavais

O Gato, n.28, 06 de abril de 1912  
 Charge de Seth.  
 Legenda: **Pierrot** – Anda, Cristo, anda!  
 Ressuscita o mais breve possível que já  
 estou ansioso pra cair na pândega!



Findo o carnaval de fevereiro, toda a cidade começou a se preparar para a segunda etapa da festa, que seria realizada em abril<sup>176</sup>.

No sábado de Aleluia, data marcada para a transferência, e, neste ano, também transformado em sábado de carnaval, *A Noite* anuncia que os festejos que se iniciavam tinham grande promessa de sucesso, e destaca a enorme quantidade de préstitos que sairiam, já que a prefeitura havia concedido quase 300 licenças. O jornal destaca o desfile dos *Tenentes do Diabo* que sairia com mais de 15 carros alegóricos feitos pelos artistas Fiúza Guimarães e Arnaldo: “Este préstito compõe-se de mais de 15 carros, [...]”

<sup>176</sup> Com relação aos festejos de abril, não pudemos utilizar a cobertura da *Gazeta de Notícias*. A coleção depositada na Biblioteca Nacional não está completa, não contendo os meses de março e abril de 1912.

alguns maquinados de uma maneira nova e de efeitos surpreendentes”<sup>177</sup>. Na *Camisaria Progresso*<sup>178</sup> o artista responsável pela confecção das alegorias era Pablo Marroig.

Neste mesmo dia, o *Jornal do Brasil* declara que pelo movimento nos últimos finais de semana, o primeiro dia da segunda etapa dedicada a Momo, também será de grande sucesso. A partir daí, como de costume, apresenta toda a programação para aquele dia. Destaca que o *Clube Democráticos*<sup>179</sup> ao decidir que não faria carnaval externo, naquele ano, realizaria bailes à fantasia em “proporções deslumbrantes”.

O jornal *O Paiz*, inicia a coluna falando sobre a coincidência das datas do sábado de aleluia com o início do carnaval numa

(...) híbrida confraternidade de manifestações de misticismo religioso e de entusiasmo pagão.

Pela manhã ouvir-se-ão o bimbilhar festivo dos sinos católicos, noticiando o acontecimento divino da Aleluia, e logo, depois, com poucas horas apenas de intervalo, o chocalhar irritante dos guizos dos foliões e o clangor uniforme dos clarins estridentes anunciarão a chegada do muito alegre e muito bêbado Momo, o início de uma era de loucura e de prazeres extravagantes.<sup>180</sup>

E convida os leitores a se divertirem e esquecerem as tristezas durante um período em que tudo é permitido.

O *Jornal do Brasil* de 07 de abril descreve que o sábado amanheceu chuvoso, mas que ao longo do dia, a chuva se dissipou e a tarde se consolidou agradável. Os foliões começaram a tomar as ruas e à noite a agitação foi ainda maior. Interessante a nota sobre o foco central para onde convergiam as sociedades, cordões e grupos - a sede do próprio *Jornal do Brasil* - e ainda afirma: “O prelúdio do carnaval transferido foi promissor: há certeza de que o carnaval número dois terá o brilhantismo de todos os carnavais...”<sup>181</sup>. Depois, mantém o padrão de comentar todos os acontecimentos do dia anterior e ainda apresentar algumas previsões para as festividades daquele dia.

*O Paiz* também destaca em sua edição do dia 07 de abril o apreço do carioca pela festa carnavalesca. Apresenta o início da festa falando no movimento alegre na Avenida e diz:

<sup>177</sup> A Noite, 06/04/1912, p. 01.

<sup>178</sup> Camisaria Progresso, situada na Praça Tiradentes, números 2 e 4. AN GIFÍ 6c365

<sup>179</sup> Clube dos Democráticos, com sede na rua dos Andradas, n. 25. AN GIFÍ 6c 377

<sup>180</sup> O Paiz, 06/04/1912, p. 04.

<sup>181</sup> Jornal do Brasil, 07/04/1912, p. 05.

Como íamos dizendo: iniciou-se ontem o carnaval. E com que entusiasmo! É o carnaval número dois do ano. O macaco gosta de banana e o argentino também, não lhes é preciso perguntar isso. Pois se gostam de uma, muito mais hão de gostar de duas. Sem ofender a ninguém, é o caso dos cariocas com o carnaval<sup>182</sup>.

No dia 08 de abril, segunda-feira, *A Noite* publica uma reportagem com o clube *Tenentes do Diabo*, em que apresenta todo o trabalho feito no barracão do clube para viabilizar a saída do préstito. O jornal enaltece o trabalho dos artistas que constroem o desfile: ferreiros, floristas, costureiras, pintores, escultores e decoradores. Todos os artistas sob a direção do pintor Fiúza Guimarães. O periódico chama atenção ainda para os grandes gastos que os clubes têm para promover os seus préstitos e diz que tanto esforço é em vão, porque os espetáculos são gratuitos para o público e não contam com o apoio do governo, que em sua opinião, deveria contribuir para a festa:

Entretanto, tudo isso é de graça para o público, e conta sempre, na maioria dos casos com a má vontade dos poderes públicos. E deviam ser os poderes públicos os encorajadores dessa audácia, que é única em todo o mundo, pois que em toda a parte as grandes festas da rua, como o Carnaval, são feitas com o auxílio moral e monetário das municipalidades locais<sup>183</sup>.

No mesmo dia, fala sobre a animação do carnaval no sábado anterior e sobre as brincadeiras praticadas nas ruas. Ainda sobre a preparação dos festejos, destaca a organização do teatro Carlos Gomes, onde o cenógrafo Joaquim Santos transformou o saguão em uma “gruta infernal, feérica, estonteante”<sup>184</sup>.

O *Correio da Manhã* também destaca a lotação na Avenida, cheia de foliões e passeatas de grupos com seus estandartes. Descreve e comenta os préstitos realizados no dia anterior, enumerando os carros e apontando o itinerário de alguns, como por exemplo, o do *Pingas Carnavalescos*<sup>185</sup> e *Resistentes da Piedade*<sup>186</sup>. Ainda anuncia os grupos previstos para aquele dia, batalhas de confete e lança-perfume, bailes e visitas.

---

<sup>182</sup> O Paiz, 07/04/1912, p. 03.

<sup>183</sup> A Noite, 08/04/1912, p. 01.

<sup>184</sup> A Noite, 08/04/1912, p. 03.

<sup>185</sup> Pingas Carnavalescos, com sede na rua Engenho de Dentro, n.41. ver AN GIFÍ 6c 377.

<sup>186</sup> Clube Carnavalesco Resistentes da Piedade, com sede na rua Assis Carneiro, n.14. AN GIFÍ 6c 377.

*O Paiz* apresenta uma crônica sobre a realização de dois carnavais. Ao falar da animação na Avenida, descreve as mesmas manifestações de alegrias, contudo faz o seguinte comentário:

Como se vê, o carnaval de ontem na Avenida, teve todos os matadores de costume. Mas, não podemos deixar de registrar que ele teve, positivamente, um aspecto mais civilizado, quase que não se deram atritos, não se registrando em absoluto conflito de maior monta<sup>187</sup>.

A terça-feira de carnaval chega e há uma lamentação geral pela despedida do último dia de carnaval daquele ano.

O *Correio da Manhã* anuncia a despedida de Momo de 1912, para só voltar no ano de 1913. Em vista disto, a terça promete ser especialmente envolta de entusiasmo segundo o jornal.

Momo chegou, afinal, ao seu último dia, depois de um curto período passado entre nós. Apareceu gloriosamente e gloriosamente partirá, para só voltar no ano próximo, coberto então de mais louros e com aquela mesma majestade que o caracteriza<sup>188</sup>.

Destaca a grande concorrência naquela noite, devido ao préstito do *Clube Tenentes do Diabo*. Sobre a noite anterior, o jornal comenta a grande agitação da Avenida.

A Avenida esteve ontem esplendorosa, como sempre, e não era para menos. Só os automóveis que por Ella passavam, cheios, repletos, formavam centenas e mais centenas. Davam-lhe uma animação constante e um ar excepcional de requintado encanto!

Oh! A Avenida na noite de ontem! Estava soberba, linda, luminosamente linda!

E todos brincavam e todos corriam... De quanto em vez, um cordão aparecia com o seu estandarte engalanado, ao som de toques brejeiros ou marciais. De outras, eram grupos de alegres rapazes, que faziam a sua passeata de espírito, aplaudidos por todos os lados e por todas as gentis mãos femininas.

A Avenida! Que sonho! Que delícia! Que maravilha! Como era doce gozá-la, na sua policromia de luzes, toda ela em festa, toda ela a vibrar apoteoticamente em honra a Momo!<sup>189</sup>

---

<sup>187</sup> O Paiz, 08/04/1912, p. 02.

<sup>188</sup> Correio da Manhã, 09/04/1912, p. 03.

<sup>189</sup> Idem.



*O Paiz*, além de lamentar o último dia de folguedos carnavalescos, declara-se não conformado com a falta dos préstitos dos *Democráticos* e dos *Fenianos*. Diz, que das três grandes sociedades da cidade, somente a *Tenentes do Diabo* vai dar ao carioca o prazer de despedir-se de Momo como costumam. Segundo a coluna, a justificativa para tal falta é que um “chefão muito grande resolveu extinguir um vício que se alastrara por esta capital” e auxiliado por seus homens “mandou atacar o vício em seus focos principais. Ora, em alguns desses focos fabricava-se o *arame* indispensável à feitura dos grandes préstitos que tomam parte na glorificação de Momo”<sup>190</sup>.

Em outro momento enfatiza sobre como o carnaval é uma festa popular na cidade do Rio de Janeiro, servindo a ricos e pobres, cada um brincando a sua maneira.

Essa onda humana, que se acotovelou durante algumas horas, entregou-se franca e entusiasticamente à folia, em uma alegria que nada podia conter, denotando que o carnaval é ainda a grande festa popular o Brasil, à qual, desde os mais ricos aos mais pobres, como desde as mais altas personalidades até os mais humildes, prestam, senão ostensivamente, ao menos, discretamente, o mais fervoroso culto.<sup>191</sup>

Finalmente, o último dia de cobertura deste carnaval transferido. Na edição de 10 de abril, o *Correio da Manhã* confirma sua previsão de que a animação foi superior no último dia de folguedos:

Por ser o último dia a animação subiu de ponto, recrudescendo o entusiasmo dos foliões, que com ardor se entregaram à despedida das festas em honra de Momo<sup>192</sup>.

E descreve com riqueza de detalhes os acontecimentos, préstitos, bailes, enfim, tudo o que disse respeito ao último dia de festa. Descrição minuciosa do préstito do *Tenentes do Diabo*, com destaque para a alegoria em homenagem ao barão do Rio Branco; da *Camisaria Progresso*; do *Teimosos de Madureira*, dentre outros. Além das programações internas dos clubes e foliões avulsos.

---

<sup>190</sup> O Paiz, 09/04/1912, p. 03. Provavelmente a notícia refere-se à proibição imposta aos clubes pelo delegado do 3º distrito policial, Oliveira Alcântara. A medida proibia a realização de jogos nos clubes, atividade que garantia renda aos mesmos.

<sup>191</sup> O Paiz, 09/04/1912, p.03.

<sup>192</sup> Correio da Manhã, 10/04/1912, p. 04.

O *Jornal do Brasil* também deu grande destaque ao auge da animação no último dia de festejos.

O segundo carnaval de 1912 desapareceu em verdadeira apoteose. Tudo quanto se possa imaginar de mais extraordinário e de mais feérico ficará aquém do espetáculo grandioso de ontem, de uma população inteira entregue à vertigem de um prazer estranho, fremente de entusiasmo inacreditável, em um delírio de deslumbramento, em uma agitação convulsiva de loucura<sup>193</sup>.

Por fim a coluna de *O Paiz*, como os outros jornais, lamenta muitíssimo pelo fim do carnaval. Diz que a cidade parece virar um manicômio nesses dias, mas de puro prazer e alegria. Lembra que os dias de alegrias para uns são de tristeza para outros. E termina a coluna de maneira magistral:

O carnaval acabou; infelizmente é verdade, acabou mesmo. – E se arranjássemos um pretextozinho para um terceiro carnaval... Cala-te... cala-te. Olha que podem ouvir-nos e podes ser atendido. Tudo é possível neste momento, mesmo um terceiro carnaval. Cala-te...<sup>194</sup>

Tendo passado mais de quarenta dias em festa, a população carioca despediu-se com pesar dos festejos, no dia 09 de abril de 1912.

Pode-se perceber que a possibilidade de alteração no calendário carnavalesco não foi bem aceita pela maior parte da população da cidade, que não deixou de ir às ruas em fevereiro – na data prevista. A realização de duas festas no mesmo ano, permeada pela discussão da viabilidade de mudança no calendário, discutindo-se inclusive a quem caberia esta responsabilidade de alteração do mesmo, nos leva a refletir sobre a importância do tempo da festa e sobre os usos que se faz do tempo.

---

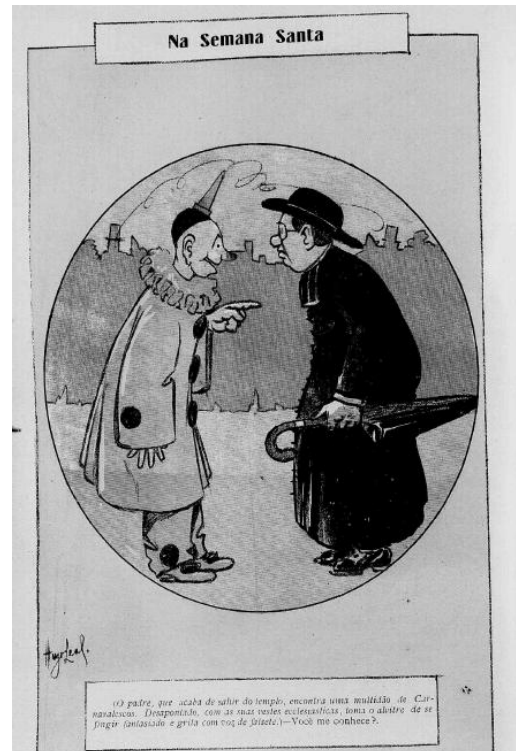
<sup>193</sup> *Jornal do Brasil*, 10/04/1912, p. 05.

<sup>194</sup> *O Paiz*, 10/04/1912, p. 04.

## Capítulo 3:

### O calendário do carnaval de 1912: disputas em torno do tempo da festa

O Gato, n.28, 06 de abril de 1912  
 Título: Na Semana Santa.  
 Charge de Hugo Leal.  
 Legenda: (O padre, que acaba de sair do templo, encontra uma multidão de Carnavalescos. Desapontado, com as suas vestes eclesiásticas, toma o alvitre de se fingir fantasiado e grita com voz de falsete.) – Você me conhece?



#### 3.1 Os usos políticos do Tempo: o calendário e o carnaval de 1912

Ce que nous appelons calendrier n'est autre chose qu'une distributions politique du Temps que les Hommes ont ajustée à leurs usages<sup>195</sup>

As disputas em torno da definição do calendário do carnaval podem ser tomadas como um claro exemplo de que “controlar o tempo se torna essencial ao poder”<sup>196</sup>. Como anotou Jacques Le Goff, em texto já clássico, é sempre importante para os governantes tornarem-se “senhores do calendário”<sup>197</sup>. Os usos políticos do tempo são

<sup>195</sup> Aquilo que chamamos calendário não é senão o uso político do tempo que os homens ajustaram aos seus usos. BLONDEL. Apud FROESHÉ, Michel. À propos du calendrier républicain: Romme et l'astronomie. In: *Annales Historique de La Révolutions française*, n. 304, 1996, p. 303.

<sup>196</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Revista Estudos Históricas*, n. 4, 1989, p. 173.

<sup>197</sup> LE GOFF, Jacques. op.cit, p. 260.

uma estratégia fundamental nos processos de consolidação de regimes políticos e de poder.

Numa tradição que vem desde a antiguidade, as festas são, em grande medida, organizadoras do tempo social. Os calendários festivos e cívicos são tão importantes que é bastante comum que mudanças políticas sejam, frequentemente, seguidas por alterações nos calendários festivos que estabelecem, de uma só vez, o tempo rotineiro e o excepcional.

Talvez, a respeito desta questão, o modelo mais recorrentemente lembrado seja o dos revolucionários franceses de 1789 que, em sua crença na fundação de uma nova ordem social e política, tiveram que lidar com uma profusão de novos “símbolos nacionais capazes de garantir a coesão social em substituição à antiga tradição monárquica e aristocrática”<sup>198</sup>. Assim, entre bandeiras, hinos e novos heróis, os revolucionários estabeleceram um novo calendário com datas comemorativas e festas originais. Como lembra Mona Ozouf, a festa era parte do programa revolucionário, e as comemorações eram a estratégia fundamental para exorcizar o esquecimento<sup>199</sup>. Na ação revolucionária, o calendário festivo tornou-se tão importante que, como destaca a autora, “a própria constituição de 1791 expressa este princípio ao declarar que serão estabelecidas festas nacionais para a recordação da Revolução Francesa”<sup>200</sup>.

Também no Brasil, as alterações de regimes políticos provocaram refundações dos símbolos nacionais e reorganização do calendário festivo.

Adriana Keuller lembra que foi a partir da instauração de um calendário nacional que, “o Estado Imperial criou em 1848, as Festas Nacionais (...) o dia 25 de março, aniversário da constituição do Brasil; o dia 07 de setembro, aniversário da independência e o dia 02 de dezembro, aniversário natalício do Imperador D. Pedro II”<sup>201</sup>. A nova tradição inventada pelo Império e os recursos simbólicos agenciados contribuíam para fundar um novo tempo e para consolidar o Estado e a Nação independente, buscando uma representação singular do Brasil, embora em continuidade com a tradição europeia<sup>202</sup>.

---

<sup>198</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. op. cit., p. 173.

<sup>199</sup> OZOUF, Mona apud OLIVEIRA, Lucia Lippi. op. cit., p. 173.

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> KEULLER, Adriana Martins. As Festas Nacionais e seus objetos simbólicos na Corte Imperial: perspectiva de uma “tradição inventada”. **Revista de História**, n. 8, Vitória, EDUFES, 1o semestre de 1999, p. 16.

<sup>202</sup> Ibid, p. 23.

No fim do Império e início da República, a construção de um novo regime tornava obrigatória a refundação do calendário. Como lembra Lucia Lippi, o decreto n. 155-B, de 14 de janeiro de 1890, considerava que “o regime Republicano se baseia no profundo sentimento de fraternidade universal” e que “esse sentimento não se pode desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas destinadas a comemorar a continuidade e solidariedade de todas as gerações humanas”<sup>203</sup>. Assim, a autora aponta as “festas que a república mandava guardar”: o primeiro de janeiro, comemoração da fraternidade universal; o 21 de abril, comemoração dos precursores da independência brasileira resumidos em Tiradentes; o 3 de maio, a descoberta do Brasil; o 13 de maio, fraternidade dos brasileiros; o 14 de julho, república, liberdade e independência dos povos americanos, o 7 de setembro, independência do Brasil; o 12 de outubro, descoberta da América, o 2 de novembro, dia dos mortos; e o 15 de novembro, comemoração da pátria brasileira<sup>204</sup>.

Desse modo, pode-se sugerir, como Elisabete Leal, que o calendário republicano, instaurado pouco tempo depois de proclamada a República já estava pronto antes mesmo da proclamação<sup>205</sup>. O documento foi assinado por Demétrio Ribeiro, Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca, Ruy Barbosa, Quintino Bocaiuva, Eduardo Wandenkolk, Aristides Lobo e Campos Salles<sup>206</sup>. A autora chama a atenção para o teor positivista do calendário e para a lógica de sua construção, retratando uma tentativa de conectar a história do Brasil com a Ocidental. Além disso, fica clara em sua proposição a busca pela separação entre o Estado e a Igreja, tendo em vista que – com exceção do dia 02 de novembro, Dia dos Mortos - nenhum feriado religioso foi mantido<sup>207</sup>. Contudo, vale ressaltar que na prática os funcionários públicos foram dispensados em alguns dias em março, durante a Semana Santa<sup>208</sup>.

<sup>203</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. op.cit., p. 181.

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. **Revista História**, São Paulo, v.25, n.2, p. 64.

<sup>206</sup> Todos os nomes citados são membros do então Governo Provisório.

<sup>207</sup> Talvez seja importante considerar, a título de informação, que também em Portugal neste mesmo momento, fim do século XIX, desenvolveram-se “(...) práticas comemoracionistas (...) apostadas em interiorizar princípios inspirados numa moral social e cívica. Daí o seu cariz secularizado e, em alguns casos, de oposição ao regime monárquico.(...) Assim sendo, compreende-se que o primeiro grande cortejo comemorativo que a capital do país viu desfilar – o de Camões, em 1880 – tivesse sido logo qualificado como ‘a primeira procissão que se fazia em Lisboa, sem cruz alçada nas mãos de um devoto’”. Ver sobre este tema: CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo**. Fortaleza: Edições NUDOC/UFC/Museu do Ceará, 2005, pp. 144-145.

<sup>208</sup> LEAL, Elisabete da Costa. op.cit. p. 70.

Em outro momento que se pode ainda considerar de refundação da identidade nacional – o Estado Novo –, o calendário foi novamente alvo de preocupação dos governantes. Ângela de Castro Gomes analisa o calendário criado pelo governo Vargas, em 1940, buscando perceber as estratégias e mecanismos de instrumentalização do tempo, de modo a valorizar a percepção de Getúlio Vargas como fundador de um novo e singular momento da história do país.

O Calendário de 1940 foi elaborado como parte das comemorações dos dez anos da Revolução de 1930. Considerado importante peça publicitária – embora pouco estudado<sup>209</sup> – o calendário insere-se num conjunto de práticas e iniciativas que visava uma maior comunicação do governo com a população de forma bastante abrangente. A autora lembra que nos anos 1930 e 1940 houve internacionalmente um crescente interesse dos governos autoritários e democráticos pela implementação de políticas de comunicação com o objetivo de conquistar os governados, o que permitiu o desenvolvimento de “elaboradas e diversificadas políticas de propaganda governamental”<sup>210</sup>. No Brasil, o governo Vargas não fugiu à tendência internacional e desde 1930 demonstrou preocupação com a propaganda como forma de atingir a um público amplo e diversificado<sup>211</sup>. Assim, o calendário de 1940 torna-se um exemplo emblemático da tentativa de propaganda de massa do governo Vargas, utilizando-se da simbologia das imagens e também da demarcação textual de eventos considerados relevantes para aquele novo tempo que estava sendo inaugurado pelo Estado Novo<sup>212</sup>.

Desta forma, utilizando as categorias de Le Goff, Ângela de Castro Gomes ressalta que o calendário podia ser utilizado em dois sentidos: o utilitário – para acompanhar o decorrer do ano de 1940 e o utópico – que é o que lhe dá sentido. Levando em consideração o segundo aspecto, o calendário de 1940 não apenas informava as datas do ano, mas também apontava para os principais feitos do Estado Novo, desde sua fundação em 10 de novembro de 1937, destacando aquilo que precisava e valia a pena ser lembrado para a formação do povo brasileiro.

Assim, podemos considerar que as disputas em torno da definição do calendário do carnaval de 1912, objeto de nossa pesquisa, inserem-se numa tradição já bastante consolidada das lutas políticas: os conflitos em torno dos usos sociais do tempo.

---

<sup>209</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940**. IN: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo e ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 115.

<sup>210</sup> *Ibid.*, p. 112 e 113.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>212</sup> *Ibid.*, p. 112 e 113.

Uma das questões evidenciadas nessas disputas em torno do carnaval é, por exemplo, a quase ausência de manifestação da Igreja - enquanto instituição - por ocasião das discussões em torno da mudança no calendário festivo carnavalesco de 1912 para a Semana Santa. Retomando a discussão sobre a implementação do calendário republicano e a separação que se estabelecia entre Igreja e Estado, podemos refletir sobre a esta questão. Vale ressaltar que a Igreja não se manifestou de forma clara na imprensa, o que não quer dizer que seus membros isoladamente não tenham se pronunciado a respeito da polêmica e que não tenha tido nenhuma outra forma de explicitar a sua opinião.

Além da Igreja, a ação do Estado também sugere uma reflexão. Em relação ao posicionamento oficial do governo e à prática desenvolvida pelos governantes, pudemos perceber que, no carnaval de 1912, a postura foi bem semelhante a da Igreja. Diante de um movimento que solicitava o adiamento do carnaval e acreditando não ter bases legais para fazer a mudança, nenhuma das autoridades envolvidas decretou o adiamento oficial do festejo. Em contrapartida, medidas contraditórias foram tomadas em ambas as direções. Muitos funcionários públicos tiveram a confirmação da necessidade de assinatura do ponto nos dias de carnaval em fevereiro como noticiam os jornais: “Em quase todas as repartições públicas o ponto será obrigatório segunda e terça-feira.”<sup>213</sup>; o ministro do Interior, Rivadávia da Cunha Correia “Determinou que os pontos de segunda e terça serão observados nas repartições subordinadas e na secretaria de Estado. Parece que o ministro da Fazenda [Francisco Antonio de Salles] fará o mesmo”<sup>214</sup>.

Por outro lado, a polícia tomava as medidas de costume para garantir a ordem nos dias de festa. Além da publicação de editais nos jornais como, por exemplo, notícia o jornal *A Noite*, em 15/02/1912, sobre a regularização da circulação de bondes durante o carnaval<sup>215</sup>, pudemos notar a mesma atitude na correspondência trocada com o chefe de polícia, Belizário Távora<sup>216</sup>. Através dos documentos é possível identificar toda a movimentação burocrática que continuava a ser empreendida pela polícia de forma a garantir a ordem na cidade durante os dias dos festejos, assim como a solicitação de empresas que necessitavam dos serviços policiais naqueles dias de exceção.

A empresa *The Leopoldina Railway Company Limited* preocupada com a aproximação da festa escreve em 15/02/1912 para Belizário Távora:

---

<sup>213</sup> *A Noite*, 16/02/1912, p. 03.

<sup>214</sup> *Gazeta de Notícias*, 17/02/1912, p. 02.

<sup>215</sup> *A Noite*, 15/02/1912, p. 04.

<sup>216</sup> Documentação consultada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, sob a rubrica GIF1 6c 377.

Comquanto esteja tomando vulto a ideia de se não realizarem na época própria os festejos carnavalescos, como demonstração de pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. barão do Rio Branco, e como nada de positivo conheço ainda, é meu dever solicitar que seja aumentado o número de praças de polícia na estação de Praia Formosa, de 12 e meia horas da madrugada até às 4 horas da manhã, nos dias marcados para aqueles festejos, conforme se tem praticado nos anos anteriores<sup>217</sup>.

Neste mesmo dia, e nos posteriores, Belizário Távora expede diversos ofícios com o mesmo objetivo: dar prosseguimento às medidas necessárias para a passagem do carnaval na cidade, como era feito todos os anos, deixando claro que havia dúvida com relação à adesão geral da população à causa da transferência do carnaval. Assim, escreve ao coronel José da Silva Pessoa, comandante da Brigada Policial, solicitando o deslocamento de pessoal para a guarda na cidade.

Afim de dar cumprimento ao edital referente aos festejos carnavalescos a se realizarem em 17, 18, 19 e 20 do corrente, rogo a V. Exa. se digne dar as necessárias ordens no sentido de se apresentarem nesta Rep. às 4 horas da tarde de cada um dos referidos dias, à disposição do Sr. 1º delegado auxiliar, 314 praças de infantaria dessa Brigada, além dos inferiores necessários para a sua fiscalização, força esta destinada a cobrir os postos fixados por aquela autoridade.<sup>218</sup>

No mesmo sentido escreve para o general inspetor da 9ª Região Militar solicitando policiamento, desta vez especificando que os oficiais do Exército deveriam zelar pelo comportamento de qualquer praça da corporação.

Rogo a V. Exa. se digne de expedir as necessárias ordens para que, como no ano passado, por ocasião das festas do carnaval, as ruas e praças desta capital sejam rondadas na véspera a noite, e nos dias destinados aqueles folguedos, por oficiais do Exército acompanhados de ordenanças ou patrulhas, afim de resolverem sobre qualquer conflito que se vejam envolvidos praças dessa corporação<sup>219</sup>.

---

<sup>217</sup> Carta da empresa *The Leopoldina Railway Company Limited* ao chefe de polícia do Rio de Janeiro, Belizário Távora, 15/02/1912. AN – Rio de Janeiro, GIF1 6c 377.

<sup>218</sup> Ofício do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Belizário Távora, 15/02/1912. AN – Rio de Janeiro, GIF1 6c 377.

<sup>219</sup> Carta do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Belizário Távora ao inspetor da 9ª Região Militar, 15/02/1912. AN – Rio de Janeiro, GIF1 6c 377.



No mesmo teor são os ofícios enviados para o vice-almirante Antonio Cavalcanti Lins de Oliveira, chefe do Estado Maior da Armada, para o coronel comandante do Corpo de Bombeiros<sup>220</sup> e para o general comandante superior da Guarda Nacional<sup>221</sup>. Nem mesmo o prefeito da cidade ficou de fora dos apelos de Belizário Távora, que o escreve solicitando as providências necessárias para remoção dos fios da *Cia Light and Power*.

Afim de permitir a passagem dos carros de préstitos carnavalescos, caso saiam à rua alguns clubes nos dias 17, 18, 19 e 20 do corrente, rogo a V. Exa. se digne de dar as necessárias providências no sentido de serem levantados naqueles dias e nos pontos em que for conveniente, os fios condutores de eletricidade da Cia. Light and Power<sup>222</sup>.

Além desses existem outros documentos de delegacias distritais solicitando pessoal extraordinário, relação dos oficiais de serviço nos dias dos festejos em fevereiro, mapa de distribuição do pessoal pela cidade. Toda essa documentação datada entre 10 e 17 de fevereiro, ou seja, em meio à discussão acirrada na imprensa sobre o adiamento do carnaval, as autoridades municipais tomavam providências para garantir o bom andamento da festa nos dias de carnaval que se aproximavam. Discutia-se a mudança da data da festa, ao mesmo tempo em que se considerava a permanência dos festejos, ou que se supunha, ou se previa, a impossibilidade da suspensão do carnaval.

### **3.2. Alterando o calendário: disputas em torno da definição da data da festa em 1912**

Momo teve o seu curto reinado  
dos três dias sacramentais, os três  
dias que lhe deixam os  
calendários, de certo organizados  
por sisudos e graves cavalheiros  
que não entendem e não sabem

---

<sup>220</sup> Comandante do Corpo de Bombeiros: coronel Feliciano B. de Souza Aguiar (28/07/1903 – 28/06/1912). Site do Corpo de bombeiros do estado do Rio de Janeiro. <[http://www.cbmerj.rj.gov.br/galeria\\_cmt/index.html](http://www.cbmerj.rj.gov.br/galeria_cmt/index.html)>. Acesso em: outubro/2012.

<sup>221</sup> Comandante Superior da Guarda Nacional: marechal Antonio Olympio da Silveira. AN GIFÍ 6c 377.

<sup>222</sup> Carta do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Belizário Távora ao prefeito da cidade, Bento Ribeiro, 15/02/1912. AN GIFÍ 6c 377.

que gosto tem uma ‘farra’  
carnavalesca<sup>223</sup>.

O texto em epígrafe é parte da coluna de carnaval publicada na *Gazeta de Notícias*, em 21 de fevereiro de 1912, quando a população do Rio de Janeiro, aparentemente, se despedia da primeira festa do carnaval daquele ano. Na verdade, aquela tinha sido apenas a primeira parte de uma festa que duraria cerca de quarenta dias, isto é, que acabaria apenas na semana santa.

Como resultado do intenso debate que envolveu jornalistas, autoridades municipais, clubes e organizadores de sociedades, cordões e ranchos, a população do Rio de Janeiro assumia a decisão: seriam dois carnavais. E mais: seria uma enorme festa como jamais se veria outra, uma festa que duraria toda a quaresma.

A morte do barão do Rio Branco, em lugar de estimular o luto, provocou pela polêmica que gerou em torno do calendário do carnaval, a extensão da festa. As disputas em torno do calendário e do tempo da festa colocaram em pauta uma questão importante: o conflito entre os usos políticos, racionais e deliberados dos acontecimentos, e aqueles usos mais frequentemente constituídos pelo costume ou pela tradição<sup>224</sup>. Entre um novo calendário que, em nome do luto pelo barão, transferia o carnaval para abril e um calendário mais tradicional que determinava o período de fevereiro para as festas carnavalescas, a população carioca, como já dissemos, ficaria com os dois.

Como vimos no capítulo anterior, o carnaval de 1912 foi precedido de muita discussão a respeito de sua realização na data prevista pelo calendário ou o seu adiamento para abril. Diversos discursos podem ser identificados em torno da polêmica sobre o adiamento da festa daquele ano. A discussão sobre a alteração do calendário festivo nos permite perceber como os diversos grupos que se manifestaram

<sup>223</sup> *Gazeta de Notícias*, 21/02/1912, p. 02.

<sup>224</sup> Referindo-se a outro tipo de comemoração, os festejos cívicos, Douglas Marcelino alerta para os riscos de uma escrita historiográfica pouco preocupada com as disputas entre posições mais racionalmente construídas e àquelas mais evidenciadas pelo costume. O autor destaca o fato de que o desconhecimento da dimensão imaginária e utópica presente nas festas cívicas levaria a um reducionismo na sua interpretação. Diz ele. *Restringindo-se geralmente ao estudo dos usos políticos e intencionais do passado, os historiadores têm deixado para segundo plano toda a dimensão utópica e imaginária presente nos rituais e festas cívicas, e é importante questionar os riscos envolvidos nessa perda. Até porque, vale ressaltar, ela pode servir para pensar o desenvolvimento da historiografia de modo mais geral, muitas vezes alimentada por demasiada suspeição quanto a tudo aquilo que não é compreendido como ‘racional’ no mundo político.* Ver: MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 31, vol. 61, pp. 125-144, 2011.

apropriaram-se daquele evento, deixando claro que uma festa em geral, e mais especificamente o carnaval, é um evento que não possui um significado em si mesmo, com características intrínsecas, mas, ao contrário é composto de múltiplos significados.

Seguindo a sugestão metodológica proposta por Leonardo Pereira<sup>225</sup>, de investigar os sentidos atribuídos à festa pelos vários grupos que a compõe, investigamos o carnaval do Rio de Janeiro como uma festa construída de acordo com os contextos, personagens e lugares em que se realiza. Buscamos pensar os textos jornalísticos produzidos sobre o adiamento do carnaval de 1912, em sua historicidade, procurando compreender as circunstâncias nas quais eles se produzem como “uma densa rede de forças sociais em evolução e muitas vezes em conflito”<sup>226</sup>.

Como vimos anteriormente, entre um carnaval em fevereiro e outro em abril, a população ficou com os dois. No mês de fevereiro, apesar da presença de alguns ranchos e cordões, das frequentes batalhas de confetes, serpentinas e lança-perfumes e ainda de diversos corsos e da realização de alguns bailes - determinados pela animação demonstrada pela população carioca -, a festa foi composta muito mais de foliões avulsos e carnavalescos que foram às ruas atrás da folia. Em abril, já com a transferência consolidada, as grandes e pequenas sociedades foram às ruas, somando quase 300 licenças concedidas pela prefeitura. Neste último mês, nos jornais, o tamanho das colunas dedicadas à festa tornou-se monumental, atingindo páginas inteiras, para dar conta de comentar e prestar todos os serviços relacionados ao carnaval: descrição dos préstitos, bailes e principais acontecimentos.

Dessa forma pode-se pensar na realização de duas festas que na verdade demonstram o caráter de apropriação e de permeabilidade entre a festa realizada principalmente pela ocupação das ruas pela população e aquela que pressupunha um maior controle e formalização de suas práticas. Assim, uma não elimina e nem anula a outra, ambas realizam-se conjuntamente.

A imprensa da cidade do Rio de Janeiro acompanhou com atenção ambos os carnavais destacando os acontecimentos nas ruas e nos espaços de decisão do governo. Nesta seção procuraremos mostrar como os diversos atores históricos envolvidos na polêmica em torno da transferência da festa naquele ano produziram discursos próprios que representavam a sua forma de se relacionar com a questão. Os discursos analisados

---

<sup>225</sup> PEREIRA, Leonardo Afonso M. **O carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas: Unicamp, 2004, p. 29.

<sup>226</sup> Greenblatt, S. O novo historicismo: ressonância e encantamento. **Revista Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, 1991, p. 251.

foram publicados nos jornais pesquisados, o que nos permitiu dar voz não somente a alguns dos personagens envolvidos na polêmica do adiamento da festa, como também focarmos nossa atenção na “fala” dos próprios jornais.

Primeiramente, nos dedicaremos a analisar as manifestações populares favoráveis ao adiamento da festa. Há cartas - anônimas ou não - enviadas aos diversos órgãos da imprensa, assim como manifestos dados à publicidade por comissões formadas com o objetivo de conquistar o adiamento da festa. De forma geral, o movimento pelo adiamento estava mais bem organizado. As manifestações favoráveis à manutenção do calendário tradicional, ao contrário, tenderam a ser ações mais individualizadas.

Assim, logo no dia 11 de fevereiro de 1912, um dia após o falecimento do barão do Rio Branco, os jornais noticiam a visita de um grupo de populares nas suas portas. O grupo pedia o apoio dos jornais na campanha pelo adiamento. Na porta do jornal *Gazeta de Notícias*, um grupo, do qual se destacou um orador, solicitou o empenho do jornal junto às autoridades, principalmente ao prefeito da cidade para que o carnaval fosse adiado, em nome do falecimento do barão. Um redator, não especificado, respondeu da janela que o jornal faria eco ao pedido<sup>227</sup>.

Também o *Correio da Manhã* do mesmo dia noticia a visita de uma comissão de homens do povo, acadêmicos e populares em sua redação. Todos com o pedido de auxílio para a mesma causa<sup>228</sup>. Publicam ainda uma carta recebida com esse apelo que se inicia da seguinte maneira:

Esse jornal, que é o celeiro das boas ideias e o principal pregoeiro de tudo quanto é justo, belo e nobre, pode, na quadra lutuosa que atravessamos, dando uma lição de civismo, lembrar ao povo carioca que a morte do barão do Rio Branco envolve a pátria num sudário de luto e pranto<sup>229</sup>.

A maior parte das manifestações populares nos jornais usava esta forma – a carta – para explicitarem as suas opiniões. Dessa maneira, os jornais apontam para o recebimento de inúmeras delas, nem todas publicadas devido à falta de espaço<sup>230</sup>. Percebe-se que, de uma forma geral, os grupos organizados pela campanha do

<sup>227</sup> *Gazeta de Notícias*, 11/02/1912, p. 07.

<sup>228</sup> *Correio da Manhã*, 11/02/1912, pg. 03. Vale ressaltar que o *Correio da Manhã* foi um dos jornais mais combativos na defesa pelo adiamento, o que ficará claro mais a frente.

<sup>229</sup> *Idem*.

<sup>230</sup> *Gazeta de Notícias*, 17/02/1912, p. 02 e *Jornal do Brasil*, 17/02/1912, p. 09.

adiamento procuravam ter relação com mais de um jornal ao mesmo tempo. É o exemplo do grupo, citado anteriormente, que esteve na redação da *Gazeta de Notícias* ainda no dia 11 de fevereiro de 1912. Aparentemente membros desse grupo uniram-se a outros e passaram a formar uma espécie de comissão. Esta pediu notificação de seu manifesto, transcrito abaixo, no *Correio da Manhã*<sup>231</sup>, em *A Noite*<sup>232</sup>, na *Gazeta de Notícias*<sup>233</sup> e em *O Paiz*<sup>234</sup> – só para listar os jornais pesquisados neste trabalho. Vale ressaltar que o apelo dirigia-se principalmente à imprensa e às sociedades carnavalescas.

Ao povo! – Tendo falecido, cercado das bênçãos de todos os brasileiros sem distinção de qualquer espécie, o maior de todos eles o eminentíssimo Barão do Rio Branco, - o dilatador pacífico do nosso amado território – muitos filhos desse invejado Brasil pedem ao povo, como a maior demonstração de civismo e sentimento patriótico, se abstenha dos divertimentos carnavalescos, ficando assim transferida essa festa para época mais oportuna.

Este apelo é especialmente dirigido às festejadas e gloriosas sociedades carnavalescas e à imprensa: a esta para que nos ajude a conseguir o desidearium deste manifesto e àquelas para que não saiam com seus préstitos.

Respeitemos a dor que sofre a nação e demos mais esta prova de carinho à memória do inolvidável estadista<sup>235</sup>.

Seguindo o mesmo exemplo, outra comissão – esta identificada pela assinatura dos membros em seu manifesto - não apenas utiliza os jornais como veículo para propagandear as suas ideias, mas também, desejando organizar um abaixo-assinado, deixou a lista para assinatura em diversas redações. Esta comissão também defendia o adiamento e pretendia entregar o abaixo-assinado ao prefeito, o general Bento Ribeiro, no dia 16 de fevereiro, um dia antes do início oficial do carnaval. A comissão era composta por Zenithilde Magno de Carvalho, Candido Ajacio Monteiro Esteves, Josephino Felicio dos Santos, Raul Cardoso, Joaquim Felicio dos Santos, Henrique Baptista Pereira e Manoel Felicio dos Santos e o manifesto foi deixado para assinatura nos seguintes jornais: *Gazeta de Notícias*, *Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *Folha do Dia* e *Correio da Manhã*<sup>236</sup>.

<sup>231</sup> Correio da Manhã, 12/02/1912, p. 04.

<sup>232</sup> A Noite, 13/02/1912, p. 02.

<sup>233</sup> Gazeta de Notícias, 13/02/1912, p. 03

<sup>234</sup> O Paiz, 13/02/1912, p. 03.

<sup>235</sup> Apelo publicado na íntegra em Correio da Manhã, 12/02/1912, p. 04 e O Paiz, 13/02/1912, p. 03.

<sup>236</sup> A Noite, 14/02/1912, p. 02; Jornal do Brasil, 14/02/1912, p. 12; O Paiz, 14/02/1912, p. 06; Gazeta de Notícias, 15/02/1912, p. 03.

As manifestações populares pelo adiamento não ficaram restritas somente aos apelos para que a população se abstinhasse de entregar-se aos delírios de Momo. Elas pressionavam também os comerciantes a aderirem e contribuírem com a causa, argumentando que os mesmos não teriam prejuízos, já que as licenças para venda de artigos carnavalescos haviam sido prorrogadas pela prefeitura até o dia 09 de abril<sup>237</sup>. O “apelo” aos comerciantes tinha um tom ameaçador, o que causou como veremos mais a frente, preocupação em parte da imprensa pela possibilidade de conflitos.

A numerosa comissão que vem há dias pedindo a transferência do carnaval, como uma justa demonstração de respeito à memória do pranteado barão do Rio Branco, vem hoje solicitar aos negociantes de artigos para carnaval que não abram suas portas nos dias 17, 18, 19 e 20 do corrente, visto haverem sido prorrogadas as licenças até 9 de abril.

Será assim evitada qualquer divergência de opiniões, que poderá ter desagradáveis consequências<sup>238</sup>.

Além desses grupos, diversas cartas avulsas foram enviadas aos jornais. *A Noite*, em 15 de fevereiro publicou uma carta sem assinatura propondo que o carnaval de 1912 fosse completamente suspenso, considerando que a dor do povo pelo falecimento do barão do Rio Branco não se apagaria em apenas dois meses. A carta apela para que a festa fosse comemorada somente no ano seguinte, mostrando que mesmo dentro do grupo ampliado daqueles que defendiam a não realização da festa em fevereiro, não eram as opiniões 100% convergentes.

Seria degradante um país, que perde um dos seus maiores vultos, no fim de oito dias regozijar-se em cenas bacanais, e orgias, as mais debochadas e desenfreadas.

[...] O pesar do povo não poderá desaparecer em 2 meses, por um homem da estatura de Rio Branco, que se impôs na estima e veneração populares.

Suspendamo-lo, e para o ano de 1913 festejamo-lo, como deve ser festejado o carnaval – divertimento predileto do povo carioca<sup>239</sup>.

<sup>237</sup> A notícia da prorrogação da licença para a venda de produtos carnaval foi publicada em diversos jornais. Ver como exemplo: *A Noite*, 14/02/1912, p. 03.

<sup>238</sup> *Gazeta de Notícias*, 16/02/1912, pg. 05; *Correio da Manhã*, 16/02/1912, pg. 03; *O Paiz*, 16/02/1912, pg. 07.

<sup>239</sup> *A Noite*, 15/02/1912, p. 01.

Alguns setores profissionais também apelaram aos seus associados, como por exemplo, o presidente da Liga do Operariado do Distrito Federal, Francisco Figueiredo de Albuquerque que enviou ao *Jornal do Brasil*, o manifesto encaminhado aos operários, onde solicitava que os mesmos não concorressem às festas carnavalescas, como uma forma de prestar homenagem ao barão do Rio Branco<sup>240</sup>.

Por outro lado, havia indivíduos e grupos que defendiam a realização da festa em fevereiro. O mesmo jornal recebeu carta de um leitor identificado como Raul de S. Martins em que se colocava simpático às homenagens prestadas ao barão, considerando-as justas, porém segundo o jornal, o autor dizia que o carnaval

é a única ocasião que a população tem para divertir-se, estando já quase todos para ela preparados. Pensa o autor da carta que tudo isso é devido aos clubes, que não estão preparados para o carnaval.<sup>241</sup>

Ainda favorável à realização do carnaval em fevereiro, mas apresentando argumentos ligados mais à subjetividade, foi a carta publicada na *Gazeta de Notícias*. Nela, o autor declara sua admiração pela festa:

O carnaval é para nós, crentes da Arte e da Beleza, nostálgicos do esplendor da Grande Era, uma quase solenidade, a parada de luz e de perfume em que a Humanidade promete libertar-se do preconceito e da hipocrisia e ser de novo na natureza iluminada a Humanidade são e livre, amando e vivendo. O carnaval não é uma vergonha nem uma infâmia, é antes uma glória. Agora, quanto à questão em debate, trata-se evidentemente de um caso de consciência, de foro íntimo. A proibição por parte dos poderes públicos não é admissível. Não se pode sujeitar impulsos naturais a regras nem proibições. Demais a solução do caso é intuitiva e fácil: o carnaval é uma festa essencialmente coletiva. Se a população desta capital não quer que ele se realize, não se realizará por falta de concorrentes. Se a população quer que se realize, com que direito impedi-lo?<sup>242</sup>

O posicionamento dos leitores refletidos nos jornais e evidenciados pelos trechos acima citados nos permite pensar também sobre a impossibilidade de ação do governo nesse momento específico. Com a proclamação da República houve uma maior participação popular na política e talvez por esse motivo, assumindo uma postura republicana, os órgãos governamentais não tenham mexido no calendário. Afirmam

<sup>240</sup> *Jornal do Brasil*, 15/02/1912, p. 11

<sup>241</sup> *Idem*.

<sup>242</sup> *Gazeta de Notícias*, 17/02/1912, p. 02.

suas opiniões pessoais pelo adiamento, mas mantêm as medidas necessárias para a realização da festa para aqueles que assim o desejassem.

As manifestações populares foram as primeiras a aparecerem nas páginas de jornal naquele fevereiro de 1912. Assim que surgiram os primeiros boatos, ainda no dia da notícia do falecimento do barão, ou seja, no calor dos acontecimentos, *A Noite* procurou o então presidente da República, marechal Hermes da Fonseca buscando obter um posicionamento oficial sobre a questão que ora se apresentava. A declaração do presidente como já afirmamos, foi taxativa: “Não tenho competência para isso. Festa do povo, é ao povo que cabe adiar ou não o carnaval”<sup>243</sup>. Esta foi a única declaração de Hermes da Fonseca identificada nos jornais e que de uma maneira geral foi seguida pelas outras autoridades procuradas para declararem-se sobre o assunto.

Como a polêmica persistia, foram abordados também o prefeito Bento Ribeiro e o chefe de polícia, Belizário Távora. Ambos insistiram no discurso de que não tinham competência para decidir sobre o assunto, dizendo que não era de suas alçadas tomarem uma decisão a esse respeito. Porém declaravam serem, particularmente, favoráveis à transferência da festa. Além disso, afirmavam sobre sua confiança no povo, de que eles saberiam como se comportar. O prefeito afirmou também que faria todo o possível para viabilizar o adiamento, transferindo licenças e tudo o mais que se fizesse necessário<sup>244</sup>. Da mesma maneira, o chefe de polícia prorrogou as licenças concedidas às sociedades carnavalescas para realizarem os seus desfiles<sup>245</sup>.

Pessoalmente sou pelo adiamento. Mas como prefeito não é da minha alçada proibir ou adiar as festas carnavalescas, festas religiosas, que tem a sua data. Apenas como há uma corrente tendendo para o adiamento e para que o comércio não tivesse prejuízo, prorrogarei as licenças gratuitamente até abril<sup>246</sup>.

O chefe de polícia foi procurado diversas vezes, por todos os jornais, ao longo da semana que separou a morte do barão e o início do carnaval. Em todas elas Távora manteve seu posicionamento afirmando, contudo, que por parte da força policial, os brinquedos carnavalescos estavam garantidos àqueles que decidissem não aderir ao adiamento, assim como garantia também o funcionamento do comércio.

---

<sup>243</sup> *A Noite*, 10/02/1912, p. 02.

<sup>244</sup> *A Noite*, 14/02/1912, p. 03.

<sup>245</sup> *A Noite*, 15/02/1912, p. 03.

<sup>246</sup> *Gazeta de Notícias*, 15/02/1912, p. 01.



A resolução tomada pelo general Bento Ribeiro foi a mesma que eu julguei conveniente: prorrogando também as licenças das sociedades até abril. A idéia está vencedora, pois que hoje, em meu gabinete ainda não tive descanso. A todo momento vêm aqui comissões de clubes e sociedades, manifestando-se todos favoravelmente ao adiamento.

Garantirei os bailes, festas e brinquedos, pois que só pode ser este o meu procedimento. Todavia, o que jamais poderei fazer é contrariar o povo. Se a maioria não fosse tão acentuadamente favorável ao adiamento, sob minha palavra de honra, que nem obrigaria a tomar providências.<sup>247</sup>

A polícia garantirá todos os cordões, clubes ou particulares que queiram se divertir. Outrossim, o comércio pode abrir suas portas, na certeza de que a polícia os garantirá<sup>248</sup>.

Consulta feita por funcionário da Secretaria de Polícia do Distrito Federal ao chefe de polícia Belizário Távora: “Tendo comparecido nesta Secretaria diversas pessoas pedindo informações acerca da validade das licenças concedidas para a saída de grupos carnavalescos nos dias destinados aos folguedos carnavalescos em fevereiro último, visto desejarem sair nos dias 6, 7, 8 e 9 do corrente, consulto se aquelas licenças devem ser consideradas válidas ou não. Em 1/4/912” Ao que Belizário Távora respondeu positivamente para aquelas que já haviam sido concedidas.<sup>249</sup>

Vale chamar atenção que os grupos carnavalescos também posicionaram-se com relação à polêmica. Alguns, mesmo com a discussão em andamento na imprensa solicitaram licença para sua saída como pode-se verificar na documentação do Arquivo Nacional, o que muito provavelmente instigou às autoridades a tomarem medidas que garantissem seus préstitos.

Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal.  
O abaixo assinado presidente da Sociedade Dançante Carnavalesca Guerreiros de São Diogo vem muito respeitosamente solicitar de V. Excia. licença para sair à rua os três dias, do próximo carnaval de acordo com os estatutos desta Sociedade aprovados este ano por Vossa Excia.  
Pede deferimento  
Rio de Janeiro 12 de fevereiro de 1912  
Joaquim Miranda.<sup>250</sup>

<sup>247</sup> A Noite, 15/02/1912, p. 03.

<sup>248</sup> Gazeta de Notícias, 15/02/1912, p. 01.

<sup>249</sup> AN – Rio de Janeiro, GIF1 6c 377.

<sup>250</sup> AN GIF1 6c 377.

Por outro lado, outros grupos escreveram ao chefe de polícia declarando-se favoráveis ao adiamento, em respeito ao falecimento do barão do Rio Branco<sup>251</sup>. A *Sociedade Dançante Carnavalesca Flor do Abacate*, em 18 de fevereiro de 1912 escreve a Belizário Távora.

De ordem do Sr. presidente, tenho a subida honra de vos comunicar que em sessão efetuada em 16 do corrente por esta sociedade, ficou resolvido por unanimidade de votos ser solidário com a maioria das sociedades carnavalescas e o povo, para que seja transferido o carnaval, como prova do mais profundo respeito a memória do grande morto - barão do Rio Branco, que desaparecendo deixou um vácuo impreenchível na diplomacia brasileira, mas certeza temos que o seu caráter liberal, que ora paira no Além, saberá guiar-nos para a conquista das grandes ideias.

Assim sendo a Flor do Abacate, declara-se desde já solidária com a transferência do carnaval, prometendo-vos fazê-lo nos dias 7, 8 e 9 de abril próximo, de acordo com as demais sociedades, certos de que muito nos auxiliareis neste esforço dando-nos a devida autorização para tão justa causa.

Assim é que resolvemos patentear o nosso respeito pela memória do grande morto.

Abstemo-nos por completos dos folguedos a Momo nos dias 17, 18, 19 e 20 como seria de praxe.

Secretaria da S.D.C Flor do Abacate, em 18 de fevereiro 1912.

Pelo secretário Domingos Pereira Duarte.<sup>252</sup>

Da mesma maneira, a *Sociedade Dançante Carnavalesca T. Caçadores da Montanha* comunica a sua decisão em 16 de fevereiro.

Exmo. Sr. Dr. Chefe de Policia do Distrito Federal.

Para os fins de direito levo ao conhecimento de V.V.Excias., que pela reunião da Comissão de Carnaval, diretoria, sócios e sócias, nesta datam em sinal de pesar pela morte do grande brasileiro barão do Rio Branco, resolvemos o seguinte. Concordar com a transferência do carnaval. Transferir as nossas passeatas e mais festejos carnavalescos. Realizar as nossas passeatas e mais festejos carnavalescos nos dias 6, 7, 8 e 9 de abril p vindouro.

Saudações.

Secretaria da S.D.C.T. Caçadores da Montanha, Rio de Janeiro  
16 de fevereiro de 1912.

Alípio Costa  
1º Secretário.<sup>253</sup>

<sup>251</sup> Vale ressaltar que desde o final do ano de 1911 havia uma discussão na imprensa sobre a realização ou não dos prêmios das Grandes Sociedades, que passavam por algumas dificuldades financeiras. Esse fato pode servir de indício para a adesão imediata ao movimento para o adiamento das mais importantes sociedades carnavalescas.

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> Idem.

Contudo, a falta de um posicionamento oficial por parte das autoridades, sendo favorável ou não ao adiamento do carnaval em 1912 foi duramente criticada pelos jornais da capital federal. Mesmo considerando que cada um dos periódicos assumiu um posicionamento, a crítica a este aspecto se manteve unânime.

Quanto ao posicionamento dos jornais, é possível identificá-los através do acompanhamento das notícias. O jornal *A Noite* ainda sem explicitar totalmente seu ponto de vista, na edição de 12 de fevereiro, critica a atitude de algumas pessoas que antes mesmo do sepultamento do corpo do barão do Rio Branco, brincavam carnaval nas ruas, principalmente na Avenida Central<sup>254</sup> e na rua Marechal Floriano, em frente ao lugar no qual o corpo estava sendo velado. Alguns esguicharam lança-perfumes contra os que aguardavam na fila para prestar homenagem ao barão. Tendo em vista o ocorrido, o jornal conclui então que não seria possível pensar que o adiamento do carnaval fosse efetivado: “Se isto se deu ontem um dia depois da catástrofe, devem perder a esperança os que defendem o adiamento ou supressão do Carnaval”<sup>255</sup>.

Alguns dias depois, *A Noite* demonstra com mais clareza o seu apoio à campanha pelo adiamento. Em 15 de fevereiro ao falar sobre o assunto, declarou que o adiamento podia ser considerado como certo, mesmo assim ressaltava que era preciso que a indecisão se desfizesse. Lembrava o jornal que o carnaval é uma festa que precisa de “tranquilidade pública” e sublinhava o perigo de conflitos frente às opiniões discrepantes. A edição chamava atenção ainda para o fato de que ninguém perderia com a decisão do adiamento: os comerciantes continuariam a vender os seus artigos até abril, as sociedades que já haviam se preparado não desperdiçariam os produtos adquiridos e o povo ganharia duas vezes, primeiro com o afastamento do perigo eminente e segundo com o tempo mais ameno em abril, possibilitando cair na folia com mais comodidade<sup>256</sup>.

No dia seguinte, um dia antes da data marcada para os festejos, mais uma vez *A Noite* confirmava a transferência da festa e criticava a posição dos periódicos: *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*. Considerava o posicionamento dos jornais como irresponsável e pouco colaborativo com a população. Afirmava ainda que a decisão do adiamento não

---

<sup>254</sup> A Avenida Central mudou de nome por decreto do dia 15/02/1912, passando a ser chamada de Avenida Rio Branco, nome pelo qual é até hoje denominada. Ver por exemplo em *A Noite*, 15/02/1912, p. 01.

<sup>255</sup> *A Noite*, 12/02/1912, p. 01.

<sup>256</sup> *A Noite*, 15/02/1912, p. 01.

podia ser tomada pelo governo, já que a festa não lhe pertencia, assumindo assim o discurso das autoridades envolvidas no caso. Segundo o jornal, ao governo cabia aceitá-la como uma manifestação tradicional. E se a decisão tivesse que ser tomada pelo povo, o caminho correto seria através da realização de um plebiscito, o que nas circunstâncias que se apresentavam não era possível. Como forma de asseverar sua crítica aos jornais citados, *A Noite* transcreveu trechos de diversos jornais que, como ele, confirmavam o adiamento.

*Jornal do Commercio*: “Assim, é de esperar que a transferência do Carnaval, já resolvida para a capital do país, se estenda a todas as cidades brasileiras.”;

*Correio da Manhã*: “O adiamento do carnaval vai ser feito, mais pelo povo que pelo governo.”;

*Folha do Dia*: “Moralmente a transferência do carnaval é um fato: acatemo-la esperando dias mais prósperos para a expansão das nossas alegrias. Será um ato digno.”;

*Imprensa*: “A atitude das autoridades federais e municipais, negando todo o concurso às sociedades carnavalescas, e o louvável procedimento dos três grandes clubes: Tenentes, Fenianos e Democráticos, transferindo bailes e a saída do préstito do primeiro, dão-nos a compreender que o carnaval está realmente adiado. Não há senão elogiar essas autoridades e as dignas diretorias desses clubes, que assim satisfazem a vontade do povo, ao mesmo tempo que demonstram partilhar da dor que o domina, do luto que ora envolve a Nação Brasileira.”;

*Jornal do Brasil*: “Desse modo, diante das contínuas adesões à ideia de transferência, pode-se dizer que o carnaval, ou pelo menos, os principais festejos estão adiados para abril.”;

*Diário de Notícias*: “O carnaval está definitivamente adiado”<sup>257</sup>

No mesmo dia, ao tomar conhecimento de que o chefe de polícia pretendia garantir o policiamento aos clubes que decidissem sair, o jornal *A Noite* criticou mais uma vez a atitude do governo:

É realmente intolerável que o governo – principalmente a chefia de polícia – não tome uma resolução definitiva acerca deste grave assunto.

Embora não lhe fosse lícito adiar as festas carnavalescas, essa dubiedade, essa vacilação da autoridade pode ter as mais lamentáveis consequências, que o governo tinha o insofismável dever de evitar. A responsabilidade que possa acontecer-lhe recairá inteira sobre os ombros<sup>258</sup>.

<sup>257</sup> *A Noite*, 16/02/1912, p. 01.

<sup>258</sup> *A Noite*, 16/02/1912, p. 03.

Diante do fato inegável do carnaval de fevereiro ter tomado as ruas da cidade do Rio de Janeiro, *A Noite* ainda assim mantém as suas críticas.

E, pois, estamos em pleno carnaval. O governo fez todo o possível por adiá-lo. Por intermédio do prefeito e do chefe de polícia, fez com que fossem transferidos vários dos costumados festejos. Impediu préstitos e os bailes. Os clubes, os grupos e os empresários de teatros concordaram em deixar para abril as suas passeatas e os seus bailes. Ao mesmo tempo, porém, que assim procedia, esquivava-se a uma deliberação definitiva, a uma atitude decisiva, deixando que o público resolvesse por si próprio, como se tal coisa fosse possível. Ainda sábado, baseados em informações de fonte oficial, os jornais garantiam que o carnaval estava adiado, e enquanto isso a polícia tomava uma atitude dúbia, que permitiu ontem, depois de um período de certa hesitação, a explosão do delírio carnavalesco<sup>259</sup>.

Ainda que o posicionamento do jornal *A Noite* incline-se pelo adiamento da festa, um de seus colunistas - assinado A.R., provavelmente o jornalista Astarbé Rocha – na coluna *O momento* acreditava que o povo carioca não abandonaria os festejos em fevereiro. Mais ainda, considerava que a maior parte da população carioca estava “indiferente” a esta discussão. Segundo ele, enquanto os dois grupos – favorável e oposto ao adiamento da festa - disputavam a supremacia de seus posicionamentos, a maior parte da população, indiferente, acabaria caindo na folia em fevereiro, março e, finalmente, em abril.

O que está na ordem do dia é o adiamento do carnaval. Para os cariocas, tudo quanto se refere ao carnaval é assunto da magna importância, esse povo calmo, indiferente a tudo, que não se preocupou jamais com festejos cívicos, está soturno e discente gravemente as conveniências e inconveniências do adiamento do carnaval.

[...] São eles que formam a grande maioria do público nesta questão: porque os que desejam o adiamento, são conhecidos, podem ser contados a dedo nas listas que andam nos jornais; os que não querem o adiamento são meia dúzia de clubes, alguns negociantes e o chefe de polícia. São também contados a dedo.

O resto é a massa dos indiferentes, os que se põem acima das opiniões, os que já têm no íntimo o seu plano feito. Eles vão mostrar para o que servem, no próximo sábado, à noite...

[...] **É mais fácil passar-se a Candelária pelo fundo de uma agulha, do que o povo do Rio adiar o carnaval.** [grifo meu]<sup>260</sup>

<sup>259</sup> A Noite, 19/02/1912, p. 01.

<sup>260</sup> A Noite, 15/02/1912, p. 02.

Em coluna do dia 19 de fevereiro de 1912, já com a certeza da realização do carnaval em fevereiro, o mesmo colunista voltava a criticar a atitude das autoridades com relação ao adiamento do carnaval. Acusava o governo de não apenas não conhecer o povo que governava como também de imitar as leis presentes em outros países, assim, diante de uma situação completamente inusitada, não encontrou exemplos a serem seguidos e não soube como agir nessa encruzilhada. Conseqüentemente à sua falta de ação, o governo estava diante de um ano com dois carnavais<sup>261</sup>.

A *Gazeta de Notícias*, em suas primeiras matérias elogiava a ideia de um missivista, assinado Colombo, que propunha um apelo a todas as corporações que possuíam bandas, que as mesmas não fossem alugadas por nenhum clube ou sociedade, assim não haveria meios de se realizar o carnaval<sup>262</sup>. Em edição do dia seguinte, ainda sem deixar muito claro qual o seu posicionamento, a *Gazeta de Notícias* resumiu, em sua concepção, qual era a situação do embate até então estabelecido. Descreveu que existiam duas correntes antagônicas: a que defendia o adiamento e que tinha a classe acadêmica como liderança e a que defendia a permanência da festa no seu calendário oficial e que, segundo o jornal tinha muito mais representatividade. A segunda corrente argumentava principalmente que o luto terminava um dia antes do início dos folguedos e que a dor pelo passamento do barão do Rio Branco não passaria em alguns meses, estando esquecidos em abril. Portanto, “os folguedos podem se realizar e a dor persistir”<sup>263</sup>.

Ainda nesse dia, após conversar com o chefe de polícia, a *Gazeta de Notícias* conclui e revela com mais clareza como observa o desenrolar da polêmica: “Há ou não há carnaval? Apenas, baseados na palavra do chefe de polícia, afirmamos que os que se quiserem divertir podem fazê-lo, na certeza de contar com a mais absoluta garantia”<sup>264</sup>. Dessa maneira, discorda da certeza com relação ao adiamento veiculada pelo jornal *A Noite*. E ainda completa: “A polícia não transfere o carnaval, logo o carnaval aí está. [...] E assim agindo, a polícia está no seu papel. A polícia não pode, nem tem autorização para transferir o carnaval”<sup>265</sup>.

Mais uma vez a *Gazeta de Notícias* afirmava que o carnaval não estava transferido, em sua edição do dia 17 de fevereiro. Asseverava que, já que o chefe de

---

<sup>261</sup> A Noite, 19/02/1912, p. 01.

<sup>262</sup> Gazeta de Notícias, 14/02/1912, p. 05.

<sup>263</sup> Gazeta de Notícias, 15/02/1912, p. 01.

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> Gazeta de Notícias, 16/02/1912, p. 01.

polícia, o prefeito e o ministro do Interior disseram desde o primeiro momento que não havia proibição, então a conclusão era de que haveria carnaval nas ruas. Chamava atenção para um fator importante, os prejuízos que o adiamento provocaria, e dava como exemplo o dinheiro gasto pelos teatros que realizavam bailes com o contrato das bandas para animar as suas festas, cujo pagamento era feito antecipadamente. Informava ainda que procurado sobre o assunto, o chefe de polícia orientou os donos dos teatros a entenderem-se diretamente com os contratados, sem prestar qualquer tipo de auxílio na negociação<sup>266</sup>.

A *Gazeta de Notícias*, portanto, considerava que as atitudes das autoridades deixavam margem para assegurar que o adiamento não estava mesmo confirmado. Em contrapartida merece destaque, no jornal, as declarações do escritor Paulo Barreto, que assinava a coluna *O Instante*, sob o pseudônimo de Paulo José. Ele demonstrava que concordava com o pedido de adiamento da festa, e considerava que esta seria a melhor solução. Porém mostrava-se descrente que tal resolução fosse efetivamente cumprida, porque acreditava que a população não deixaria de brincar o carnaval. Lembrava ainda, para confirmar a sua previsão, das manifestações carnavalescas ocorridas na cidade pouco após o falecimento do barão. E concluía:

Como pensar que o Carnaval pode ser adiado, sem antes decretar o estado de sítio e por de prontidão a força nos quartéis? Deixemos o carnaval no dia marcado – porque é esse o único meio de acabar com ele até o ano que vem. E, realizada a pandega, se for pouco animada, isso provará mais o nosso favor de povo capaz de saber sentir as suas catástrofes, que as proibições impossíveis e espetaculosas<sup>267</sup>.

Na mesma coluna, no dia seguinte, o escritor manteve as suas críticas, chamando atenção para a grande indecisão das autoridades. Já no domingo de carnaval, o escritor aprofunda sua crítica ao governo, dizendo que o mesmo não agiu no caso do adiamento por temer as responsabilidades que lhe cabiam<sup>268</sup>.

Que fez o governo, pelos seus ministros e o seu chefe de polícia? Ficou dizendo que não podia adiar o carnaval mas que tinha vontade disso, que garantia, mas que não garantia, que o carnaval era mesmo agora, mas pode ser em abril, que sim, não talvez, é bem possível,

<sup>266</sup> *Gazeta de Notícias*, 17/02/1912, p. 02.

<sup>267</sup> *Gazeta de Notícias*, 16/02/1912, p. 01.

<sup>268</sup> *Gazeta de Notícias*, 18/02/1912, p. 05.

porém...” “Podia impedir com aplauso ou não impedir seriamente. Não ata nem desata e prolonga ridiculamente<sup>269</sup>.

Já o *Correio da Manhã* demonstrou logo de início simpatia pelo adiamento e lidou com certa dose de crítica com aqueles que se posicionaram contrariamente a esta opinião:

Só uma determinada parte da nossa população – a mais inculta e incapaz de bem avaliar toda a extensão da desgraça que pesa neste momento sobre o Brasil – julga não haver na ocorrência dessa catástrofe motivo bastante para a suspensão nestes dias dos folguedos carnavalescos. Em um país como o nosso, em que o sentimento cívico não penetrou ainda no fundo da alma do povo, alheio às coisas da pátria e aos grandes homens que a dignificaram e honraram em vida, não devem causar estranheza a falta de consciência com que tais fatos são encarados<sup>270</sup>.

Dentre os jornais pesquisados o *Correio da Manhã* é o que se apresenta de maneira mais crítica com relação às opiniões contrárias ao adiamento e às manifestações festivas da população. Criticou ferozmente a notícia recebida sobre divertimentos carnavalescos em Niterói, principalmente porque faziam parte deles algumas autoridades, como Idemar Pacheco e Luiz Fróes<sup>271</sup>. Chamava atenção ainda na matéria para o fato de que em outros países, como no Uruguai a preocupação era prestar homenagem ao barão, enquanto no Brasil, autoridades caíam na pândega<sup>272</sup>.

O *Correio da Manhã* informava ainda sobre o recebimento de inúmeras cartas solicitando o adiamento do carnaval. Segundo o jornal o número era tão grande que não possuíam espaço suficiente para dar publicidade a todas elas. Sendo tão expressiva a manifestação popular, calculavam ser esta a vontade da maior parte da população carioca:

[...] e isso demonstra que realmente o povo prefere que a festa seja transferida a ter de ofender, com a sua alegria, a grande dor que no momento não é só do Brasil, mas de toda a América; não é nossa, mas de todo o continente<sup>273</sup>.

<sup>269</sup> Gazeta de Notícias, 17/02/1912, p. 01.

<sup>270</sup> Correio da Manhã, 12/02/1912, p. 01.

<sup>271</sup> Segundo o jornal, Idemar Pacheco era 2º delegado e Luiz Fróes, comandante da força policial. Correio da Manhã, 12/02/1912, p. 02.

<sup>272</sup> Correio da Manhã, 12/02/1912, pg. 02.

<sup>273</sup> Correio da Manhã, 12/02/1912, pg. 04.



Segundo o jornal a ideia do adiamento era tida como certa, frente às inúmeras manifestações favoráveis que vinham recebendo em sua redação. Além disso, em sua concepção os principais envolvidos na questão apresentavam-se também simpáticos ao movimento.

O comércio, em geral, tem aceitado o adiamento. E quanto às sociedades carnavalescas, ontem um dos diretores do Tenentes do Diabo foi procurar o general Bento Ribeiro, para fazer idêntico pedido.

O prefeito, no que se depreende, é também simpático à transferência do Carnaval, uma vez que prorrogou até [abril] as licenças das sociedades carnavalescas, e permitiu que a venda de artigos destinados aos mesmos festejos se prolongue até essa data.

Portanto, parece não haver a menor dúvida sobre o adiamento do carnaval. Os principais Clubes, em reunião ontem efetuada, resolveram só sair depois do sábado de Aleluia<sup>274</sup>.

Sob o título, destacado na edição de 16 de fevereiro de 1912: “O adiamento do carnaval vai ser feito, mais pelo povo do que pelo governo”, o *Correio da Manhã* deixava clara a sua crítica ao governo, compartilhada com outros setores da imprensa, pela falta de uma definição oficial<sup>275</sup>.

Vale destacar ainda a transcrição de um artigo no *Correio da Manhã* do dia 17 de fevereiro de 1912. No artigo, originalmente publicado pelo periódico *A Palavra*, um jornal católico da capital federal, afirmava-se categoricamente que as autoridades tinham competência para proibirem o carnaval, baseando-se nas próprias leis criminais brasileiras que proibiam, por exemplo, o uso de máscaras. Além disso, segundo o texto, era proibido também que homens se fantasiassem de mulher e vice-versa. Lamentava, inclusive, que em países católicos existisse esse tipo de festa<sup>276</sup>.

Ainda sobre o periódico é preciso chamar atenção de que foi a única expressão explícita dos católicos posicionando-se com relação à questão. Na documentação analisada no Arquivo Nacional, encontramos um bilhete enviado ao chefe de polícia Belizário Távora manifestando-se contrariamente ao adiamento da festa e ainda enviando um exemplar - na verdade somente a capa - do jornal com a republicação do artigo que foi transcrito no *Correio da Manhã*, e citado anteriormente, acompanhado de

<sup>274</sup> *Correio da Manhã*, 15/02/1912, pg. 01.

<sup>275</sup> *Correio da Manhã*, 16/02/1912, p. 03.

<sup>276</sup> *Correio da Manhã*, 17/02/1912, p. 07. O artigo foi transcrito do periódico *A Palavra*, n. 29.

um texto pequeno a respeito do falecimento do barão do Rio Branco. O bilhete não poderia ser mais claro:

Unir a festa do deus Momo, escarnecedor de tudo e de todos, com a festa da ressurreição de Jesus Cristo, redentor da humanidade, unir o carnaval com a Páscoa, é o cúmulo do desrespeito ao Cristianismo. Pede-se, portanto, ao Exmo. Chefe de Polícia, ao Exmo. Prefeito, à imprensa, às sociedades carnavalescas, aos cordões, ao comércio e ao povo em geral, que todos cooperem para que não haja carnaval no domingo de Páscoa.  
Redação de A Palavra<sup>277</sup>.

O *Jornal do Brasil*, ao contrário do periódico religioso, demonstrava ser favorável à transferência da festa para o mês de abril. Ao falar sobre o posicionamento do prefeito e do chefe de polícia, o jornal concluía que o melhor a ser feito era mesmo o adiamento, já que a maior parte da população estava favorável à ideia e não existiam prejudicados com a medida. Considerava que os comerciantes teriam maiores lucros com a ampliação do período de venda de seus produtos.

É, portanto, necessário que se transfira o carnaval. A maior parte da população está de acordo com esse adiamento. O comércio, longe de ser prejudicado, terá até melhores lucros, pois, se as festas forem adiadas haverá muito maior concorrência do que sendo realizadas agora, visto grande parte do povo se abster de tais divertimentos nestes próximos dias<sup>278</sup>.

O mesmo jornal, em 17 de fevereiro faz um pequeno histórico da polêmica em torno do adiamento. Lembra que o carnaval estava marcado no calendário para ter início naquela data. Apresenta também os argumentos das duas correntes envolvidas e resume a atitude das autoridades concluindo finalmente que o resultado era que, brincariam em fevereiro, aqueles que queriam o carnaval nesta data, e, em abril, os que preferiam o adiamento, ou seja, ficariam assim todos contemplados<sup>279</sup>.

*O Paiz* também critica duramente a atitude de alguns foliões que brincavam o carnaval no dia seguinte ao passamento de Rio Branco e informa sobre o conflito que se

<sup>277</sup> Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro. GIF1 6c 377.

<sup>278</sup> *Jornal do Brasil*, 15/02/1912, p. 11.

<sup>279</sup> *Jornal do Brasil*, 17/02/1912, p. 09.

seguiu, quando um grupo de pessoas buscou impedir, à força, que a festa continuasse - atitude enaltecida pelo jornal.

Se por um lado, pois, nos entristece o incidente, de outra parte o procedimento popular dá uma nota consoladora do nosso civismo, diante dessa profunda tristeza que alguns, bem poucos, mas alguns em todo o caso, não quiseram ou não puderam medir em toda a sua infinita extensão<sup>280</sup>.

O jornal elogiou a atitude do presidente da República, Hermes da Fonseca ao declarar que não tinha competência para adiar o carnaval, cabendo ao povo esta decisão. Da mesma maneira como agiu o prefeito. Este, segundo o jornal, tomou a atitude correta garantindo que o comércio não tivesse prejuízo, caso o povo decidisse aderir como um todo à ideia da transferência para abril dos folguedos carnavalescos. Diante da situação imposta pelas autoridades, ou seja, diante da decisão de realizar ou não os festejos carnavalescos em fevereiro depender da vontade unânime do povo, o jornal concluiu que o adiamento tornava-se inviável:

[...] é impossível que no Brasil, como em qualquer parte do mundo, a população, num movimento unânime e espontâneo, tome uma deliberação dessa ordem<sup>281</sup>.

Completo ainda que, portanto, insistir na ideia do adiamento podia provocar conflitos entre os representantes de opiniões contrárias. E finalizou:

Parece-nos que não há dois caminhos a seguir: ou o governo, por ato oficial, adia o carnaval, ou ninguém mais deve insistir em obter o impossível, como é o adiamento por deliberação espontânea e unânime do povo.

O tal adiamento, como querem arranjar à última hora, só terá um resultado, é ficarmos em pleno carnaval até o fim de abril<sup>282</sup>.

Na edição do dia seguinte, 17 de fevereiro de 1912, o jornal reiterava a sua previsão de que dadas as circunstâncias haveria carnaval de fevereiro a abril:

---

<sup>280</sup> O Paiz, 12/02/1912, p. 06.

<sup>281</sup> O Paiz, 16/02/1912, p. 01.

<sup>282</sup> Idem.

Há ideias muito boas que o bom senso repele, pela impossibilidade de lhes dar realidade prática, e esta sobre a única festa verdadeiramente popular que o Rio de Janeiro bem estava neste caso<sup>283</sup>.

No dia seguinte, diante dos folguedos carnavalescos sendo realizados na cidade, o jornal comentava:

Conforme prevíamos, o carnaval esteve ontem perfeitamente brilhante. Teremos assim, dois meses de diversões bulhentas, de prazer e de delícias, nas ruas, nos teatros e nos clubes. [...] Foi, de resto, o que previmos e denunciámos, cumprindo-nos todavia confessar que a coisa excedeu muito à nossa própria expectativa<sup>284</sup>.

A polêmica e as disputas em torno do calendário do carnaval de 1912 criaram, assim, a uma situação inédita e inusitada: 40 dias consecutivos de festa. Um evento que começou no sábado de carnaval para ter acabar somente na terça-feira, após o domingo de Páscoa. Um carnaval único na história dos carnavais brasileiros.

---

<sup>283</sup> O Paiz, 17/02/1912, p. 01.

<sup>284</sup> O Paiz, 18/02/1912, p. 01.

## Conclusão

Como pudemos perceber a grande questão que surgiu no carnaval de 1912 foi a discussão sobre a possibilidade ou não de alteração da data da festa. Aparentemente não havia questionamento com relação ao motivo que levou a essa vontade – o falecimento do barão do Rio Branco - mas sim se havia realmente necessidade dessa mudança e se ela, de fato, seria possível de ser engendrada. As disputas dos grupos envolvidos na polêmica sobre a transferência da data do carnaval já foi explicitada em outra seção desta dissertação, deixando claro o posicionamento de cada um deles. Alguns queriam a transferência, considerando a realização dos festejos tão próximos ao falecimento, um desrespeito à sua figura. Outros acreditavam que o adiamento teria como efeito a realização de um carnaval estendido, com duração até a Semana Santa abrangendo os meses de fevereiro, março e abril. Havia ainda aqueles que acreditavam não haver necessidade de alteração no calendário, já que o sentimento de pesar não poderia ser imposto e, além disso, atentando para o fato de que o luto oficial terminaria antes do início dos festejos. Havia ainda uma ala mais radical que desejava suprimir o carnaval naquele ano. Por fim, pudemos identificar também discursos que acreditavam ser impossível a população da cidade do Rio de Janeiro deixar de brincar o carnaval.

De acordo com a leitura dos jornais foi possível perceber algumas definições que os contemporâneos atribuíam à festa. Nesse sentido, são algumas pistas de como a festividade era percebida naquele momento por aqueles que a vivenciavam. Procuraremos aqui relacionar estes discursos com as interpretações dadas ao carnaval pela historiografia ao longo do tempo.

O jornal *A Noite*, como dissemos, pode ser caracterizado nos anos 1910 como um jornal de oposição, tendo sido grande crítico do governo do marechal Hermes da Fonseca. Na polêmica a respeito do adiamento mostrou-se desde o primeiro momento favorável a transferência da festa, exigindo que seus companheiros de imprensa mantivessem o discurso favorável à realização do carnaval em abril, de forma a não deixar a população com dúvidas sobre a maneira como deveria agir. Até as vésperas da festa manteve o discurso afirmativo em suas páginas considerando o adiamento. Contudo, já no primeiro dia dos festejos de fevereiro o jornal identifica que o carnaval estava em curso, sublinhando inclusive que o movimento percebido nas ruas da cidade era muito maior do que se poderia esperar.

Ainda sobre o jornal *A Noite* algumas considerações merecem ser feitas. O mesmo definia que o carnaval é uma festa que precisa de tranqüilidade pública, o jornal chama atenção para isso lembrando que uma decisão a respeito do adiamento precisava ser tomada. Caso contrário, corria-se o risco de confusão nas ruas entre o grupo que pedia o adiamento e àqueles que porventura decidissem brincar o carnaval.<sup>285</sup>

Ao comentar sobre as previsões de como seria realizado o carnaval de abril e afirmando que os boatos a respeito de possíveis proibições pelo governo com relação às manifestações carnavalescas eram infundados, o jornal *A Noite* comenta que na verdade o que se viu no carnaval de fevereiro “não foi propriamente um carnaval”. Mesmo tendo sido observados pelas ruas da cidade máscaras avulsos, “para abril foram transferidos os préstitos, os bailes, as passeatas dos grupos.”<sup>286</sup> Não importa aqui a observação já feita a respeito da diferenciação da cobertura feita pelo jornal *A Noite*, já que outros jornais noticiaram a presença de diversos grupos, passeatas, ranchos e visitas às redações, por exemplo. Interessa aqui perceber quais as manifestações carnavalescas estavam sendo elencadas pelo jornal como dignas de definir o que seria “verdadeiramente” a festa.

Dessa forma é possível perceber como o jornal definia o que deveria ser o carnaval. A festa “verdadeira” não poderia ser composta apenas de máscaras avulsos – como foi noticiado. Assim, como os préstitos das grandes sociedades e clubes foram transferidos, bem como os bailes, passeatas de grupos e outros, o carnaval aconteceria mesmo em abril. Essa fala explicita a ideia de que apenas aquelas manifestações organizadas eram dignas da denominação carnavalesca. O que nos lembra o trabalho de Felipe Ferreira<sup>287</sup> em que ele estuda a disputa pelo espaço carnavalesco. Acrescentamos a isso, o fato de que a disputa pela dominação do espaço físico também significava a disputa de definição do que era a festa.

Ainda sobre a discussão a respeito de em que moldes ocorreria a festa de abril, um leitor escreve ao jornal *A Noite*, dizendo não compreender a possibilidade de restrições a que poderiam sofrer os mascarados. Com as licenças estendidas aos clubes, cordões e sociedades, “agora em abril é que vamos ter o verdadeiro carnaval!”<sup>288</sup> Mais uma vez fica clara a posição do leitor ao elencar as manifestações que ele considera dignas para definição do que seria o verdadeiro carnaval.

---

<sup>285</sup> *A Noite*, 15/02/1912, p. 01

<sup>286</sup> *A Noite*, 23/02/1912, p. 02.

<sup>287</sup> FERREIRA, Felipe. op.cit.

<sup>288</sup> *A Noite*, 24/02/1912, p. 05.

A *Gazeta de Notícias* caracterizava-se na época por ser um jornal popular, contudo, no início da Primeira República passou a ter um caráter situacionista, tendo inclusive fechado acordos com órgãos municipais para divulgação. Sobre o “espírito” carnavalesco que caracterizaria por ora a população carioca, a *Gazeta de Notícias* comenta: “O carioca morre pelo Carnaval. O carnaval é a única festa verdadeiramente popular no Rio de Janeiro. É nesses três dias de folguedos ruidosos que, positivamente a população tira a máscara da conveniência e se revela [folgazã] e [hilária], tal qual é.”<sup>289</sup>

Com relação à polêmica o jornal declarava a todo o momento que diante das declarações das autoridades, a conclusão a que se podia chegar era de que haveria carnaval em fevereiro, afirmando inclusive que essa decisão caberia realmente à população, concordando com o posicionamento dos órgãos governamentais. “Há carnaval e na época em que o calendário aponta: sabe-se, não pela resolução desta ou daquela agremiação, mas pela espontânea vontade do povo a quem diretamente pertence deliberar no caso.”<sup>290</sup>

Ao se referir aos primeiros acontecimentos do carnaval de fevereiro, ainda sob a nuvem da incerteza a respeito do adiamento o periódico descreveu a cena como um dia de carnaval mais frio que o que se costumava iniciar a festa, porém declarava que era inegável tratar-se de um dia de carnaval, chamando atenção para a alegria da festa e ainda com a vantagem de não ter havido nenhum dos conflitos que eram temidos entre aqueles que decidiram tomar as ruas e os que consideravam os folguedos desrespeitosos. Afirma também que o adiamento poderia trazer prejuízos. Mesmo lamentando a falta dos clubes nos festejos de fevereiro, o jornal enaltece o carnaval que foi realizado. Assim o jornal não elege uma categoria específica para definir o que era o carnaval, considerando todas as manifestações praticadas na cidade.

O *Correio da Manhã*, considerado um jornal de opinião e combativo posicionou-se desde o princípio simpático ao adiamento, criticando as opiniões contrárias ao adiamento. Assim, enquanto os jornais apontavam para a realização do carnaval no primeiro dia – ainda que alguns fizessem questão de apontar ter sido menos entusiasmado que nos anos anteriores, o *Correio*, declara que a movimentação foi tão insignificante que não se poderia considerar que houve carnaval no primeiro dia, concluindo dessa forma que o carnaval estava então mesmo adiado. Ele atribui o fato ao ostensivo policiamento nas ruas. A partir do segundo dia, admite a movimentação da

---

<sup>289</sup> *Gazeta de Notícias*, 16/02/1912, p. 01.

<sup>290</sup> *Gazeta de Notícias*, 18/02/1912, p.07.

cidade, mas lamenta profundamente a realização dos festejos. Além disso, chama atenção que na segunda-feira de carnaval em fevereiro o número de cordões foi tão pequeno devido ao boato de que o prefeito não autorizaria a saída em abril daqueles grupos que já tivessem utilizado sua licença em fevereiro, o que foi desmentido logo depois. Ao anunciar o fim dos festejos em fevereiro, o *Correio* chama atenção de que a vontade do povo foi satisfeita, mas que em abril será realizado o carnaval “a sério”, enaltecendo a presença das três grandes sociedades carnavalescas de então – *Fenianos, Democráticos e Tenentes do Diabo*.

O *Jornal do Brasil* é considerado o mais popular jornal dentre os que foram trabalhados nesta dissertação. Posicionou-se favorável ao adiamento, considerava que a maior parte das pessoas eram favoráveis ao movimento e, portanto, o mesmo deveria acontecer. Além disso, dizia que ninguém seria prejudicado com a transferência. O comércio inclusive teria mais lucro por causa do tempo estendido de vendas. Com a constatação da realização da festa em fevereiro o jornal declarava que brincaria em fevereiro aqueles que assim o desejassem. E em abril a mesma coisa, dessa forma ficava satisfeita a vontade de todos.

Devemos sublinhar que durante a cobertura de fevereiro o jornal sempre destacou a grande movimentação nas ruas, mas registrou a falta quase completa de grupos carnavalescos. Mesmo lamentando essa ausência, o *Jornal do Brasil* credita os festejos de fevereiro ao povo, salientando que a festa havia sido “absolutamente popular”.

Finalmente, *O Paiz* que com a proclamação da República tornou-se um dos jornais mais influentes na cidade, seguindo uma linha parecida com a *Gazeta de Notícias*, com relação a cobertura também destacava a grande movimentação na Avenida Central, o que foi previsto pelo jornal. Contudo surpreenderam-se com uma movimentação ainda maior do que esperavam. Previram que a festa realizada em abril seria o mesmo espetáculo. Mesmo chamando atenção para a falta dos grandes préstitos declaram que o carnaval de fevereiro acontecia em sua plenitude. O que nos indica que não consideravam os préstitos como essência na definição do que seria o carnaval. - “a única festa verdadeiramente popular que o Rio de Janeiro tem.”<sup>291</sup>

Em abril chama a atenção para a coincidência de datas entre o carnaval e a Semana Santa. E ainda comenta sobre diferentes camadas sociais brincando o carnaval.

---

<sup>291</sup> O Paiz, 17/02/1912, p.01.



Vale ainda lembrar que, de acordo com o seu posicionamento *O Paiz* elogiou a atitude de Hermes da Fonseca assim como a das outras autoridades envolvidas na questão, ao declararem-se incapazes de decidir sobre a questão da mudança no calendário do carnaval.

Assim, em linhas gerais, esta dissertação teve como objetivo apresentar a especificidade do carnaval de 1912, o debate sobre o adiamento da festa surgido com o falecimento do barão do Rio Branco, a realização das duas festas e ainda destacar a importância do calendário como fator relevante para a definição do carnaval, ou seja, do significado da festa, como forma a contribuir para as reflexões sobre o carnaval.

Para atender tal objetivo, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado “Cultura popular, festas e o carnaval de 1912 em perspectiva historiográfica” procuramos discutir brevemente questões relacionadas às definições de cultura e cultura popular realizado por alguns autores, que de alguma maneira nortearam este trabalho. Da mesma forma, procuramos apresentar as diversas interpretações historiográficas sobre o carnaval no Brasil, mostrando na verdade como o carnaval surgiu como objeto a partir do trabalho desses autores e evidenciando um tema que foi pouco explorado por essa bibliografia: as disputas em torno do tempo da festa. No âmbito internacional Julio Baroja trabalha um pouco a questão do tempo, e no Brasil apenas Roberto Da Matta e Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti apontam para essa questão, que não foi seguida por pesquisadores posteriores. Da Matta em sua obra clássica *Carnavais, malandros e heróis*, estabelece uma comparação entre o carnaval e o Dia da Pátria – duas das manifestações que segundo ele mais mobilizam a população brasileira. Nessa perspectiva, ele diz que as duas festas acontecem naquilo que ele chama de tempo morto, ou seja, um feriado, mas que o tempo do carnaval difere daquele do Dia da Pátria, que seria marcado por um tempo histórico, porque definido em comemoração a um evento datado historicamente. Já o carnaval seria marcado por um tempo cíclico, que estabeleceria um elo universal. Contudo, em seu trabalho, não chega a analisar o calendário propriamente dito. Já Maria Laura Cavalcanti, lembra da importância do tempo estrutural, definido dessa maneira pela antropologia, e que remete à periodicidade dos ritos e festas e diz que ele é “sincrônico, repetitivo, com conteúdos cognitivos e afetivos característicos. É um tempo social, fortemente ligado à experiência vital e à visão de mundo de uma sociedade ou civilização.”<sup>292</sup>

---

<sup>292</sup> CAVALCANTI, M. op.cit., p. 77.

É justamente esse tempo, ligado à tradição que é colocado à baila nas discussões sobre o adiamento do carnaval de 1912. A autora trabalha a questão do calendário, mas o faz especificamente para a realização do carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro, mostrando como o tempo de preparação da festa difere completamente do tempo do calendário.

No capítulo dois, o mais longo deles, intitulado “1912: o ano com dois carnavais”, primeiramente fazemos caracterização da imprensa nos anos 1910 e também de cada jornal trabalhado. Além disso, descrevemos a cobertura jornalística sobre o falecimento do barão, dando início à polêmica com relação ao adiamento da festa e os discursos surgidos pela cobertura dos dois carnavais. Pudemos perceber a grande mobilização em torno dos ritos fúnebres dedicados ao barão do Rio Branco, que era ministro das Relações Exteriores desde o governo do presidente Rodrigues Alves e que completaria naquele ano dez anos à frente da pasta. Os jornais chamam atenção para as diversas manifestações de pesar da população, mas já apresentam algumas críticas com relação ao comportamento de alguns que, por exemplo, brincavam em frente ao Palácio do Itamaraty no momento em que o barão estava ainda sendo velado. No calor dos acontecimentos surge o debate com relação ao adiamento da festa, levantando os mais diversos posicionamentos refletidos na imprensa e explicitados no início desta seção. Vale ressaltar que não nos foi possível identificar de onde efetivamente surgiu a polêmica, contudo o que importa é de que maneira ela foi explicitada pelos jornais da época.

Diante da polêmica, a população do Rio de Janeiro então comemorou duas vezes o carnaval naquele ano. Percebemos que o carnaval de fevereiro foi realizado de forma mais espontânea, e em abril além dos foliões avulsos, as principais sociedades e clubes realizaram seus festejos. O carnaval de 1912 coloca então em cena outra questão bastante discutida: o conflito entre esses dois “carnavais”. Ou seja, o carnaval é uma festa espontânea ou controlada? Na verdade, o carnaval de 1912 nos mostra que é uma festa composta por esses dois elementos e que se constitui também a partir dessa tensão. E, além disso, esses dois elementos não eliminam um ao outro, mas realizam-se ao mesmo tempo.

A cobertura do carnaval de fevereiro é iniciada ainda num ambiente de incerteza e as primeiras notícias apresentam os indícios da festa. A cobertura da imprensa, como pudemos perceber não foi unívoca, alguns jornais, como por exemplo o *Correio da Manhã* demoram a aceitar que efetivamente o carnaval estava sendo realizado. Há

também discrepâncias com relação às manifestações apresentadas no carnaval de fevereiro, alguns apontam para a presença de pequenos grupos, organizados ou espontâneos, e outros salientam que a festa foi composta basicamente por foliões avulsos. E ainda, aqueles jornais que defendiam mais ardorosamente o adiamento da festa anunciam o fim do carnaval em fevereiro sublinhando que o verdadeiro carnaval ainda estava por vir em abril, quando todos os elementos constitutivos do carnaval carioca estariam presentes.

Dessa maneira, o segundo carnaval daquele ano tomou conta das páginas dos jornais, com colunas enormes que contavam com descrições minuciosas de todas as manifestações daquele momento. A polêmica do adiamento já estava de certa forma resolvida e a questão não aparece mais de maneira contundente nos jornais. Alguns jornais destacavam as apresentações das Grandes Sociedades enaltecendo a chegada do verdadeiro carnaval e deixando clara a sua visão do que era definidor da festa, ou melhor, quais manifestações seriam dignas de definir aquela festa. Enquanto outros celebravam a realização do carnaval de quarenta dias.

Finalmente, no terceiro capítulo, intitulado “O calendário do carnaval: disputas em torno da festa” procuramos identificar de que maneira toda a polêmica em torno do calendário carnavalesco de 1912 nos permite compreender a festa em sua especificidade e os significados da festa para os diversos grupos envolvidos na disputa que se apresentou. Então, na primeira parte do capítulo falamos sobre os usos políticos do calendário, mostrando como ele é importante em diversos processos de consolidação do poder, e que muitas vezes, é alterado justamente para demarcar mudanças no controle político. O caso emblemático da Revolução Francesa foi seguido diversas vezes. No Brasil, tanto no Império como na República passamos por alterações no calendário, de forma a salientar aquilo que os novos governantes queriam valorizar. Podemos citar o exemplo do calendário de Festas Nacionais instituído pelo Império, assim como o calendário republicano, decretado logo após a instituição do novo regime e que só foi modificado mais tarde, com o governo Vargas.

Na segunda parte do capítulo, apresentamos como cada um dos grupos envolvidos na polêmica do adiamento posicionou-se a respeito da questão, evidenciando o conflito entre os usos políticos - mais racionais - do calendário e aqueles mais ligados aos costumes ou tradições.

Finalmente, concluímos que a grande questão que se colocou no carnaval de 1912 foi a discussão sobre a possibilidade de alteração do calendário carnavalesco. A hipótese fundamental é de que a festa é também identificada pela impossibilidade de alteração do calendário. A grande polêmica não se deu porque foram realizados dois carnavais, e nem mesmo havia um questionamento muito grande sobre o motivo que levou à instauração da polêmica – ou seja, a morte do barão - o problema foi justamente a suspensão da festa no momento em que tradicionalmente ela é comemorada. Embora a data estabelecida para o carnaval possa ser discutível – já que ela foi em algum momento socialmente determinada, sua alteração não é tarefa fácil.

A realização de dois ou mais carnavais, aparentemente não se constitui como problema, tendo em vista a quantidade de carnavais fora de época que existem pelo país hoje. Mas a suspensão da festa mexe com uma tradição consolidada, não sendo passível de uma decisão política. E por isso também as autoridades não têm uma gerência sobre isso.

Embora seja possível um uso político do calendário, como vimos, no caso de alterar uma tradição a questão torna-se mais complicada. Dessa maneira fica claro que o calendário do carnaval não diz respeito somente a um calendário cívico, mas também a um calendário ligado àquele tempo estrutural explicitado por Maria Laura Cavalcanti.

Assim, a possível contribuição deste estudo sobre o carnaval de 1912 é a compreensão das disputas em torno do calendário como definidoras da festa.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes primárias

Os periódicos listados abaixo foram consultados na coleção de periódicos depositada na Biblioteca Nacional, sendo que alguns se encontram disponíveis inclusive em meio digital, acessíveis através do site da Biblioteca. Todos os periódicos foram pesquisados no período de fevereiro a abril de 1912, com exceção do jornal Gazeta de Notícias, que consta com uma falha na coleção depositada na Biblioteca Nacional, faltando os meses de março e abril de 1912.

#### **Jornais**

*A Noite*

*Correio da Manhã*

*Gazeta de Notícias*

*Jornal do Brasil*

*O Paiz*

#### **Revistas**

*Careta*

*Fon-fon*

*O Gato, álbum de caricaturas*

#### **Arquivo Nacional**

GIFI 6C 365, Sociedades (1912) Rio de Janeiro. Arquivo Nacional.

GIFI 6C 377, Carnaval (1912) Rio de Janeiro. Arquivo Nacional.

GIFI 6C 378, Carnaval (1912) Rio de Janeiro. Arquivo Nacional.

### Referências bibliográficas

ABREU, Martha. Cultura política, música popular e cultura afro-brasileira: algumas questões para a pesquisa e o ensino de História. In: SOIHET *et al.* **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

\_\_\_\_\_. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). **Topoi**, v.11, n.20, pp. 92-113, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. e GOMES, Ângela de Castro. Apresentação. **Revista Tempo**, v.13, n. 26, pp.01-14, jan./jun. 2009.

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.14, pp. 205-230, 1994.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Revista Patrimônio e Memória**, Unesp, FCLAs, CEDAP, v. 7, n.1, p.134-150.jun. 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCAR, Edgar de. **O carnaval carioca através da música**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

ARAÚJO, Hiram (coord.). **Memória do Carnaval Carioca**. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 1991.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGF/UFMG; Fapemig; FCC, 2008.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. v. 1. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François, Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAROJA, Julio Caro. **El Carnaval (Análisis Histórico-Cultural)**. Madrid: Taurus Ediciones, 1989.

BENCHIMOL, Jaime L. **Pereira Passos: Um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

FROESCHÉ, Michel. À propos du calendrier républicain: Rome et l’astronomie. In: **Annales Historique de La Révolutions française**, n. 304, 1996.

BORGES, Vera Lucia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2011.

BOURDIEU, P. “Você disse popular?”. **Revista Brasileira de Educação**, n.1, p. 16-26, jan./abr. 1996.

BURKE, Peter. **A cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. O rito e o tempo: a evolução do carnaval carioca. In: CAVALCANTI, M.L.V. de. **O rito e o tempo: ensaios sobre o carnaval**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo**. Fortaleza: Edições NUDOC/UFC/Museu do Ceará, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 5 ed. Campinas: Papirus, 1995  
 \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 16 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade: uma história dos últimos dos últimos anos da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.8, n. 16, p. 179-192, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. De sambas e passarinhos. As claves do tempo nas canções de Sinhô. In: CHALHOUB *et al.* **História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DARNTON, R. “Entrevista com Robert Darnton”, Entrevista concedida a José Murilo de Carvalho. In: **Revista Topoi**, n. 5, v.3, p. 389-397, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. “Robert Darnton”, Entrevista concedida a Maria Lucia G. Pallares-Burke. In: **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p.233-267.

\_\_\_\_\_. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **O lado oculto da revolução:** Mesmer e o final do iluminismo na França. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **O grande massacre dos gatos.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEL BRENNNA, Giovana Rosso. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos:** uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Índex, 1985.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Ceará/Tempo Brasileiro, 1983.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

EFEGÊ, Jota. **Figuras e coisas do carnaval carioca.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982.

EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade:** uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas:** os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados.** Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Felipe. **Inventando carnavais:** o surgimento do Carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Noite. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

\_\_\_\_\_ e MONTALHÃO. Jornal do Brasil. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

FRY, Peter *et al.* Negros e brancos no carnaval da Velha República. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio:** e da sua liderança na história política do Brasil. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

GIARD, Luce. A Invenção do possível. Introdução a CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**, 5ª edição, Campinas-SP, Papirus, 1995



GINZBURG, C. “Historia e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg”, Entrevista a Alzira Alves de Abreu, Angela de Castro Gomes e Lucia Lippi Oliveira. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 6, p. 254-63, 1990.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras (Companhia de bolso), 2006.

\_\_\_\_\_. **Os andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940. IN: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo e ROLLAND, Denis (org.). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000.

GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, M., GONTIJO, R., SOHIET, R. (orgs). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 309-328.

GREENBLATT, S. O novo historicismo: ressonância e encantamento. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, pp.244-261[colocar o intervalo de páginas], 1991.

HEERS, Jacques. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). “O Edifício”. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/o\\_edificio\\_a\\_noite](http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/o_edificio_a_noite)>. Acesso em: outubro/2012.

KEULLER, Adriana Martins. As Festas Nacionais e seus objetos simbólicos na Corte Imperial: perspectiva de uma “tradição inventada”. **Revista de História**, n.8, Vitória, EDUFES, pp.16-24, 1 sem./1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

\_\_\_\_\_. Gazeta de Notícias. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

\_\_\_\_\_. O País. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

\_\_\_\_\_ e SANDRONI, Cícero. *Jornal do Comércio*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: maio 2012.

LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. *Revista História*, São Paulo, v.25, n.2, pp.64-93, 2006.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **O carnaval de Romans: da Candelária à quarta-feira de cinzas, 1579-1580**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques. Calendário. IN: **Enciclopédia Einaudi, v. 1: Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.61, n.31, p. 125-144, 2011.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Martins de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MORAES FILHO, Alexandre José de Melo. **Festas e tradições populares no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

MORAIS, Eneida de. **História do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

MOURA, Roberto. **Carnaval da redentora à praça do Apocalipse**. Rio de Janeiro: Funarte, 1986.

O'DONNELL, Julia. **De olho na rua: a cidade de João do Rio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Revista Estudos Históricos*, n. 4, pp.172-189, 1989.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SANTOS, L.C.V.G.S. **O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais**. São Paulo: Ática, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Ítala Byanca M. **Sociedade Capistrano de Abreu**: memória e historiografia brasileira (1927-1969). Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822)**: cultura e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso**: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o carnaval na historiografia – algumas abordagens. **Revista Tempo**, v.4, n.7, p. 169-183, jul. 1999.

SUSSEKIND, Flora. **As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Cinematógrafo das letras**. Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tradições populares na Belle Époque carioca**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.